

UFRRJ

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

TESE

**INCLUSÃO EM PERSPECTIVA: SERÁ A ESCOLA A “PONTE” ENTRE A
PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O MUNDO TRABALHO?**

MÔNICA ALVES DE MATOS PEREIRA

2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**INCLUSÃO EM PERSPECTIVA: SERÁ A ESCOLA A “PONTE” ENTRE A
PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O MUNDO TRABALHO?**

MÔNICA ALVES DE MATOS PEREIRA

Sob a Orientação do Professor
Dr. Allan Rocha Damasceno

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Dezembro
2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P436i Pereira, Mônica Alves de Matos , 1979-
 Inclusão em perspectiva: será a escola a "ponte"
 entre a pessoa com deficiência e o mundo trabalho? /
 Mônica Alves de Matos Pereira. - Seropédica; Nova
 Iguaçu, 2021.
 176 f.: il.

 Orientador: Allan Rocha Damasceno.
 Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
 de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação,
 Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2021.

 1. Inclusão escolar. 2. Mundo do trabalho. 3.
 Políticas públicas. 4. Teoria crítica. I. Damasceno,
 Allan Rocha , 1978-, orient. II Universidade Federal
 Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em
 Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
 III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 74/2022 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.005943/2022-75

Seropédica-RJ, 02 de fevereiro de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES

MÔNICA ALVES DE MATOS PEREIRA

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutora**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

TESE APROVADA EM 15/12/2021

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Membros da banca:

Allan Rocha Damasceno. Dr. UFRRJ (Orientador /Presidente da Banca).

Aureliano Lopes da Silva Junior. Dr. UFRRJ (Examinador Externo ao Programa).

Alvaro dos Santos Maciel. Dr. UVA (Examinador Externo à Instituição).

Lucilia Augusta Lino. Dra. UERJ (Examinadora Externa à Instituição).

Washington Cesar Shoiti Nozu. Dr. UFGD (Examinador Externo à Instituição).

Documento não acessível publicamente

(Assinado digitalmente em 03/02/2022 12:39)

ALLAN ROCHA DAMASCENO

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptECMSD (12.2801.00.00.00.00.22)

Matricula: 2572431

(Assinado digitalmente em 02/02/2022 12:13)

AURELIANO LOPES DA SILVA JUNIOR

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptPO (12.28.61.00.00.00.00.23)

Matricula: 1331797

(Assinado digitalmente em 07/02/2022 11:39)

LUCILIA AUGUSTA LINO

ASSINANTE EXTERNO

CPF: 582.372.167-68

(Assinado digitalmente em 07/02/2022 18:10)

WASHINGTON CESAR SHOITI NOZU

ASSINANTE EXTERNO

CPF: 328.602.038-50

(Assinado digitalmente em 02/02/2022 13:58)

ÁLVARO DOS SANTOS MACIEL

ASSINANTE EXTERNO

CPF: 005.306.569-73

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 74, ano: 2022, tipo: TERMO, data de emissão: 02/02/2022 e o código de verificação: 5ac78cdc73

DEDICATÓRIA

Ao meu querido Pai Milton,
minha querida Mãe Nilda e
ao meu irmão Milton, meus alicerces.

A Fábio, meu amado companheiro
e incentivador.

A João Gabriel, filho amado,
fonte de energia,
bênção em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por mais uma vez, ter permitido que eu progredisse no mundo do aprendizado.

Agradeço a minha mãe Nilda e ao meu pai Milton, os quais, com dedicação e incentivo, oportunizaram a minha chegada até aqui com acalanto em todas as dificuldades.

Ao meu amado, Fábio pela paciência, perseverança e amor devotado durante todo o período da realização deste trabalho.

Ao meu filho, João Gabriel, o qual, com toda sua juventude e pressa, pôde sentir a importância deste trabalho para mim, superando, com muita compreensão, a minha ausência e por me confortar com seus abraços e grandes sorrisos nos momentos mais difíceis.

Ao meu querido irmão, Milton, sempre atento e preocupado às mudanças contínuas de humor, mesmo que em silêncio.

Ao meu querido orientador e, sobretudo, amigo Prof. Dr. Allan Rocha Damasceno, o qual me revelou, com conhecimento, o caminho da autonomia, da sensibilidade, do autoconhecimento, enfim espero ser motivo de orgulho para você. Muito obrigada.

À minha amiga Carina, pelo companheirismo e incentivo que fizeram crescer a nossa amizade, permitindo alcançarmos juntas a vitória neste desafio.

Às Profas. Dras. Miriam Morelli Lima de Mello e Valéria Marques de Oliveira pela generosidade das palavras na minha qualificação.

A professora Prof.^a Dr.^a Lucília Augusta Lino de Paula e aos Profs. Drs. Aureliano Lopes da Silva Junior, Washington Cesar Shoiti Nozu e Álvaro dos Santos Maciel, pela oportunidade de ampliar ainda mais meus horizontes.

A todos que aceitaram me contar suas histórias de vida.

Ao Amigo Roberto de Carvalho, pelo carinho e paciência disponibilizada.

Enfim a todos que de alguma forma contribuíram para essa pesquisa.

[...] nenhuma pessoa pode existir na sociedade atual realmente conforme suas próprias determinações; enquanto isso ocorre, a sociedade forma as pessoas mediante inúmeros canais e instâncias mediadoras, de um modo tal que tudo absorvem e aceitam nos termos desta configuração heterônoma que se desviou de si mesma em sua consciência. É claro que isto chega até às instituições, até à discussão acerca da educação política e outras questões semelhantes. O problema propriamente dito da emancipação hoje é se e como a gente – e que é ‘a gente’, eis uma grande questão a mais – pode enfrentá-lo.

Theodor W. Adorno

RESUMO

PEREIRA, Mônica Alves de Matos. **Inclusão em perspectiva: será a escola a “ponte” entre a pessoa com deficiência e o mundo trabalho?** 2021. 176p. Tese (Doutorado em Educação, Contextos, Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2021.

Esta tese de doutorado problematizou a relação existente entre a formação na escola e inclusão no mundo do trabalho, ou seja, pensar se a escolarização que tem sido possível possibilita as pessoas com deficiência acessar o mundo do trabalho, em destaque neste estudo o mercado formal e informal. Nesse sentido optamos por adotar a Teoria Crítica da Sociedade como suporte teórico-metodológico da pesquisa, à medida que a mesma se constituiu no próprio método da pesquisa. Definimos como objetivo geral caracterizar, com base na análise das políticas públicas de educação inclusiva, o processo de transição da educação formal (escola) para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência. Para tanto, alicerçamo-nos sobre a experiência de quinze pessoas empregadas e/ou que ainda estão em formação, que puderam relatar suas experiências sobre os caminhos que escola regular e/ou a Universidade construíram para que pudessem ser incluídas no mercado de trabalho formal ou informal. Nossa discussão tratou da relação de proximidade entre as políticas de inclusão e as práticas pedagógicas, que destacam o mundo do trabalho como uma das etapas da formação humana. Nesse sentido, foram escolhidas como sujeitos da pesquisa pessoas com deficiência que ocupam diferentes funções em nossa sociedade e pessoas com deficiência que ainda estão se profissionalizando. Necessariamente, esta tese de doutorado articulou-se de maneira crítico-reflexiva por questões acerca da democratização da escola e do mundo do trabalho. Para tal, estabelecemos questões de estudo, concebidas à luz do pensamento de Adorno: quais são as políticas educacionais que se relacionam com a formação para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência? A escola regular tem implementado tais políticas no processo de inclusão da pessoa com deficiência? Os dispositivos legais existentes no âmbito da relação educação e trabalho contribuem para inclusão social da pessoa com deficiência? De que forma? Como se estabelece, do ponto de vista legal/político, a passagem da escola para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência? A escola regular alicerçou a construção de um “ideário trabalhista” para a pessoa com deficiência? Como têm sido essas experiências? Em qual segmento (formal ou informal) do mundo do trabalho a maioria das pessoas com deficiência se estabelece? As pessoas com deficiência inseridas no mundo do trabalho formal têm seus estudos valorizados? Os resultados da pesquisa revelam que escolas são “pontes” que permitem a transição da pessoa com deficiência para o mundo do trabalho, mas existem limites encontrados no processo educativo que dificultam esse “caminhar”. Nessa perspectiva, é possível afirmar que mudanças precisam ser implementadas, considerando os limites encontrados no processo educativo que encaminha para o mercado de trabalho, posto que uma vez eliminadas as barreiras que dificultam/obstaculizam essa transição, eliminam-se as consequências.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Mundo do trabalho; Políticas públicas; Teoria Crítica.

ABSTRACT

PEREIRA, Mônica Alves de Matos. **Inclusion in perspective: is the school the “bridge” between the person with a disability and the world of work?** 2021. 176p. Thesis (Doctorate in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2021.

This doctoral thesis problematized the relationship between education at school and inclusion in the world of work, that is, thinking about whether the schooling that has been possible enables people with disabilities to access the world of work, highlighted in this study the formal market and informal. In this sense, we chose to adopt the Critical Theory of Society as a theoretical-methodological support for the research, as it became the research method itself. We defined as a general objective to characterize, based on the analysis of public policies for inclusive education, the process of transition from formal education (school) to the world of work for people with disabilities. Therefore, we base ourselves on the experience of fifteen people who are employed and/or still in training, who were able to report their experiences on the paths that the regular school and/or the University built so that they could be included in the formal labor market or informal. Our discussion dealt with the close relationship between inclusion policies and pedagogical practices, which highlight the world of work as one of the stages of human formation. In this sense, people with disabilities who occupy different roles in our society and people with disabilities who are still becoming professional were chosen as research subjects. Necessarily, this doctoral thesis was articulated in a critical-reflective way for questions about the democratization of the school and the world of work. To this end, we established study questions, conceived in the light of Adorno's thinking: what are the educational policies that relate to training for the world of work of people with disabilities? Has the regular school implemented such policies in the process of inclusion of people with disabilities? Do the existing legal provisions in the scope of the education and work relationship contribute to the social inclusion of people with disabilities? In what way? How is the transition from school to the world of work for people with disabilities established, from a legal/political point of view? Did the regular school support the construction of a “work ideal” for people with disabilities? How have these experiences been? In which segment (formal or informal) of the world of work do most people with disabilities settle? Do people with disabilities inserted in the formal work world have their studies valued? The research results reveal that schools are “bridges” that allow the transition of people with disabilities to the world of work, but there are limits found in the educational process that make this “walking” difficult. From this perspective, it is possible to state that changes need to be implemented, considering the limits found in the educational process that leads to the labor market, since once the barriers that hinder/obstacle this transition are eliminated, the consequences are eliminated.

Keywords: School inclusion; World of work; Public policy; Critical Theory.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

BDTD - Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações

BPC - Benefícios de Prestação Continuada

CEB - Câmara de Educação Básica

CID - Classificação Internacional de Doenças

CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNS - Conselho Nacional de Saúde

CTUR - Colégio Técnico da Universidade Rural do Rio de Janeiro

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNDEB - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica

IBC - Instituto Benjamim Constant

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LEPEDI - Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão

Loas - Lei Orgânica da Assistência Social

NAAH/S – Núcleos de Atividades para Altas Habilidades/Superdotação

PPGEA - Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** - Número de matrículas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas segundo etapa de ensino – Brasil – 2015 a 2019.....24
- Gráfico 2** - Percentual de matrículas de estudantes de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação que frequentam classes comuns (com e sem Atendimento Educacional Especializado) ou classes especiais exclusivas – Brasil – 2015 a 2019.....26
- Gráfico 3** – Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por existência de pelo menos uma das deficiências investigadas, segundo a posição na ocupação no trabalho principal - Brasil – 2010.....77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de matrículas em cursos de graduação de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação – Brasil 2015 a 2019.....	29
Tabela 2 - Teses e Dissertações sobre a temática Educação e mercado de trabalho para as pessoas com deficiência – 2015 a 2020.....	32
Tabela 3 - Brasil: emprego segundo tipo de deficiência	76
Tabela 4 - Caracterização da formação e atuação dos professores participantes da pesquisa.....	94
Tabela 5 - Categorias e subcategorias.....	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
I - FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA: PERSPECTIVAS INCLUSIVAS EM EDUCAÇÃO SOBRE/PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA	20
II - HISTÓRICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO.....	37
2.1 Inclusão no mundo trabalho: caminhos em construção.....	38
2.2 Inclusão em educação: caminho que se faz caminhando	45
2.3 Influência da legislação na mudança das relações sociais na escola e no mundo do trabalho	58
III – INCLUSÃO ESCOLAR/EDUCACIONAL E MUNDO DO TRABALHO: CAMINHOS E DESCAMINHOS	63
3.1 Trabalho e educação – Educação e trabalho.....	63
3.2 Perspectivas entre inclusão escolar e mundo do trabalho: uma reflexão necessária	66
3.3 Educação: componente da formação e inclusão da pessoa com deficiência	69
3.4 Trabalho: componente da formação e inclusão da pessoa com deficiência.	74
3.5 Interseções entre os (des)caminhos educacionais e trabalhistas.....	78
IV - CONCEPÇÃO METODOLÓGICA DO ESTUDO: ANÁLISES À LUZ DA TEORIA CRÍTICA - INTERSEÇÕES ENTRE OS MUNDOS DA ESCOLA E DO TRABALHO.	84
4.1 Objetivos e questões de estudo.....	88
4.2 Itinerários metodológicos: procedimentos e instrumento de coleta de dados	89
4.2.1 Procedimentos de análise de dados	91
4.2.2 Aspectos éticos	91
4.3 Sujeitos do estudo: caminhante faz seu caminho ao caminhar.....	91
4.3.1 Caracterização dos sujeitos participantes do estudo.....	93
V- NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS DOS SUJEITOS DA PESQUISA: PERSPECTIVAS INCLUSIVAS EM ANÁLISE	98

5.1 A escola e a construção de um “ideário trabalhista”	100
5.1.1 A passagem da escola para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência	100
5.1.2 Contribuições da escola para a transição do mundo trabalho.....	110
5.2 Inclusão no mundo do trabalho	118
5.2.1 Mundo do trabalho: mercado formal e informal	118
5.2.2 Primeiro emprego e a vaga ocupada hoje	121
5.2.3 Experiências no mundo do trabalho: barreiras, acessibilidade e preconceitos.....	127
5.2.3.1 Barreiras	128
5.2.3.2 Acessibilidade.....	132
5.2.3.3 Preconceito	136
5.2.3.4 Vaga ocupada hoje no mundo do trabalho.	140
5.3 Inclusão em educação e a valorização dos estudos no mundo do trabalho	143
5.3.1 Pessoas com deficiência inseridas no mundo do trabalho formal têm seus estudos valorizados?.....	143
CONCLUSÕES	151
REFERÊNCIAS	161
APÊNDICE	169
APÊNDICE 1	169
APÊNDICE 2	172
APÊNDICE 3	173
ANEXO	175

A verdadeira generosidade está em lutar para que desapareçam as razões que alimentam o falso amor. A falsa caridade, da qual decorre a mão estendida do “demitido da vida”, medroso e inseguro, esmagado e vencido. Mãos estendidas e trêmulas dos esfarrapados do mundo, dos “condenados da terra”. A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, estas mãos, sejam mãos de homens ou de povos, se estendam menos em gestos de súplica. Suplica de humildes a poderosos. E se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo.

Paulo Freire

INTRODUÇÃO

Algumas experiências vividas por mim nas primeiras turmas nas quais lecionei logo que concluí a minha graduação em Licenciatura em Física pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ me levaram a refletir sobre a educação de estudantes com deficiência, visto que, no primeiro momento da minha caminhada profissional, tive um encontro com dois estudantes que traziam em sua humanidade características individuais, um surdo e outro cego, o que se configurou em uma oportunidade de viver experiências, que nesta sociedade, da homogeneização, tem sido negada aos indivíduos.

Ao encontrá-los nas turmas que lecionei pude percebê-los “depositados” protegidos por alguns amigos os quais com eles se identificavam. Nesse momento, uma questão passou a permear minhas reflexões: como trabalhar de maneira que as demandas educacionais desses jovens pudessem ser atendidas, à medida que em nenhum momento da minha formação havia pensado sobre a aprendizagem de estudantes com tais características?

Contudo, um enorme desejo de tirá-los do estado de “depósito”, que os percebia, passou a existir em meus pensamentos e diálogos.

Sair de um aconchegante estado de inércia e colocar-me no movimento de viver essa experiência me fez repensar os caminhos que pretendia seguir em minha trajetória como professora e, concomitante a esta, a minha trajetória humana, pois, um desafio se colocava em meu caminho: a interlocução com esses estudantes e a mediação dos saberes do universo das ciências naturais, em especial a física, necessárias para sua formação humana e intelectual.

Assim, diante desse desafio e percebendo a dificuldade que colegas afirmavam ter na mediação pedagógica/docente com estudantes com deficiência, comecei a problematizar, num primeiro momento, sobre os recursos didático-pedagógicos necessários e disponíveis que poderiam ser utilizados para atender as demandas de aprendizagem dos estudantes em questão, o que contribuiu para minha formação profissional, pois até então não tinha vivido experiências formativas nesse âmbito.

Pude, assim, perceber que as experiências vividas como docente de escolas regulares me permitiram compreender que a inclusão de estudantes com deficiência era e contínua, sendo um desafio para educação contemporânea, considerando os obstáculos que ainda estão presentes nesse processo.

Com o intuito de aprofundar minhas reflexões sobre as barreiras presentes no desenvolvimento e que precisavam ser superadas para que o processo de inclusão dos estudantes supracitados pudesse ocorrer em minhas aulas, em 2010 comecei a participar do “Grupo de Estudos Políticas em Educação: Cultura, Diversidade e Inclusão”, que posteriormente seria renomeado para sua atual denominação “Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI), na UFRRJ, o que contribuiu de maneira significativa para elaboração e desenvolvimento da minha dissertação de mestrado, visto que as leituras e as trocas de experiências me permitiram pensar sobre a heterogeneidade humana e na necessidade de se implementar ações que permitam à escola contemporânea se democratizar, tornando-se mais humana, plural e solidária.

Nesse caminho, inserida como aluna no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) da UFRRJ, amadureci a ideia de ressignificar a inclusão de estudantes com deficiência em uma escola técnica, o Colégio Técnico da Universidade Rural do Rio de Janeiro (CTUR). Durante todo o percurso dessa pesquisa, percebi que existe uma fronteira entre o instituído e o instituinte, pois embora tenha ciência que existem princípios políticos e pedagógicos pensados em prol de uma escola democrática, é perceptível que a construção de estratégias que efetivem esses princípios ainda são desenvolvidas de maneira tímida no cotidiano escolar e, muitas vezes, limitam-se à “integração¹” de estudantes com deficiência na escola regular, o que descaracteriza a inclusão em educação.

¹ Integração escolar foi o processo inicial da inclusão de estudantes com deficiência na Escola Pública Brasileira, datado do final da década de 80 e início da década de 90 do século XX. Neste processo, os estudantes precisavam

Assim, com a certeza de que meu trabalho de mestrado não poderia se encerrar sem que movimentos que rompem com o que está instituído tenham continuidade de forma mais acelerada, para essa ruptura com a estrutura homogeneizante vigente, e em prol da organização de uma escola democrática e inclusiva para todos, é que direciono minhas reflexões sobre qual o papel da escola enquanto formadora para a vida e para o trabalho, no que tange principalmente à pessoa com deficiência.

Em uma sociedade, na qual a formação para o trabalho cotidiano, muitas vezes, conspira contra movimentos de mudanças, e a formação educacional promove a adaptação dos mais aptos e não a emancipação, Adorno (1995) afirma que:

A educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objeto de adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo. Porém, ela seria igualmente questionável se ficasse nisso, produzindo nada além de *well adjusted people*, pessoas bem ajustadas, em consequência do que a situação existente se põe precisamente no que tem de pior. Nesses termos, desde o início existe no conceito de educação para a consciência e para racionalidade uma ambiguidade. Talvez não seja possível superá-la no existente, mas certamente não podemos nos desviar dela. (Adorno 1995, p. 143-144)

Neste ambiente e, agora no curso de Doutorado, minhas inquietudes caminham sobre a necessidade de pensar a relação existente entre educação e inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, partindo do pressuposto que nossa movimentação social ocorre, sobretudo, e contraditoriamente, pelo trabalho, e que a deficiência não deve excluir pessoas da busca por oportunidades em nossa sociedade.

Assim, esta pesquisa se intitula “Inclusão em perspectiva: será a escola a ‘ponte’ entre a pessoa com deficiência e o mundo trabalho?” e teve como objetivos:

- Caracterizar, com base na análise das políticas públicas de educação inclusiva², o processo de transição da educação formal (escola) para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência;

se adaptar à escola, pois esta, em linhas gerais, se mantinha inalterada em relação as transformações necessárias para o atendimento das demandas de aprendizagem dos estudantes.

² Durante o desenvolvimento da pesquisa utilizamos a expressão “Educação Inclusiva” quando nos referimos ao termo adotado nos documentos oficiais. À luz da Teoria Crítica entendemos que este traz consigo contradições, pois revela que mesmo sendo educação um direito fundamental, ainda existem pessoas que estão à margem desse direito. Assim, quando não estivermos nos referindo a legislação utilizaremos o termo “Inclusão em Educação”, pois nossa compreensão é a que todos os estudantes, de qualquer nível/modalidade de ensino, que tenham o acesso a processos educativos e de construção de conhecimento negados e/ou dificultados estão em situação de exclusão.

- Analisar as políticas educacionais que se relacionem com a formação para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência;
- Identificar potenciais relações entre políticas educacionais e trabalhistas no âmbito da inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência;
- Caracterizar itinerários formativos de pessoas com deficiência, sujeitos deste estudo, da escola até o mercado de trabalho;
- Caracterizar, a partir da formação educacional, os desafios encontrados por pessoas com deficiência para entrar no mundo do trabalho.

Entendemos assim, ser necessário a criação de estratégias que concebam as diferenças postas entre todos nós, incluindo as pessoas com deficiência, como elemento constituinte e conceutivo do processo de inclusão.

Desse modo, neste estudo constituímos as seguintes questões de estudo:

- ✓ Quais são as políticas educacionais que se relacionam com a formação para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência?
- ✓ A escola regular tem implementado tais políticas no processo de inclusão da pessoa com deficiência?
- ✓ Os dispositivos legais existentes no âmbito da relação educação e trabalho contribuem para inclusão social da pessoa com deficiência? De que forma?
- ✓ Como se estabelece, do ponto de vista legal/político, a passagem da escola para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência?
- ✓ A escola regular alicerçou a construção de um “ideário trabalhista” para a pessoa com deficiência? Como têm sido essas experiências?
- ✓ Em qual segmento (formal ou informal) do mundo do trabalho a maioria das pessoas com deficiência se estabelece?
- ✓ As pessoas com deficiência inseridas no mundo do trabalho formal têm seus estudos valorizados?

Convém salientar que essas questões se agregam a outros fatores que colocam a escola tradicional, que tem sido possível até os dias atuais, em um cenário marcado por contradições sociais, que precisam ser superadas, a fim de que se garanta equiparação de oportunidades para todos.

Em acordo com as questões apresentadas, este trabalho busca ser proeminente em sua contribuição, pois no contexto atual, poucas são as iniciativas que visam a acompanhar a implementação de políticas públicas na área educacional em interface com o mundo do trabalho.

Para subsidiar essa pesquisa, recorreremos ao aporte teórico-metodológico da Teoria Crítica da Sociedade, com destaque ao pensamento de Theodor Adorno, visto que acreditamos que não possível diligenciar as causas da exclusão e da barbárie, ainda tão atuais na sociedade, sem dialogar sobre a formação humana dentro da ótica da sociedade burguesa. Nossas reflexões também consideram os estudos de Damasceno e Costa, comentadores do pensamento adorniano. Para discussão sobre as tramas histórico-políticas da Educação Especial à inclusão em educação, aportamo-nos no pensamento de Mazzotta e Ainscow. Em tempo, o diálogo sobre o mundo do trabalho demos destaque para Mattoso, Sasaki e Frigotto.

Embora Adorno não tenha sistematizado uma teoria pedagógica sobre inclusão em educação e o mundo do trabalho, acreditamos que suas análises podem contribuir para efetivação de um fazer pedagógico que busque a emancipação e a autonomia humana. Assim, concordamos com Pucci (1994, p. 54) quando afirma que:

A Teoria Crítica não se propõe a desenvolver uma teoria educacional específica. Pretende sim, a partir de suas análises sobre os problemas sociais do mundo ocidental, especificamente dos problemas culturais, trazer luzes e enfoques novos à concepção dialética da educação que vem sendo constituída, por muitas mãos e mentes, a partir de Marx.

Desse modo, a organização textual está estruturada em quatro capítulos.

No capítulo 1, apresentamos a formulação da situação-problema, onde buscamos apresentar a contextualização do estudo, a justificativa da escolha do tema, em que apresentamos o estado da arte³ das pesquisas realizadas sobre essa temática em um período de 5 anos 2015 a 2020, esse período foi escolhido em função do estabelecimento do Estatuto da pessoa com Deficiência, além da problematização, das questões de investigação, o objetivo geral e os específicos do estudo.

³ É o mapeamento (uma pesquisa) que possibilitará o conhecimento e/ou reconhecimento de estudos que estão sendo, ou já foram realizados no Brasil (em alguns casos no mundo) com temáticas, ou linhas de pesquisa, iguais ou parecidas a que você está estudando. (Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/blog/videos/o-que-e-o-estado-da-arte, 02/05/2020>).

No capítulo 2, propomos a reflexão acerca do cenário histórico de políticas de inclusão que alicerçam a inclusão em educação/escolar e a inclusão no mundo do trabalho, com vias a estabelecer a relação estas instâncias formativas.

No capítulo 3, considerando os limites sociais postos numa sociedade heterônoma que impõe a adaptação como único meio para a educação e sobrevivência nesta sociedade, dialogamos sobre a formação educacional e trabalho como agente formativo da pessoa com deficiência.

No capítulo 4, caracterizamos os sujeitos da pesquisa, assim como os procedimentos e instrumentos adotados para a coleta de dados, além de realizarmos as análises das narrativas cotejadas às políticas públicas de inclusão, que por sua vez foram articuladas, quando pensamos sobre os caminhos que as pessoas com deficiência trilharam até se encontrarem no mundo do trabalho.

Por fim, as considerações finais destacam os aspectos pontuados nas análises, correlacionando-os aos objetivos iniciais propostos. Apresentamos, também, indicadores que fundamentam novas propostas de atuação, bem como alternativas, a partir dos resultados da pesquisa, que possam contribuir para o aprimoramento da escola, em sua relação com o mundo do trabalho, para as pessoas com deficiência.

Nosso desejo é que o resultado deste estudo possa contribuir para o diálogo sobre o estabelecimento de meios que aproximem as fronteiras entre o instituído e o instituinte na escola e no mundo de trabalho, colaborando não somente com a sua democratização, mas com a consecução da inclusão de pessoas com deficiência, pois segundo Adorno (1995, p.156): “A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma autorreflexão crítica”.

Assim, cabe enfatizar que esta tese busca compreender e debater os impactos das políticas inclusivas na escola regular, para que pessoas com deficiência, entre outras demandas educacionais, compreendam as relações sociais de produção, ou seja compreendam a relação existente entre capital e a movimentação para o mundo do trabalho, e sobretudo, como essas políticas alicerçam a saída da escola e a inclusão no mundo do trabalho, pois entendemos que o trabalho, como princípio educativo, conecta-se à própria maneira de viver dos seres humanos e, dessa forma, não pode ser reduzido a produção de valores de uso, em seu aspecto formativo e educativo.

No instante em que indagamos: "Educação - para quê?", onde este "para quê" não é mais compreensível por si mesmo ingenuamente presente, tudo se torna inseguro requer reflexões complicadas. E, sobretudo, uma vez perdido este "para quê", ele não pode ser simplesmente restituído por um ato de vontade, erigindo um objetivo educacional a partir do seu exterior.

Theodor Adorno

I - FORMULAÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA: PERSPECTIVAS INCLUSIVAS EM EDUCAÇÃO SOBRE/PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A inclusão de pessoas com deficiência vem sendo construída sobre propostas instituídas nas políticas públicas de diversos países e contrapõe-se às desigualdades e às exclusões que nascem de ações postas pelo plano econômico, bem como no modelo de produção e de acumulação do capital. O processo de inclusão nas diversas esferas da vida social ainda não atende às pessoas as quais vivem à margem dele, devido ao modelo econômico, político e globalizado que as exclui de forma perversa do exercício do trabalho.

No que tange à concepção de Educação Especial inclusiva, à medida que nossas reflexões transitaram sobre o mundo escolar e o mundo trabalho, essa concepção se fundamenta no direito à convivência não segregada dos estudantes com deficiência. Para tanto, fez-se necessário um longo percurso em termos da implementação de políticas educacionais adequadas ao movimento de democratização escolar e social.

Na década de 1990, esses direitos foram reforçados e explicitados com maior clareza em documentos internacionais que abriram portas para a discussão sobre o reconhecimento da diversidade.

Nesse momento da história, o Brasil faz a opção pela construção de um sistema educacional inclusivo quando concorda com a Declaração de Jomtien (1990) e torna-se signatário da Declaração de Salamanca (1994), que teve como marco principal as discussões sobre os meios pelos quais a atenção educacional de estudantes com deficiência seria estabelecida, proclamando que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Todavia, também na década de 1990, tornam-se mais intensas e substantivas as mudanças na dinâmica do capitalismo. Os mercados de bem e serviços se globalizam, assim como a economia, e esse avanço mundial transcende os fenômenos econômicos, invade as dimensões políticas, culturais e sociais, transforma as atribuições do Estado, o que traz consequências para o mercado de trabalho, que se torna mais excludente, intermitente e informal. A mundialização do trabalho passa a atuar como uma força centrípeta que determina o que deve ser produzido e quem continuará tendo sua mão de obra explorada.

Sobre esse cenário, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2000) enfatizam mudanças ocorridas na sociedade brasileira, visto que a globalização avançou, as políticas neoliberais ganharam força, o desemprego cresceu e o mercado de trabalho se transformou com o advento das novas tecnologias de informação,

Estas mudanças estruturais tiveram efeitos importantes sobre o ritmo e a estrutura do crescimento da economia. Entre 1990 e 1992, o país viveu uma forte recessão, com redução do nível de atividade e aumento da taxa de desemprego. A partir de 1993 e, mais intensamente, da estabilização em junho de 1994, esse processo foi revertido, com crescimento da economia até 1997. Com o advento da crise asiática e da crise financeira internacional em meados de 1998, ocorreu uma interrupção do crescimento econômico. Como não poderia deixar de acontecer, esses desenvolvimentos, em nível macroeconômico, tiveram fortes reflexos sobre o desempenho do mercado de trabalho, que continuam a se propagar no final dos anos 90. Redução do emprego industrial e aumento da proporção de trabalhadores informais, combinado a crescimento do rendimento real dos trabalhadores e do emprego nos setores comércio e serviços, são alguns desses reflexos.

A partir desse contexto, no qual a inclusão será o tema recorrente, estaremos debruçados sobre educação e trabalho de pessoas com deficiência, frente às transformações sociais ocorridas nas últimas décadas, identificadas pelo aumento do debate acerca dos direitos dessas pessoas, à concepção de legislações específicas para inclusão no mundo do trabalho e social.

Sobre esse enfoque, surge a problematização desta tese de doutoramento: compreender, por meio dos dispositivos legais e do diálogo com a pessoa com deficiência, como se estabelece a passagem do mundo escolar para o mundo do trabalho, que cada vez mais se constitui seletivo e excludente.

Pensar sobre o mundo do trabalho e o processo inclusivo de pessoas com deficiência a partir da educação é estabelecer uma nova perspectiva, decompondo o significado e o entendimento sobre a inclusão presente no imaginário, à medida que incluir demanda novas/outras estratégias para a educação.

Sendo assim, nesta tese, vamos ponderar sobre inclusão no mundo do trabalho, partindo do pressuposto que a escola é o início do caminhar para esse mundo. Considerando essa perspectiva, no Brasil, evidenciam-se inúmeras legislações vigentes que constituem o arcabouço legal das políticas inclusivas, como por exemplo: Constituição Federal de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96; Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência que foi estabelecida pelo Decreto nº 3.298 de 1999; Lei Cotas para Deficientes e Pessoas com Deficiência nº 8.213/91; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP, 2008) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015, dentre outras.

É notório que esses documentos e essas legislações favoreceram o fortalecimento e efetivação das ações afirmativas de inclusão, mas, para que uma sociedade possa ser considerada inclusiva, todos os indivíduos, que dela fazem parte, precisam ser esclarecidos sobre seus direitos e devem também cumprir seus deveres. Quando pensamos sobre esses direitos e deveres, à luz da Teoria Crítica, torna-se necessária a reflexão sobre acontecimentos que ocorreram no passado e que ocorrem atualmente, de forma que eles sejam reelaborados para que não se repitam. Adorno (1995), em seu texto “Educação Após Auschwitz”, relata que a barbárie continuará acontecendo enquanto a sociedade continuar alimentando os fundamentos que geram as condições para regressão.

Nesse ambiente, a educação das pessoas com deficiência no Brasil, que durante muito tempo esteve subordinada às causas da deficiência, alicerçando-se, assim, sobre um atendimento voltado à área da saúde em detrimento aos aspectos pedagógicos, sugere-nos o quanto se deixou de fazer por essas pessoas, o tempo que se levou para reconhecê-las como

sujeitos de direito e o quanto é urgente que o reconhecimento pleno da dignidade e respeito à condição humana delas se efetive na totalidade.

No Brasil, a luta para que essa dignidade seja alcançada, no que tange às pessoas com deficiência, tem recebido novos contornos, desde que o país aderiu tratados e convenções internacionais, que fizeram emergir uma inserção social, mesmo que lenta e gradativa. Embora tenhamos hoje leis sólidas, pouco se tem feito no aspecto prático, o que nos remete a uma falsa noção da realidade, resultado de normas e princípios afastados da realidade vivenciada por essas pessoas, que, pela condição, ainda não têm suas vozes ouvidas na totalidade, pois vivem à margem das classes que participam das decisões políticas do país.

Sobre essa perspectiva, na qual mesmo com a ampliação das políticas públicas voltadas para inclusão, continua-se excluindo o indivíduo, pois não são oferecidas condições efetivas para que se inclua socialmente em um sistema político e econômico vigente, que busca “modelagem das pessoas⁴” em detrimento à autonomia, tendo em vista que o fenômeno em debate, nesta pesquisa, é como a escola tem possibilitado/potencializado a “passagem” dos estudantes com deficiência para o mundo do trabalho, à medida que a educação precisa ser o motor de mudança da sociedade.

Os dados do Censo Escolar de 2019, sobre o número de matrículas das pessoas com deficiência, informam-nos que o número de matrículas da Educação Especial chegou a 1,3 milhão em 2019, um aumento de 34,4% em relação a 2015 quando se instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Os números nos mostram que o Ensino Fundamental, concentra 70,8% das matrículas da Educação Especial e que, quando avaliado o aumento no número de matrículas entre 2015 e 2019, as matrículas no Ensino Médio são as que mais cresceram, com um acréscimo de 91,7%.

⁴ Para Adorno (1995), “não temos o direito de modelar pessoa a partir do seu exterior”. Assim, as políticas públicas voltas a inclusão precisam ser instituídas para que processos educativos levem o ser humano para além do lugar comum que a sociedade lhe impõe.

Gráfico 1 - Número de matrículas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas segundo etapa de ensino – Brasil – 2015 a 2019



Fonte - Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica

Evidentemente, as legislações que afirmam a presença de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns tem contribuído para que um aumento gradual das matrículas desse público se efetive em todas as etapas da escola regular. Com exceção da Educação de Jovens e Adultos (EJA), as demais etapas da Educação Básica apresentam mais de 89% de estudantes incluídos em classes comuns em 2019. A maior proporção de estudantes incluídos é observada no Ensino Médio e na Educação Profissional, concomitante ou subsequente, com inclusão superior a 99%. Cabe enfatizar que os dados não esclarecem se esses estudantes tiveram acesso a Atendimento Educacional Especializado (AEE), salas de recursos multifuncionais (SRM) ou outros serviços especializados, considerando suas demandas individuais.

Sobre o aumento no número de matrículas observado no Ensino Médio e no ensino profissionalizante, que são as etapas da Educação Básica que antecipam a passagem para o mundo do trabalho, é importante fazermos a reflexão sobre como uma escola que caminha na direção da homogeneização, ou seja, padroniza modos de ser e agir dos indivíduos com base em uma referência dominante, está se organizando para efetivar a escolarização de pessoas com deficiência matriculadas no ensino regular.

Mesmo considerando que o ensino profissionalizante, por vezes, segrega os que, por algum motivo, são considerados menos aptos ao trabalho, a inclusão escolar de estudantes com deficiência no ensino profissionalizante é um dos caminhos que precisam ser estabelecidos para que estes possam ter acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade. Pressupomos, assim, que a Educação Profissional pode aproximar as pessoas com deficiência do mundo do trabalho. Entretanto, não basta ensinar a maneira mais eficiente de se adaptar ao meio, é preciso oferecer condições para o surgimento de uma consciência crítica e emancipatória, visto que uma educação emancipatória precisa da formação cultural, do pensamento crítico e da autonomia, para romper com a visão tecnicista e positivista que determina hierarquias no conhecimento e privilegia a competição.

Nessa perspectiva, Damasceno (2006, p.58) afirma que:

(...) é possível pela educação possibilitarmos uma formação emancipatória, desde que se tenha clareza desse objeto e dessa possibilidade. Se o processo educacional encontra-se obscurecido quanto suas às orientações emancipatórias, os sujeitos participantes do processo – professores e estudantes, deficientes e não deficientes, é que deverão, pela crítica reflexiva, instância possível de resistência à barbárie, resistir à sua reprodução e manutenção.

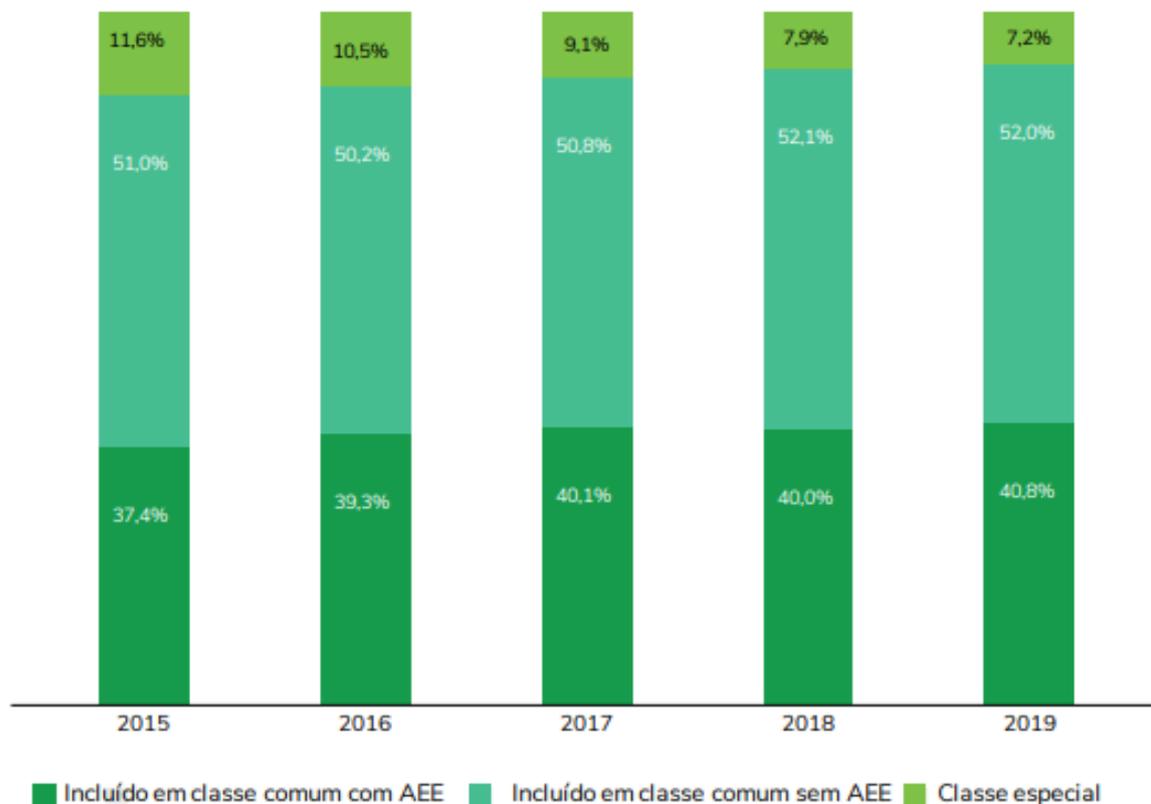
Sobre essa lógica marginal de concepção de educação, a luta por espaços nos quais as diferenças se constituam em elementos para o diálogo e crescimento de todos precisa ser contínua, pois os dados que temos nos demonstram, mais uma vez, que a escola que tem sido possível vem reproduzindo as dimensões impostas pela sociedade do capital que não oferece as mesmas condições para todos.

Damasceno (2010, p. 82) sobre a organização da escola afirma que:

[...] as concepções de organização escolar pautam-se em rígidas estruturas com demasiado rigor burocrático, o que inclusive justificaria uma série de descompassos na escola, como por exemplo, o imprescindível, mas negado, Atendimento Educacional Especializado em contraturno para estudantes com dificuldades/obstáculos na aprendizagem; a ausência/escassez de uma proposta organizacional participativa, fruto ainda de uma concepção gestora/organizacional centralizadora, onde comumente observa-se que quando existe um Projeto Pedagógico na instituição este não é fruto de uma construção coletiva entre todos os pares da escola, reproduzindo a hierarquia entre saberes/fazeres sociais no âmbito escolar e descaracterizando o processo democrático de organização da escola.

O autor nos leva a reflexão que a falta de experiência com práticas democráticas emancipatórias acaba dificultando a organização da escolar, à medida que a dissociação necessária como um modelo de educação que supere a modelagem de pessoas ainda não foi possível.

Gráfico 2 - Percentual de matrículas de estudantes de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação que frequentam classes comuns (com e sem Atendimento Educacional Especializado) ou classes especiais exclusivas – Brasil – 2015 a 2019



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Os números nos revelam que a procura por escolas especiais tem diminuído gradativamente e que é crescente a matrícula de estudantes nas escolas regulares. Contudo, fica claro que as oportunidades não estão sendo as mesmas para todos, pois mais da metade dos estudantes com deficiência ainda não tem o apoio escolar especializado de que necessitam para o seu desenvolvimento na escola regular.

A verificação desses dados nos levam a acreditar que não cabe falar em educação e sim em pseudoeducação das pessoas com deficiência na escola regular. Segundo Adorno (1995), a educação regular torna-se pseudoformação ao não atender a requisição de emancipação para os

educandos, ou seja, a educação para a adaptação, impostas aos estudantes com deficiência, reproduz o que é praticado por todos os estudantes, num movimento oposto a educação para construção do conhecimento do indivíduo

Sobre essa reflexão, concordo com Adorno (1995, p. 169-170) quando o autor afirma que: “[...] não somos educados para a emancipação”. Exatamente sobre essa reflexão emergem questões que fundamentam este estudo: A escola regular acolheu/implementou políticas e práticas para a construção do processo de inclusão em educação? A escola regular alicerçou a construção de um ideário trabalhista para a pessoa com deficiência? As práticas inclusivas presentes nos processos de educação para o trabalho contribuem de forma efetiva para inclusão social da pessoa com deficiência?

Essas são algumas das questões que possuem desdobramentos que alicerçam este estudo. E reforçando a pertinência dessas questões, Adorno (1995, p.182-183) reflete que:

Tenho a impressão de que, por mais que isto seja almejavél, tudo ainda se dá excessivamente no âmbito institucional, sobretudo da escola. Mesmo correndo o risco de ser taxado de filósofo, o que, afinal, sou, diria que a figura em que a emancipação se concretiza hoje em dia, e que não pode ser pressuposta sem mais nem menos, uma vez que ainda precisa ser elaborada em todos, mas realmente em todos os planos de nossa vida, e que, portanto, a única concretização efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nesta direção orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contradição e para a resistência.

Ao compreendermos que a educação deve se movimentar no sentido e na direção da resistência as diversas formas de barbárie social, encontramos mais uma vez a relevância deste estudo, pois por mais que se construam estratégias educacionais dificilmente não apareceram movimentos que colaborem com a barbárie. Contudo, a educação para o esclarecimento e para emancipação pode oportunizar a humanização daqueles que praticam atos bárbaros.

Por isso, a perseguição a uma educação a favor da emancipação e da autonomia, pois assim, como a barbárie exclui, oprime, segrega, tortura, também define poderes que fazem com que se perpetue. Essa é a essência da concepção de educação na Teoria Crítica, a promoção da autonomia como resultado da *práxis* acrescida de uma formação cultural mais ampla. É essa educação que deve incluir a realidade dialogicamente, diferenciando aspectos da sociedade e da sua verdadeira realidade, superando a inércia e rompendo com a falta de autonomia resultante da vida social sob as determinações das relações sociais capitalistas.

Para tanto, é preciso que ela seja capaz de compreender a contradição indissociável na vida social, contrapondo-se à barbárie que gera exclusão e violência. Sendo assim, é urgente que a educação seja a força motriz que direciona todos aqueles que têm direito de recebê-la, a planejar e lutar para que todos os seus direitos, para além da educação, sejam garantidos, inclusive o direito ao trabalho.

Sobre essa perspectiva, outro nível de ensino que merece destaque, à medida que, teoricamente, a inclusão no mundo do trabalho está diretamente ligada ao nível de escolaridade, é a chegada ao Ensino Superior pelas pessoas com deficiência.

A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior insere, em nosso diálogo, mais uma questão que alicerça esse trabalho: as pessoas com deficiência inseridas no mundo do trabalho formal têm seus estudos valorizados?

As condições adversas enfrentadas pelas pessoas com deficiência ao longo do seu caminho de escolarização, desde os níveis básicos e a luta histórica pela democratização da educação, em todas as suas etapas, se refletem diretamente no acesso dessas pessoas ao ensino superior.

Analisando a trajetória da Educação Superior brasileira, percebe-se o crescimento do número de instituições de ensino superior, de cursos e, conseqüentemente, de matrículas. No que se refere ao número de matrículas de estudantes com deficiência, percebemos que, mesmo de forma tímida, tem aumentado. Porém, cabe enfatizar, que mesmo não sendo uma questão que será desenvolvida neste trabalho, as condições de permanência e de conclusão do curso não estão sendo oferecidas na sua totalidade para esse público.

Entre as políticas mais recentes que contribuem para o acesso e a permanência das pessoas com deficiência ao ensino superior, destacam-se o Programa Universidade para Todos (ProUni), instituído pela Lei nº. 11.096/2005, que reserva um percentual de bolsas às pessoas com deficiência em universidades privadas, desde que atendam aos critérios estabelecidos no programa; e o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), conforme Portaria Normativa nº. 14, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007), que cita normas gerais e critérios básicos com o objetivo de incluir um número maior de pessoas com deficiência no meio acadêmico, tanto em instituições públicas como em particulares. Essas políticas constituem dois

eixos relevantes para a inclusão das pessoas com deficiência ao ensino superior e modificam-se frequentemente, a fim de atender às especificidades desse movimento.

Ainda sobre a legislação e políticas públicas para pessoas com deficiência no ensino superior, o Plano Nacional de Educação, que entrou em vigor para o decênio 2014-2024 (BRASIL, 2014), é o documento mais recente. Nesse documento, encontramos estratégias específicas que visando à inclusão de minorias, com ênfase na universalização e na ampliação do acesso à educação e no atendimento em todos os níveis educacionais.

Dados dos censos educacionais realizados pelo Ministério da Educação, mostram-nos que entre 2015 e 2019, as matrículas passaram de 37.986 para 48.520. Esse dado, informam-nos que, mesmo de forma moderada, as pessoas com deficiência estão buscando a construção do conhecimento.

Tabela 1 - Número de matrículas em cursos de graduação de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação – Brasil 2015 a 2019

Ano de consulta	Número de Matrículas de Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação	Percentual em Relação ao Total de Matrículas em Cursos de Graduação.
2019	48.520	0,56%
2018	43.633	0,52%
2017	38.272	0,46%
2016	35.891	0,45%
2015	37.986	0,47%

Fonte: Censo Superior da Educação. Disponível em https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf

O panorama apresentado nos permite afirmar que as políticas públicas implementadas nos últimos anos, no Brasil, indicam uma dilatação no processo de inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior. Entretanto, os números também nos apontam que as políticas e práticas de ensino superior ainda dependem de ampliação de saberes, pois instituir o acesso das pessoas com deficiência no ensino superior não necessariamente equaliza oportunidades, visto que as mesmas pessoas com deficiência historicamente já enfrentaram diferentes formas de exclusão e subalternidade que, quando conseguem acessar o sistema de ensino o próprio

sistema deve criar condições que ampliem essas oportunidades, a fim de que essas pessoas, em relação a outras sem deficiência, possam avançar no processo de escolarização.

O aumento no número de matrículas e ingressos no ensino superior por pessoas com deficiência, confirma que, mesmo de forma lenta, há uma ampliação na busca pela formação continuada e multifacetada exigida pelo mundo do trabalho que, historicamente, tem se estabelecido restritivo, competitivo, excludente. Sobre isso, Adorno (1995, p. 161) afirma que “[...] um ensino que se realiza em formas humanas de maneira alguma ultima o fortalecimento da competição”.

Sobre esse cenário, temos a consciência que o espaço ocupado pela educação formal e institucionalizada, a qual funciona como uma caixa de ressonância das demandas da sociedade do capital, apresenta-se como o lugar no qual recebemos uma educação para cidadania e uma qualificação para o mundo do trabalho. No entanto, entendemos que a educação para emancipação só será possível quando um processo pedagógico crítico se estabelecer, pois, do contrário, o que se materializa é a semiformação⁵. (ADORNO, 2010)

A inclusão precisa ser um movimento de resistência à exclusão. A escola precisa atender as demandas da diversidade, organizar e implementar respostas educativas que alicercem a apropriação do saber e da capacidade reflexiva, para que todos, tenham as mesmas oportunidades de conhecer e lutar pelos seus direitos. Portanto, a proposta de uma educação para inclusão e para resistência, que se propõem nesta pesquisa, alicerçasse na necessidade de se refletir sobre práticas conscientes e positivas. Para Adorno:

Somente são verdadeiras aquelas reflexões sobre o progresso que mergulhem nele, mantendo, contudo, distância e que evitam os fatos paralisadores e os significados especializados. Hoje, tais reflexões culminam na consideração sobre a humanidade será capaz de evitar a catástrofe, São de vital importância para humanidade as formas de sua própria constituição global, enquanto não se constitui e intervém um sujeito global consciente de si mesmo (Adorno, 1995, p.38)

Assim, partindo do princípio de que a pessoa com deficiência é um sujeito de direito e que, para que este se torne esclarecido e, sobretudo, tome uma consciência verdadeira sobre

⁵ Para Adorno (1995, p. 22), “o conceito de “semiformação” constitui a base social de uma estrutura de dominação, e não representa o resultado de um processo de manipulação e dominação políticas” ele ainda reforça no seu ensaio Teoria da Semiformação (2005, p.2) que “semiformação” passou a ser a forma dominante da consciência atual, o que exige uma teoria que seja abrangente. Sobre essa perspectiva, utilizamos o termo semiformação para identificar uma formação incompleta.

esses direitos, é urgente que se construam caminhos, que efetivem seu processo de formação educacional e contribuam de maneira positiva sobre a transição do mundo escolar para o mundo do trabalho.

Com base nessa consideração, para chegamos à construção das questões que delimitaram os objetivos dessa tese e, a fim de conhecer e entender as tendências educacionais que orientam ou não a pessoa com deficiência para o mundo do trabalho, realizei um estudo da arte, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), de 2015 a 2020, com a intenção de refletir sobre as produções acerca do tema investigado nesta tese, a partir da promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Para realizar a pesquisa, partimos dos seguintes temas:

- Mercado de trabalho para pessoas com deficiência, sobre o qual foram encontradas 30 teses e 87 dissertações de 2015 a 2020.
- Inclusão no mercado de trabalho da pessoa com deficiência, sobre o qual foram encontradas 19 teses e 53 dissertações de 2015 a 2020.
- Educação e inclusão no mercado de trabalho das pessoas com deficiências, sobre o qual foram encontradas 14 teses e 27 dissertações de 2015 a 2020.

Após analisar todos os títulos, a primeira observação que fizemos foi que todos se repetiram, nos três temas selecionados para a pesquisa, o que nos leva a concluir que pouco se tem pesquisado sobre a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho e que, quando consideramos unir o tema educação e trabalho, esse movimento parece ter uma incipiência ainda maior, identificado pela redução do número de dissertações e teses quando incluímos a palavra “educação” na pesquisa.

Entendo que o tema “educação e inclusão no mercado de trabalho das pessoas com deficiências” é o que mais se aproxima do que propomos para este estudo. Analisamos os títulos e os resumos das 14 teses e 27 dissertações, e concluímos que nenhum deles tratava diretamente da relação educação – mundo de trabalho, confirmando que essa temática ainda é pouco presente nas investigações acadêmicas em nível nacional.

Tabela 2 - Teses e Dissertações sobre a temática Educação e mercado de trabalho para as pessoas com deficiência – 2015 a 2020

EDUCAÇÃO E O MERCADO DE TRABALHO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS		
AUTOR	NATUREZA/TÍTULO	ANO/INSTITUIÇÃO
FREIRE	Dissertação: O deficiente e o mercado de trabalho: uma análise dos programas de qualificação profissional no município de Manaus.	2015/UFAM
CUNHA	Dissertação: PROGRAMA BPC na Escola: Dilemas e Perspectivas no Campo dos Direitos Sociais.	2015/UFES
COUTINHO	Dissertação: Biblioteca virtual de soluções assistivas: educação e trabalho.	2015/UFRGS
LIMA	Dissertação: Experiências inclusivas na educação de jovens e adultos em um município do interior paulista.	2015/UNESP
MATTOS	Dissertação: AVAVOZ - mediando as relações de navegabilidade e interação de pessoas com deficiência visual e o Moodle.	2015/SENAI CLIMATEC
ARAÚJO	Dissertação: Inserção das PCD beneficiárias do BPC no mercado de trabalho: O programa BPC trabalho em questão.	2016/UEPB
COSTA	Dissertação: Perfil dos servidores com deficiência da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.	2016/UFRN
ASSIS	Dissertação: A pessoa com deficiência no serviço público: análise das condições de trabalho na Universidade Federal de Goiás regional Jataí.	2016/UFG
SANT'ANA	Dissertação: Modelo multicritério de requisitos informacionais para inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.	2016/UFSC
LORENZO	Dissertação: Inserção de pessoas com deficiências no mercado formal de trabalho a partir da percepção dos profissionais de recursos humanos das empresas.	2016/UNESP

MANASSERO	Dissertação: A concepção do atleta deficiente visual de Futebol sobre a Lei 8.213/91 (Lei de Cotas).	2016/MACKENZI
PAGAIME	Dissertação: Ações afirmativas para inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: um estudo sobre concursos públicos.	2016/ MACKENZI
MIRANDA	Dissertação: Inclusão de pessoas com deficiências no mercado de trabalho: como as escolas públicas de administração fluminenses formam gestores para trabalhar pela inclusão desses indivíduos?	2017/UFF
MATOS	Dissertação: Os desafios da capacitação técnica das Pessoas com Deficiência (PcDs) no mercado de trabalho: um estudo de caso CEFET-RJ.	2017/UFF
SANTOS	Dissertação: Educação financeira nas trilhas da inclusão no Ensino Fundamental I	2017/UNIGRANRIO
SHIMITE	Dissertação: Inclusão e educação tecnológica em foco: percepções de uma aluna com deficiência visual, de seus professores e de seus colegas.	2017/UNESP
CALEGARI	Dissertação: O perfil profissional docente dos egressos da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia-MG.	2017/UFTM
ZAMPIERI	Dissertação: Proposta de uso do objeto de aprendizagem incluir em contextos organizacionais: princípios teóricos norteadores	2017/UCS
SANTOS	Dissertação: Uso das tecnologias da informação e comunicação - TIC – tecnologia assistiva – sistema inteligente para a capacitação e inclusão de pessoa com deficiência visual no mercado de trabalho – um estudo de caso.	2018/UNINTER
OLIVEIRA	Dissertação: Educação Profissional de pessoas com deficiência: política e produção acadêmica, no Brasil, pós Lei 8.213/1991.	2018/USP
LAMONIER	Dissertação: Perspectivas de futuro profissional das pessoas com deficiência e com necessidades educacionais específicas.	2018/UFG
MARQUES	Dissertação: A dicionarização de termos da apicultura em libras.	2018/UFCG

MATOS	Dissertação: Biopolítica e educação: desafios da inclusão escolar das pessoas com deficiência no neoliberalismo.	2019/UNESP
BORGES	Dissertação: Estudo sobre acesso e permanência no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual.	2019/UFSCAR
PINHEIRO	Dissertação: Egressos universitários com deficiência e inserção no mercado de trabalho competitivo.	2019/UFRN
VASCONCELLOS	Dissertação: Estratégias de governo sobre sujeitos com deficiência em programas da mídia televisiva.	2019/UFRGS
ARAUJO	Dissertação: O trabalho de professoras com deficiência visual: uma análise político-social da inclusão profissional na rede regular de ensino de belo horizonte.	2020/UFMG
PIOVESAN	Tese: Sistema imersivo para inclusão de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho.	2015/UFRGS
RECH	Tese: Da escola à empresa educadora: a inclusão como uma estratégia de flexibilidade.	2015/ UFRGS
FONSECA	Tese: Os Discursos Sobre Inclusão Social Da Pessoa Com Deficiência: dos desafios educacionais às conquistas profissionais.	2015/UFMS
ASSIS	Tese: In/exclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho no estado do Pará.	2017/UFPA
PEREIRA	Tese: Processos de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: a apropriação da Solução Assistiva no Contexto das Organizações Brasil-Espanha.	2017/ UFRGS
TURCHIELLO	Tese: A produtividade dos sujeitos com deficiência na articulação da Educação Profissional e tecnológica com a inclusão.	2017/UFMS
RORIGUES	Tese: Inclusão de pessoas com deficiência em cursos profissionalizantes: ressonâncias na formação continuada e nas práticas pedagógicas dos professores.	2017 UFRGS
FRANCISCATTO	Tese: SolAssist - Biblioteca Virtual de Soluções Assistivas acessível e responsiva na	2017/ UFRGS

	promoção da inclusão social de pessoas com deficiência.	
BOROWSKY	Tese: Educação Especial no Brasil: contradições nas políticas de inclusão (2003-2014)	2017/ UFRGS
FERNANDES	Tese: Tradução, adaptação cultural e análise da confiabilidade da versão brasileira do questionário de reabilitação para o trabalho: WORQ	2017/ MACKENZI
SANTOS	Tese: Inserção laboral das pessoas com deficiência no Sistema S da cidade de São Carlos	2018/UFSCAR
LIMA	Tese: Relação entre a Rede Municipal de Ensino e o Terceiro Setor para a escolarização das pessoas com deficiência em Manaus	2018/UFAM
DUARTE	Tese: Ser profissional de saúde com deficiência no ambiente hospitalar	2018/UFTM
MOHR	Tese: Sustentabilidade e inclusão: estratégias de governo na sociedade contemporânea de racionalidade neoliberal	2018/UFMS

Fonte: Autoria própria (2020)

Analisando as teses e dissertações selecionadas, organizamos/categorizamos tais produções de acordo com as palavras-chaves:

- Identidade das pessoas com deficiência, com 7 dissertações e 1 tese
- Inserção no mercado de trabalho, com 6 trabalhos e 8 teses
- Formação e trabalho docente, com 2 dissertações
- Tecnologias assistivas, com 3 dissertações e 2 teses
- Direito das pessoas com deficiência, com 5 trabalhos e 1 tese
- Profissionalização da pessoa com deficiência, com 2 dissertações e 2 teses

- Inclusão em educação, 2 dissertações

Pensando sobre as categorias: inserção no mercado de trabalho, direito das pessoas com deficiência, profissionalização da pessoa com deficiência e inclusão em educação, que acreditamos ser as que mais se aproximam do nosso problema de pesquisa, alguns aspectos identificados durante nossa leitura dos resumos, e dos principais capítulos, referem-se ao acesso dos estudantes com deficiência; a escassa delimitação dos campos de alcance do ensino regular e especial; as contradições encontradas nas Leis em virtude de adoção dos princípios da inclusão sem uma concordância educacional, cultural, social e econômico que os legitimem.

Dos estudos analisados sobre educação e trabalho para pessoa com deficiência, a categoria que apresentou mais produções foi a sobre inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, porém entendemos que, somente o trabalho de Fonseca (2015), intitulado “Discursos sobre inclusão da pessoa com deficiência: dos desafios educacionais às conquistas profissionais”, trouxe uma aproximação com nossa pesquisa, o mesmo trabalho tratou da inclusão das pessoas com deficiência, mostrando a relação entre educação e conquista profissional em uma grande rede de supermercados no Estado de Mato Grosso do Sul.

De um modo geral, este estudo da arte possibilitou a reflexão sobre a temática desta pesquisa, que está alicerçada na relação entre inclusão escolar e mundo do trabalho para pessoas com deficiência. Essa pesquisa nos permitiu compreender a importância desta tese, à medida que identificamos trabalhos que versam sobre o tema, mas que se distanciam da nossa proposta, que é entender com base nos relatos das próprias pessoas com deficiência se a escola que temos as preparou para o que denominamos mundo do trabalho.

O passado só estará plenamente elaborado no instante em que estiverem eliminadas as causas do que passou. O encantamento do passado pôde manter-se até hoje unicamente porque continuam existindo as suas causas

Theodor Adorno

Construímos muros demais e pontes de menos

Isaac Newton

II - HISTÓRICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO

Refletir sobre as políticas de inclusão para as pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, na escola e no mundo do trabalho, é dialogar sobre caminhos que vão ao encontro da diversidade humana, à medida que quando pensamos na aplicabilidade dessas políticas percebemos que o direito que garante o acesso não é o mesmo que garante a permanência.

Nesse sentido, as reflexões que iniciam este capítulo provocam-nos a reflexão sobre as incoerências existentes no desenvolvimento da inclusão em educação, à medida que a exclusão educacional e social ainda existe e, se institui por intermédio de estratégias, que ainda que disfarçadas, continuam a funcionar.

Para Adorno (1995), elaboração do passado não se dá encerrando a questão do que passou, mas rompendo o encanto do mesmo por meio de uma consciência verdadeira sobre o que passou. É neste processo que encontramos possibilidades de eliminação das causas do que se passou.

Sobre essa perspectiva, a educação realiza seu papel como instância crítica da sociedade e precisa se posicionar dentro do contexto social competitivo e excludente que, por vezes, desconsidera questões sociais e humanas. Dentro dessa lógica do sistema capitalista que supervaloriza os princípios individuais, recorreremos ao pensamento de Crochik (2001, p. 89) que esclarece a importância pela luta do direito à diversidade.

A luta pelo direito à diversidade acusa a sociedade intolerante, e nesse sentido é uma luta necessária, mas não se deveria desconhecer que ela não pode existir em uma sociedade calcada na dominação, e que essa deve ser combatida e não reproduzida,

caso contrário, a luta pela liberdade auxilia a perpetuação das condições de opressão, ou seja, conforme foi dito, torna-se ideológica.

Com base na Teoria Crítica da Sociedade, pensamos em uma educação que se institua inclusiva, através da preocupação com a heterogeneidade das identidades, a fim de estabelecer uma formação que proporcione esclarecimento e emancipe, pois “se uma consciência necessita de outra para se fundar, para se reconhecer e ser reconhecida, cada um deve se reconhecer e ser reconhecido em todos” (HORKHEIMER; ADORNO, 1978).

Apoiando-nos nessa concepção é válido refletirmos: educação prepara trabalhadores emancipados? Nesse sentido, destacamos a importância das políticas públicas de educação inclusiva e as políticas públicas para a inclusão no mercado de trabalho que vêm se consolidando em nossa sociedade. Pois assim, como a educação emancipa, o trabalho digno é propulsor e, por conseguinte, impulsiona a inclusão social. Estando as pessoas com deficiência em um segmento social historicamente deixado à margem da sociedade, apoiar-nos-emos neste capítulo a dialogar com as Leis de inclusão trabalhistas e educacionais para esse público.

2.1 Inclusão no mundo trabalho: caminhos em construção

A Constituição Brasileira de 1988, a fim de garantir direitos fundamentais, prevê em um de seus capítulos a proteção à pessoa humana, tratando todos com o mesmo mérito, cada uma na medida de suas demandas. Nesse ambiente, o valor social do trabalho é um marco na Carta Magna, inclusive para as pessoas com deficiência, em que pese as recentes contribuições político-legais com a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, texto apensado na íntegra à nossa Constituição no ano de 2009, e da Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos encontramos, com clareza, que o trabalho é um direito fundamental e, portanto, o ser humano possui direito a ele, ou seja, possui o direito de ter um emprego justo que lhe ofereça condições favoráveis de ambiente de trabalho, com igual remuneração por igual trabalho.

A partir da década de 1980, o trabalho no sistema capitalista passa por um período de significativas mudanças sobre o qual se instaura um novo padrão de produção, com alto nível tecnológico e organizacional.

Na década de 1990, a desestruturação do mercado de trabalho toma destaque, materializando uma tendência, a redução do emprego com registro, o que ocasiona aumento do desemprego e de ocupações informais. Configura-se como um período de reversão na trajetória geral das ocupações uma progressiva desestruturação das relações de trabalho (MATTOSO, 1995).

Segundo os estudos de Mazzotta (1993), movimentos inclusivos só foram ganhar força após a Declaração de Salamanca, que buscou oferecer acesso às crianças com deficiência no sistema regular de ensino, sendo considerado um marco para a elaboração das legislações que tratam da Educação Especial na perspectiva inclusiva. O foco principal foi à inclusão escolar de crianças com deficiência na década de 1990. Nesse caso, a declaração de Salamanca, é:

Uma resolução das Nações Unidas (ONU) que busca a equalização de oportunidades para pessoas portadoras de deficiências. Trata dos princípios gerais, da política e prática em Educação Especial. É considerada como um dos mais importantes documentos que têm como objetivo a inclusão social. Teve origem nos movimentos em favor dos direitos humanos iniciados nas décadas de 60 e 70 do século XX (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 90)

Sobre esse cenário, com o objetivo de se pensar sobre o mercado de trabalho para as pessoas com deficiência, analisaremos os dispositivos legais que instituem os direitos desse grupo de obter um trabalho justo e digno. Sobre isso, a Lei nº 7.853/89 dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, e sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, com a finalidade de assegurar o pleno exercício de direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência.

Para ingressar no mundo do trabalho todos nós, incluídos nesse contexto as pessoas com deficiência, buscamos empregos nas esferas públicas e privadas. A investidura em cargos públicos está mencionada na Constituição Federal, artigo 37, inciso III, quando prevê que “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, (...)”.

Para as pessoas com deficiência, a Lei n.º 8.112/90 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e discorre sobre direito desses indivíduos de participarem nos certames, prevendo em seu Art. 5º, inciso 2º que:

Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso (BRASIL, 1990).

Percebe-se que, nesse período, na esfera pública, não existia uma fixação sobre o número total de vagas, nem regras específicas para as pessoas com deficiência participarem dos concursos públicos. Regras essas que serão estabelecidas em 1999, no Decreto 3.298/99, que regulamenta as diretrizes do edital e a realização do concurso público, dispondo em seu Art. 37 que “fica assegurado à pessoa portadora de deficiência o direito de se inscrever em concurso público, em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que é portador”.

A atribuição de regras e diretrizes para que pessoas com deficiência pudessem ter condições mínimas de igualdade ao realizarem um concurso público é um marco para o ingresso no mundo do trabalho, que cada vez mais se torna competitivo e, conseqüentemente, cobra especializações.

Na esfera privada, essa competitividade imposta por nosso sistema político, também se faz presente, repetindo-se dentro do processo de contratação empresarial, dentro desse cenário, a Lei nº 8.213/91, “Lei Cotas para Deficientes e Pessoas com Deficiência”, em seu Art. 93 dispõe que:

- A empresa com 100 (cem) ou mais funcionários está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados, ou pessoas portadoras de deficiência, na seguinte proporção:
- Até 200 funcionários..... 2%
- de 201 a 500 funcionários..... 3%
- de 501 a 1000 funcionários..... 4%
- de 1001 em diante funcionários... 5%

As relações que ocorrem no ambiente de trabalho podem alicerçar um caminho de efetiva inclusão da pessoa com deficiência. No entanto, diferentes fatores dificultam que esse público construa sua identidade no trabalho e, por ele, a falta de escolaridade e qualificação profissional, a falta de adequações das empresas às suas necessidades e o descumprimento da legislação que garante a reserva de vagas nos postos de trabalho, estabelecem-se como fatores.

Nesse sentido, cabe destacar que a contratação da pessoa com deficiência por obrigação ou a fim do implemento de um “movimento social” por parte das empresas não é medida que contemple a inclusão na sua essência. Faz-se necessária a articulação do sistema de cotas com

um processo inclusivo que colabore com acessibilidade, com o acolhimento e com a conscientização sobre o respeito à diversidade, pois só assim o exercício do trabalho pode se tornar propício e digno para todos.

Nas palavras de Adorno, é necessário “desbarbarizar” para que se possa democratizar, pois não há como pensar em espaços democráticos nos quais não se faz possível a participação de todos. Pensar as pessoas com deficiência em espaços, que se instituem somente para cumprimento de Leis, mas que não garantem a sua entrada e permanência neles, é barbarizar, é assumir esse espaço como instância unicamente para a reprodução das contradições da sociedade burguesa de classes. A tese que gostaria de discutir é a de que desbarbarizar tornou-se a questão mais urgente da educação hoje em dia. (ADORNO, 1995)

Vale enfatizar que o processo de instituição da Lei de Cotas foi demorado, pois embora tenha sido promulgada em 1991, somente foi regulamentada em 1999 por meio do Decreto nº 3298/1999, imputando ao Ministério do Trabalho e Emprego a obrigação de fiscalizar seu cumprimento, o que demonstra a falta de prioridade na afirmação de direitos para aqueles que sempre estiveram à margem da democratização da sociedade.

Ainda sobre o decreto 3.298/99, este acrescenta os conceitos de pessoa com deficiência habilitada e reabilitada, termos que indicam que as vagas reservadas não são destinadas a todas as pessoas com deficiência, visto que, nem todas alcançam a habilitação ou a reabilitação necessária para desenvolverem determinada função.

As empresas que não cumprirem a Lei de Cotas estão sujeitas à multa, regulamentada na Instrução Normativa nº 20/2001 do Ministério do Trabalho e Emprego e na Portaria nº 1.119/2003. Em conflito com a Lei de Cotas, muitas empresas declaravam dificuldades do cumprimento dela, por falta de acessibilidade e falta de profissionais qualificados.

Em 2010, a Lei nº 10.09860, conhecida como Lei da Acessibilidade, estabelece normas para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. A lei afirma que é obrigação do empregador proporcionar um ambiente acessível aos seus empregados, com ou sem deficiência, valendo-se para isso da utilização de tecnologias assistivas⁶ e das normas regulamentares disponíveis para esse fim. Em relação à falta de

⁶ Equipamentos, recursos e serviços que permitem facilitar o desenvolvimento das atividades cotidianas.

profissionais qualificados, o Ministério do Trabalho e Emprego orienta que, para cumprirem as cotas, as empresas não devem exigir experiência profissional dos candidatos com deficiência, contudo, caso seja necessário algum conhecimento específico, cabe à própria empresa fornecer meios e recursos para que a pessoa com deficiência adquira a qualificação exigida para a função.

Mesmo reconhecendo a demora na instituição da Lei de cotas, esta lei se constitui como uma estrutura legal que busca promover a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, reconhecendo o inerte histórico de exclusão que vitimou tal segmento e criou barreiras efetivas para sua natural inserção no mundo do trabalho.

Diferentes legislações sobre a pessoa com deficiência, nacionais e internacionais, fazem referências diretas aos princípios da igualdade e da não discriminação e que todos, Estado e Sociedade, têm a obrigação de promover ações que extingam qualquer forma de discriminação ou exclusão, que as pessoas com deficiência possam sofrer, a fim de que essas pessoas tenham todos os seus direitos garantidos, inclusive o direito ao trabalho.

Como exemplo, podemos citar o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, decreto Nº 591/1992, do qual o Brasil é signatário, que dispõe no seu artigo 6:

1. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito ao trabalho, que compreende o direito de toda pessoa de ter a possibilidade de ganhar a vida mediante um trabalho livremente escolhido ou aceito, e tomarão medidas apropriadas para salvaguardar esse direito.
2. As medidas que cada Estado Parte do presente Pacto tomará a fim de assegurar o pleno exercício desse direito deverão incluir a orientação e a formação técnica e profissional, a elaboração de programas, normas e técnicas apropriadas para assegurar um desenvolvimento econômico, social e cultural constante e o pleno emprego produtivo em condições que salvaguardem aos indivíduos o gozo das liberdades políticas e econômicas fundamentais.

A Lei Orgânica de Assistência Social, nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (BRASIL, 1993) regulamenta os pressupostos constitucionais, ou seja, institui o que está posto na Constituição Federal, nos seus Artigos 203 e 204, que definem e garantem o direito à assistência social. A referida Lei estabelece um respaldo financeiro por meio da concessão de Benefícios de Prestação Continuada (BPC), àqueles que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho devido à deficiência, como consta no seu artigo 21-A, inciso 2º, esse benefício pode ser recebido concomitantemente com salários decorrentes de contrato de aprendizagem, entretanto, para recebê-lo, é necessário ter uma renda mensal *per capita* inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

Até 2011, a pessoa com deficiência, que se inseria no mundo de trabalho tinha seu benefício extinto. Nossas reflexões transitam sobre o fato de que referida situação poderia fazer com que essas pessoas optassem por continuar a receber o benefício em vez de se inserirem no mercado de trabalho. Atualmente, após a alteração do Art. 21-A da Lei nº 8.742, por meio do que se coloca na Lei nº 12479/2011, fica estabelecido no Art. 21-A, sobre o Benefício de Prestação Continuada para pessoa com deficiência que:

§ 1º Extinta a relação trabalhista ou a atividade empreendedora de que trata o caput deste artigo e, quando for o caso, encerrado o prazo de pagamento do seguro-desemprego e não tendo o beneficiário adquirido direito a qualquer benefício previdenciário, poderá ser requerida a continuidade do pagamento do benefício suspenso, sem necessidade de realização de perícia médica ou reavaliação da deficiência e do grau de incapacidade para esse fim, respeitado o período de revisão previsto no caput do Art. 21.

Instituído pela Constituição de 1988 (Art. 203) e regulado pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), o BPC garante uma renda mensal de cidadania no valor de um salário mínimo aos idosos (65 anos ou mais) e às pessoas com deficiência que se encontrem em situação de pobreza. Nesse sentido, o BPC constitui um importante mecanismo de proteção social. Especificamente para pessoas com deficiência, cabe destacar que o BPC proporciona um resgate da cidadania, uma vez que esse grupo de pessoas, que historicamente estão à margem da sociedade, é constituído, na sua maioria, por pessoas muito pobres, dado o baixíssimo patamar de renda familiar e de escolaridade.

No ano de 2009, o BPC sofre uma transformação na forma de avaliação e passa a ser baseado na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Esse foi um importante avanço para a pessoa com deficiência, que teve a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, como horizonte, pois a Convenção, em seu artigo 27, pondera sobre trabalho e emprego, reconhecendo que é preciso haver maior equiparação entre as oportunidades de emprego para as pessoas com deficiência; garantir seus direitos para que possíveis adaptações sejam feitas no ambiente de trabalho; promover reabilitação profissional; oportunidades para ascensão profissional e estabelecimento de negócio próprio; garantir oportunidades e igual remuneração por trabalho de igual valor; condições seguras e salubres de trabalho, além de reparação de injustiças e proteção contra o assédio no trabalho.

Vale ressaltar que a Convenção teve como propósito promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos para as pessoas com deficiência e assegurar o respeito pela sua dignidade e que a Classificação Internacional de Doenças (CID),

não seria mais o único critério para a concessão do BPC, pois portarias Conjuntas MDS/INSS nº 1/2009 e nº 1/2011, avaliam que, ao se considerar a deficiência, é necessário que se efetive uma avaliação médica e social, o que garantirá o reconhecimento da complexidade da deficiência e da importância da interação do sujeito com deficiência, sua família e a sociedade na qual ele está inserido.

No primeiro semestre de 2020, o BPC beneficiou 4,7 milhões de pessoas, incluindo pessoas com deficiência e idosos acima de 65 anos, o que nos leva a considerar que este é um benefício de proteção social que apoia e garante àqueles que vem sendo continuamente submetidos a uma condição de vulnerabilidade social.

O mundo do trabalho que movimenta a sociedade do capital, historicamente, submete as pessoas com deficiência a condições precárias de exploração, alienação e discriminações, ressaltando que tais condições não resultam da deficiência, mas das consequências sociais que dela derivam como a negligência à apropriação cultural dessas pessoas, e também de outras minorias que vivem em condições de vulnerabilidade. Nesse sentido, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) pode se estabelecer como um caminho único em detrimento a sua inserção no mercado de trabalho.

Convém destacar que, o ingresso no mundo do trabalho para as pessoas com deficiência representa a possibilidade de desenvolvimento social e cognitivo, além de sentimento de valorização e pertencimento à sociedade, pois as mesmas pessoas com deficiência conquistam um espaço para adquirirem autonomia e evidenciarem suas capacidades e potencialidades

Em 2015, a Lei nº 13.146/2015, institui a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu Art. 1º, dispôs que a esta foi destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, e em seu Art. 34 afirma que:

A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

§ 1º As pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.

§ 2º A pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor.

§ 3º É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena.

§ 4º A pessoa com deficiência tem direito à participação e ao acesso a cursos, treinamentos, educação continuada, planos de carreira, promoções, bonificações e incentivos profissionais oferecidos pelo empregador, em igualdade de oportunidades com os demais empregados.

§ 5º É garantida aos trabalhadores com deficiência acessibilidade em cursos de formação e de capacitação.

Percebemos que inserção das pessoas com deficiência no mundo do trabalho é constantemente objeto de alterações e inovações legislativas, de modo que, atualmente, a legislação brasileira acerca do tema é considerada uma das mais avançadas no sentido de promover a inclusão. Contudo, nossa intenção é compreender se essas legislações se afirmam e se são complementares na interseção com a educação, um direito que conduz a outro direito, o trabalho, uma vez que por meio da educação nos tornamos seres esclarecidos e emancipados.

2.2 Inclusão em educação: caminho que se faz caminhando

Durante muito tempo as crianças e adolescentes com deficiências foram privados da educação e do convívio social. O movimento de inclusão dessas pessoas na escola vem se instituindo sobre “modelos” que visam predominantemente à adaptação, não se voltando para a emancipação e para o trabalho. As dificuldades da inserção no mundo do trabalho, tomando como base a função da escola regular, como agente responsável/potencializadora da construção da identidade laboral, é o que segue orientando este estudo.

As primeiras escolas especiais surgem por volta da década de 1950, porém o trabalho com as crianças era voltado para um assistencialismo individual, que se efetivava por meio de terapias, principalmente, articuladas por profissionais da área da saúde em detrimento aos aspectos que precisam auxiliar a educação das pessoas com deficiência. Esse assistencialismo clínico se estabelece sobre a ideia de que pessoas com deficiência não poderiam se desenvolver de forma acadêmica. Como consequência, a educação desses indivíduos se deu nas conhecidas escolas especiais sem autorreflexão crítica. Sobre a importância da autorreflexão, Adorno (1995, p. 206) coloca que “[...] significa interromper a ação cega que tem seus fins fora de si, e o abandono da ingenuidade, como passagem para o ser humano”.

Durante algum tempo houve a tentativa de se “integrar” esses estudantes nas escolas regulares, porém diante da falta de formação e recursos, o professor não conseguia ensinar, sendo assim, já era presumido o fracasso por parte do aluno, que, por ser incapaz de aprender, era encaminhado para as classes especiais. Sobre isso, passa-se a observar a necessidade de se construir conhecimento para se ensinar pessoas com deficiência, principalmente, frente à urgência de se superar modelos excludentes de ensino instituídos pelas chamadas classes especiais.

Sobre isso, é preciso considerar a importância da produção de um conhecimento que alcance a verdade sobre a realidade da pessoa com deficiência e que, de fato, supere práticas assistencialistas, que impedem o desenvolvimento para vida, considerando que a educação é o caminho que leva à emancipação. Para Adorno (1995, p.183), essa seria “[...] uma educação para a contradição e para a resistência”, ou seja, uma educação para diversidade, que busca superar o modelo proposto pela Educação Especial, que segrega todos os que não se aproximam dos padrões instituídos por nossa sociedade.

Nesse sentido, trazemos novamente a Constituição Federal de 1988, ao diálogo, pois a Lei Suprema preceitua em seu Art. 205, que a educação é um direito de "todos" e o Estado tem o dever de viabilizar o atendimento para as crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino. Desde então, os avanços em relação à inclusão em educação vêm ocorrendo gradativamente até os dias atuais.

Mundialmente, os grandes marcos que contribuíram para elaboração de políticas públicas foram: a Conferência Mundial sobre Educação Para Todos, realizada em Jomtien (Tailândia, 1990), da qual se resultou a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos e o Encontro em Salamanca (Espanha, 1994), que nos traz como resultado a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994).

Essas declarações originam a proposta de uma Educação Especial inclusiva, para todos os grupos excluídos do ensino formal e trazem em seus pressupostos que não são os estudantes que devem se adaptar a escola, mas a escola que deve se preparar para atender as demandas, físicas, intelectuais, sociais, emocionais, ou outras, de todos os seus estudantes. Para tanto, fez-se necessário um longo percurso em termos da implementação de políticas educacionais consentâneas ao movimento de democratização escolar e social.

Observamos assim, ser recente o estabelecimento de uma política pública de educação inclusiva no Brasil. Somente na década de 1990, a discussão sobre como tornar inclusiva a Educação Especial se fortalece com as críticas às práticas de segregação de estudantes com deficiência, que supostamente não tinham condições de acompanhar os demais estudantes matriculados no ensino regular. O movimento de inclusão, iniciado na década de 1980, propõe uma integração plena das pessoas com deficiência, seja na escola, no trabalho e na comunidade, garantindo a elas o acesso aos serviços, aos bens e aos equipamentos sociais. (SASSAKI, 1997)

Nesse âmbito, o país entra em um momento de reestruturação das condições de acesso e de permanência na escola dos estudantes com deficiência. Sendo assim, é necessário destacarmos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, que reforça a Constituição Federal no que diz respeito à ressignificação da educação especial, dando ênfase aos direitos dos estudantes com deficiência de estarem matriculados no ensino regular sem que sejam discriminados.

O texto do ECA, entre outras provisões, estabelece no Art. 5º que:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Após a Constituição Federal instaurar um novo tempo para educação especial, o Estatuto da Criança e do Adolescente instaura um novo significado à inclusão de estudantes com deficiência na escola regular. Quanto a isso, Damasceno (2010, p. 62) ratifica que “a Constituição Federal é clara, em vários artigos e incisos, quanto à legitimação da inclusão escolar de estudantes com deficiência, coadunando com a proposta de redemocratização social, por meio da organização de escolas comuns/regulares inclusivas”.

Sobre o cenário de mudanças, surgem convenções e tratados internacionais que reafirmam o direito de todos os cidadãos de viverem as suas diferenças e anunciam tempos mais democráticos.

Adorno (1995, p.29) reforça essa saída da inércia, afirmando que:

O desejo de libertar-se do passado justifica-se: não é possível viver à sua sombra e o terror não tem fim quando culpa e violência precisam ser pagas com culpa e violência; e não se justifica porque o passado de que se quer escapar ainda permanece muito vivo. O nazismo sobrevive, e continuamos sem saber se o faz apenas como fantasma daquilo que foi tão monstruoso a ponto de não sucumbir à própria morte, ou se a

disposição pelo indizível continua presente nos homens bem como nas condições que os cercam.

Dialogando com o autor, refletimos sobre a urgência de nos libertarmos do passado, mas sem negá-lo, para que possamos, desse modo, entender como se estabeleceram os desafios postos à realidade da escola que precisa se reorganizar a fim de se democratizar para que as barreiras que ainda hoje dificultam a inclusão sejam superadas.

No ano de 1996, foi sancionada, no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁷, nº 9394/1996, que foi a primeira LDBEN a possuir um capítulo dedicado à Educação Especial e prevê em seu Artigo 58, que esta é “uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, sendo oferecidos, quando necessários, serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.

É possível perceber, com base na referida Lei, que mesmo estando o país num movimento de remoção das barreiras que se colocavam à inclusão, foi facultado o ingresso de estudantes com “necessidades especiais” no ensino regular, à medida que a inclusão propõe que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para os estudantes com deficiência se daria de forma preferencial. Isso posto, percebemos que algumas barreiras permaneciam, apontando-nos fragilidades, conforme o que está descrito no parágrafo 2º do citado artigo 58:

§ 2. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

O artigo nos leva a pensar na dualidade de intenção, quando abrem parênteses, para que, dependendo da necessidade, o atendimento educacional se estabeleça em classes/escolas especiais, permitindo a compreensão que o serviço da chamada “educação especial” seria entendido como AEE. Sobre esse aspecto Adorno (1995, p. 122) afirma que “De uma perspectiva sociológica eu ousaria acrescentar que nossa sociedade, ao mesmo tempo em que se integra cada vez mais, gera tendências de desagregação”. Ou seja, no mesmo caminho em que encontramos aporte para inclusão dos estudantes com deficiência no ensino regular, deparamo-nos com dicotomias que dificultam a permanência desses estudantes neste ambiente.

⁷ Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a chamada LDB, é uma lei derivada da Constituição Federal, que fará, a partir da redação dada pela Lei nº 12796 de 2013, o conserto (correção social) e o concerto (sintonia internacional) da terminologia "portadores de necessidades especiais" para “educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

A partir desse arcabouço legal, várias diretrizes se estabeleceram, a fim de garantir a escolarização de todas as pessoas, inclusive as pessoas com deficiência. A Política Nacional de Educação Especial começou, nesse momento, a traçar novos caminhos para inclusão escolar, estabelecendo objetivos gerais e específicos referentes a “[...] interpretações dos interesses, necessidades e aspirações de pessoas portadoras de deficiência, condutas típicas e altas habilidades” (BRASIL, 1994, p.7).

Cabe ressaltar que a referida política buscava a integração e não a inclusão da pessoa com deficiência, pois centrou-se na condição da deficiência da pessoa, não cabendo à escola adaptar-se às demandas específicas de aprendizagem da pessoa com deficiência. Conforme aponta Mantoan (2003), no seu processo de integração, nem todos os estudantes poderão frequentar a escola regular, já que só os que se adequarem aos programas escolares serão inseridos nesse ambiente.

O Plano Nacional de Educação/CNE/2000, aprovado pela Lei Federal nº. 10.172, foi constituído como o momento histórico-político, no qual se reafirmava que os estudantes com deficiência deveriam frequentar o ensino regular. Esse dispositivo preconizava que:

O ambiente escolar como um todo deve ser sensibilizado para uma perfeita integração. Propõe-se uma escola integradora, inclusiva, aberta à diversidade dos alunos, no que a participação da comunidade é fator essencial. Quanto às escolas especiais, a política de inclusão as reorienta para prestarem apoio aos programas de integração. [...] Requer-se um esforço determinado das autoridades educacionais para valorizar a permanência dos alunos nas classes regulares, eliminando a nociva prática de encaminhamento para classes especiais daqueles que apresentam dificuldades comuns de aprendizagem, problemas de dispersão de atenção ou de disciplina. A esses deve ser dado maior apoio pedagógico nas suas próprias classes, e não separá-los como se precisassem de atendimento especial.

Esse reconhecimento de que os estudantes com deficiência deveriam se escolarizar com os demais, em uma mesma escola para todos, também foi o tema da Declaração de Salamanca, documento que inspirou significativas mudanças no sistema educacional brasileiro, no qual é afirmado:

[...] o princípio fundamental de escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas Inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos através de um currículo apropriado, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com as comunidades. (UNESCO, 1994, p.11-12)

O documento enfatiza que todos os estudantes devem aprender juntos, num mesmo ambiente escolar, independente das suas características individuais, e que as ações educativas precisam estar alicerçadas na troca, na colaboração e compartilhamento entre as diferentes subjetividades envolvidas no processo de ensino e aprendizagem.

Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução nº 2 CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 8º, determinou que:

[...] a distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade.

Para tanto, designou:

A escola regular de qualquer nível ou modalidade de ensino, ao viabilizar a inclusão de alunos com necessidades especiais, deverá promover a organização de classes comuns e de serviços de apoio pedagógico especializado. Extraordinariamente, poderá promover a organização de classes especiais, para atendimento em caráter transitório. (BRASIL, 2001, p. 22)

A grande novidade em relação às diretrizes anteriores foi o avanço no sentido de instituir os apoios pedagógicos para estudantes com deficiência inseridos nas classes regulares. Entretanto, o dispositivo legal citado afirmou que, em alguns casos, a educação especial pode substituir os serviços educacionais da escola regular, o que estabelece a não observância dos aspectos postos pela inclusão de forma articulada.

Em 2002, a Resolução CNE/CP institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, afirmando no Art. 2º, que:

A organização curricular de cada instituição observará, além do disposto nos artigos 12 e 13 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, outras formas de orientação inerentes à formação para a atividade docente, entre as quais o preparo para:

II - o acolhimento e o trato da diversidade;

Verificamos que alguns princípios que orientam a formação do professor deverão ser considerados à medida que este, além de ter o domínio dos conteúdos, precisa estar preparado para lidar com a diversidade humana presente em seus estudantes.

Cabe ressaltar que inúmeras pesquisas (COSTA, 2004, 2005, 2007; DAMASCENO, 2010; GLAT, 2003, 2007) têm enfatizado a necessidade de se dar mais atenção à formação dos professores como um dos pilares para inclusão de estudantes com necessidades especiais.

Ao final de 2003, o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade propôs que se promovesse a transformação dos sistemas educacionais atuais em sistemas educacionais inclusivos, por meio de capacitação de gestores e de professores. O desenvolvimento desse Programa ocorreu a partir de uma parceria entre o Ministério da Educação por meio da extinta Secretaria de Educação Especial (cujas atribuições são atualmente respondidas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Inclusão – SECADI) e municípios que passaram a realizar convênios, assumindo o programa como polos de disseminação para sua localidade e região de abrangência.

Para os municípios conveniados como polos, o programa solicitava, dentre outras ações, a realização de um diagnóstico situacional do município quanto aos serviços e aos atendimentos realizados pela educação especial, definição de metas a serem alcançadas a curto, médio e longo prazos referentes às ações de disseminação de uma política inclusiva e a inserção da política de educação inclusiva no Plano Municipal de Educação (BRASIL 2004)

Seguindo nesse contexto, o Decreto nº 5296, de 2004, que regulamentou as Leis números 10.048, de 8 de novembro de 2000, que deu prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, dando outras providências, estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, visando assegurar as condições de acessibilidade arquitetônicas, urbanísticas, de transportes, de comunicação e de informação e destacou a importância das ajudas técnicas como área de conhecimento.

O Decreto nº 5.626/05, que regulamentou a Lei nº 10.436/2002, visando ao acesso à escola dos estudantes surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para estudantes surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

Ainda em 2005, o MEC, juntamente com a UNESCO, estruturou um programa de atendimento a pessoas com altas habilidades, com o objetivo de atender a demanda em âmbito nacional, oferecendo formação e orientação para a instalação dos primeiros NAAH/S – Núcleos de Atividades para Altas Habilidades/Superdotação.

Outro marco na historicidade da educação especial foi a promulgação, no ano de 2008, da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (SEESP/MEC, 2008), que atualmente é a referência legal sobre a inclusão de estudantes com necessidades especiais nas classes comuns das escolas públicas no Brasil, estabelecendo que:

As atividades desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

O Atendimento Educacional Especializado disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum.

A inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança.

Do nascimento aos três anos, o Atendimento Educacional Especializado se expressa por meio de serviços de intervenção precoce que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social.

Em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, o Atendimento Educacional Especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional. (p. 15)

O destaque que é dado ao texto da referida política enfatiza as mudanças que devem alicerçar o desenvolvimento da educação inclusiva, para que a educação especial passe a integrar a proposta pedagógica da escola não mais como uma modalidade que se justapõe ao ensino regular, mas sim como uma modalidade transversal aos níveis e a outras modalidades de ensino, disponibilizando para isso os recursos necessários à oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Nesse movimento legal, em 2009, foi aprovada, por emenda constitucional, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências. Cabe aqui dar destaque ao seu Art. 24:

Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para realizar este direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes deverão assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida. [...]

1. Para a realização deste direito, os Estados Partes deverão assegurar que:

a. As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do Ensino Fundamental gratuito e compulsório, sob a alegação de deficiência;

A convenção foi o primeiro dispositivo produzido em âmbito internacional incorporado à Carta Magna. Um avanço na luta pelos direitos dos estudantes com deficiências é materializado com a referida convenção, vistos que estes não podem ser excluídos do sistema educacional considerando as suas características.

Identificamos tanto no texto da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, quanto na atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que um longo caminho foi percorrido no processo de democratização escolar.

Cabe mencionar também sobre o Decreto 6571/08, que prevê no seu Art. 3º apoio técnico e financeiro a ser prestado pelo Ministério da Educação, com a finalidade de promover o Atendimento Educacional Especializado tanto na Educação Básica quanto na Superior por meio das seguintes ações:

I - Implantação de salas de recursos multifuncionais;

II- Formação continuada de professores para o Atendimento Educacional Especializado;

III- Formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva;

- IV - Adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;
- V - Elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e
- VI - Estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de Educação Superior.

O referido decreto também regulamentou, em seu Art. 9º, a distribuição dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Assim, os estudantes com deficiência atendidos nas classes regulares passam a contar em dobro para efeitos de cálculo do FUNDEB, caso tenha Atendimento Educacional Especializado no contraturno, com carga horária ampliada, sem prejuízo de sua convivência com os demais estudantes, como indica a Resolução nº. 04/2009.

Ainda 2009, com o objetivo de orientar a implementação do Decreto nº. 6.571, são instituídas as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, por meio da Resolução Nº. 4 CNE/CEB, na qual fica definido no seu Art. 4º o público-alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial; II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Ret, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação; III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas de conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

De acordo com essas Diretrizes, o AEE deve integrar o Projeto Político-Pedagógico da escola, por meio do envolvimento e da participação da família, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. A oferta desse atendimento deve ser institucionalizada, prevendo na sua organização a implantação da sala de recursos multifuncionais, a elaboração do plano de AEE, professores para o exercício da docência no AEE, demais profissionais como tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e aqueles que atuam em atividades de apoio.

Em novembro de 2011, um possível atraso à inclusão foi proposto, com a publicação do Decreto 7611/2011 que revogou o Decreto 6571/2008. Em seu Art. 8º, que inclui e estabelece nova redação ao Art. 14 do Decreto 6253/2007, o texto diz:

Art. 14. Admitir-se-á, para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, o cômputo das matrículas efetivadas na educação especial oferecida por instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com atuação exclusiva na educação especial, conveniadas com o Poder Executivo competente.

§ 1o Serão consideradas, para a educação especial, as matrículas na rede regular de ensino, em classes comuns ou em classes especiais de escolas regulares, e em escolas especiais ou especializadas.

Dessa forma, o novo decreto permite que escolas especiais ofertem a educação, ou seja, que sejam espaços segregados de escolarização regulamentados por Lei. Isso significa que elas poderão substituir a escolarização em classes comuns de escolas regulares, fato já superado no nosso país. Além disso, poderão receber duplamente pela matrícula do aluno na escola especial e no AEE.

Em 2014, no Plano Nacional de Educação (2014-2024), aprovado pela Lei nº 13.005/2014 – a meta que trata sobre a inclusão no atual PNE, como explicado anteriormente, é a de número 4, que tem sua redação atualizada para:

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Nesses termos, o obstáculo para a inclusão é a palavra “preferencialmente”, que possibilita que as crianças com deficiência permaneçam matriculadas apenas em escolas especiais. Como observamos, a legislação traz alterações superficiais que mantêm em funcionamento o modo capitalista de produção da existência, pois não oferece subsídios para que a inclusão aconteça de fato. Como vimos, a própria não obrigatoriedade deixa lacunas para que o governo não ofereça, na prática, as condições necessárias para que as pessoas com deficiência sejam realmente incluídas com todos os seus direitos resguardados, ou seja, continua deslocando esse grupo social para as margens da sociedade.

O movimento de inclusão escolar das pessoas com deficiência caminha acompanhado de dúvidas e questionamentos, exigindo não somente apoio e orientação, mais principalmente reflexão sobre o lugar ocupado pela escola no desenvolvimento de relações sociais alicerçadas no respeito às diferenças.

Sobre essa perspectiva, onde acreditamos que legislações de uma maneira geral são indispensáveis, especialmente no que tange à inclusão de pessoas com deficiência, é necessário

que nós, protagonistas da educação, movimentemo-nos para um ensino na/para a diferença, em que possamos (re) criar estratégias reais nos contrapondo à inércia instituída pelo sistema do capital, pois como Adorno (1995, p. 142) afirma:

[...] quem defende ideias contrárias à emancipação, e, portanto, contrárias à decisão consciente independente de cada pessoa em particular, é um antidemocrata, até mesmo se as ideias que correspondem a seus desígnios são difundidas no plano formal da democracia.

No nível formal da democracia, percebemos que existem possibilidades de contradições, visto que o desdobramento de determinadas legislações pode não estar direcionado para um trabalho que leve ao esclarecimento e, conseqüentemente, à emancipação.

Em 06 de julho de 2015, foi aprovada a Lei nº 13.146, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, elaborando, assim, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015). Essa Lei assegura e promove, em condições de igualdade, “o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015).

Em 30 de setembro de 2020 é publicado o Decreto 10502/2020, que institui a “Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida”. O referido Decreto contraria um princípio que vem sendo promovido em todas as políticas públicas instituídas nesse século, a escolarização dos estudantes com deficiência preferencialmente no ensino regular, fato que se confirma no seu Art. 6,

I - oferecer atendimento educacional especializado e de qualidade, em classes e escolas regulares inclusivas, classes e escolas especializadas ou classes e escolas bilíngues de surdos a todos que demandarem esse tipo de serviço, para que lhes seja assegurada a inclusão social, cultural, acadêmica e profissional, de forma equitativa e com a possibilidade de aprendizado ao longo da vida.

Neste ambiente, percebe-se a distorção de conceitos, como o de Atendimento Educacional Especializado, quando contradiz a legislação vigente que enfatiza que o atendimento deve ser prioritariamente na escola regular, nas salas de recursos multifuncionais e não em classes especializadas, à medida que estas são destinadas a receber de forma segregada estudantes com deficiência.

Assim, entendemos que o Decreto nº 10.502 institui um novo sentido ao Atendimento Educacional Especializado, induzindo o entendimento de que o atendimento poderia substituir o Ensino Regular, o que consideramos ser uma violação da legislação constitucional vigente.

Sobre essa perspectiva, somos levados a um retrocesso que nega o direito fundamental a educação às pessoas com deficiência, legitima a discriminação, minimiza a igualdade de oportunidade a essas pessoas e alicerça a barbárie. Sobre isso Adorno (1995, P. 10-11) reflete que,

É a situação do "sonho de uma humanidade que torna o mundo humano, sonho que o próprio mundo sufoca com obstinação na humanidade"! O desenvolvimento da sociedade a partir da Ilustração, em que cabe importante papel à educação e formação cultural, conduziu inexoravelmente à barbárie. Ou, para dizer o mesmo pelo reverso: o próprio processo que impõe a barbárie aos homens ao mesmo tempo constitui a base de sua sobrevivência. Eis aqui o nó a ser desatado. A função da teoria crítica seria justamente analisar a formação social em que isto se dá, revelando as raízes deste movimento — que não são acidentais — e descobrindo as condições para interferir em seu rumo. O essencial é pensar a sociedade e a educação em seu dever. Só assim seria possível fixar alternativas históricas tendo como base a emancipação de todos no sentido de se tornarem sujeitos refletidos da história, aptos a interromper a barbárie e realizar o conteúdo positivo, emancipatório, do movimento de ilustração da razão.

Neste sentido, Adorno afirma ser necessário esclarecer o que se passou, para que a elaboração do passado possa eliminar as causas do que aconteceu. Assim, uma educação para emancipação torna-se urgente, em um momento de intenso fomento ao retrocesso.

Cabe enfatizar que o Decreto nº 10.502, na data do desenvolvimento desta tese, encontra-se suspenso por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), mas não foi revogado.

São muitas as políticas, planos, ações e programas desenvolvidos nos últimos anos, direcionados para a educação especial na perspectiva inclusiva, sobretudo por meio do emprego do termo “educação inclusiva”, frequentemente utilizado, para denominar a escolarização, na escola regular de pessoas com deficiências físicas, deficiências sensoriais (auditiva e visual), deficiência mental/intelectual, transtornos globais do desenvolvimento (autismo, síndrome de Asperger, entre outros), deficiências múltiplas e altas habilidades/superdotação no ensino regular, contudo, os desafios em torno dessa modalidade persistem, o que nos leva a acreditar que a manutenção da exclusão não pode ser respondido somente com base nas legislações produzidas/conquistadas.

Isso significa dizer que, mesmo que se instituem Leis, que postulem a necessidade de uma educação para autonomia e para a emancipação das pessoas com deficiência, não quer dizer que necessariamente as pessoas com deficiência se realizaram na prática. Adorno (1995, p. 181-182) apontou a evidencia dessa contradição ao afirmar: [...] a organização social que

vivemos continua sendo heterônoma, isto é, nenhuma pessoa pode existir na sociedade atual realmente conforme suas determinações [...].

Cabe colocar que a expressão “educação inclusiva” não deve ser entendida como um estágio final, à medida que, se a educação é um direito universal de todos, ela por si só deveria ser inclusiva e ser a chave para pensarmos a democratização da escola.

Pensar a diferença é refletir sobre relações estabelecidas no ambiente escolar entre sujeitos e buscar superar os desafios, que se colocam na mudança de paradigma. Entendemos assim, que é preciso para além das ações legais previstas, humanizar a sociedade, para que esta se permita compreender as diferenças, com vistas à afirmação de um processo de construção da aprendizagem justo às necessidades de todos os estudantes, com ou sem deficiência, em todas as instâncias.

Sobre isso, Adorno (1995 p.11) afirma que: “[...] é preciso elaborar o passado e criticar o presente prejudicado, evitando que este perdure e, assim, que aquele se repita”. Frente a essa perspectiva é que precisamos refletir sobre as políticas públicas de educação inclusiva, a fim de avançarmos sobre o que foi possível se construir até hoje.

2.3 Influência da legislação na mudança das relações sociais na escola e no mundo do trabalho

Mesmo com todas as legislações estabelecidas em nosso país, para as pessoas com deficiência, que vimos anteriormente, é necessário refletirmos sobre o abismo existente entre a previsão na “letra da Lei” e sua aplicação, à medida que a realidade daqueles que enfrentam barreiras todos os dias expressam a falta da inclusão e a discriminação que ainda hoje existe em nossa sociedade.

Assim, assegurar que a inclusão é um direito não significa sustentar a autoaplicabilidade das Leis, nem supor que sua constituição resolva os problemas, pois toda legislação propõe mudanças impostas pelo Estado, mudanças essas que, na maioria das vezes, não se efetivam na atual forma de se viver numa sociedade balizada nos valores da lógica cultural do sistema capitalista, denominada por Horkheimer e Adorno (2006) como indústria cultural, que segundo os autores:

[...] realizou maldosamente o homem como ser genérico. Cada um é tão-somente aquilo mediante o qual pode substituir todos os outros: ele é fungível, um mero exemplar. Ele próprio, enquanto indivíduo, é o absolutamente substituível, o puro nada, e é isso mesmo que ele vem a perceber quando perde com o tempo a semelhança. (HORKHEIMER e ADORNO 2006, p.136)

Entendo que a intenção dos autores com o conceito de indústria cultural era esclarecer como a cultura advinda das classes populares vem sendo substituída pelos propósitos elaborados pela classe dominante, ou seja, a consciência de classe vem sendo desmontada. Contudo, mantêm-se as diferenças entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que alienam sua força de trabalho. Adorno (1994, p. 65) diz que a classe é definida pela posição quanto aos meios de produção e não pela consciência de seus membros.

Apreendo que a educação e o mundo do trabalho, por meio natureza política da indústria cultural, passaram a ser cada vez mais conectados à sociedade burguesa e em sua visão de mundo, que se caracteriza pela reprodução mecânica de ideias, é que retomamos o problema desse estudo: como a escola vem contribuindo/potencializando a inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho?

Frente à interrogação posta, Marcuse (1964, p.27) nos diz que:

Em última análise, a questão sobre quais necessidades devam ser falsas ou verdadeiras só pode ser respondida pelos próprios indivíduos, mas apenas em última análise; isto é, se e quando eles estiverem livres para dar a sua própria resposta. Enquanto eles forem mantidos incapazes de ser autônomos, enquanto forem doutrinados e manipulados (até os seus próprios instintos) a resposta que derem a essa questão não poderá ser tomada por sua. E, por sinal, nenhum tribunal pode com justiça se arrogar o direito de decidir quais necessidades devam ser incrementadas e satisfeitas. Qualquer tribunal do gênero é repreensível, embora a nossa revulsão não elimine a questão: como podem as pessoas que tenham sido objeto de dominação eficaz e produtiva criar elas próprias as condições de liberdade?

Em se tratando da sociedade brasileira, entendo que a escola vem se constituindo como um negócio da indústria cultural, torna-se urgente compreendemos o lugar ocupado pela educação, sobretudo no que chamamos de inclusão em educação, pois da mesma forma que escola pode formar indivíduos esclarecidos e autônomos, pode escassear esse esclarecimento e, conseqüentemente, diminuir sua capacidade de autonomia, gerando nele a inércia e a adaptação.

É nesse contexto de reflexão sobre as políticas públicas educacionais implementadas de forma mais acentuada nos anos 1990, que visavam acima de tudo à introdução das novas tecnologias da informação sob o escopo da modernização das relações sociais, que em 2020, frente ao advento de uma pandemia mundial, torna-se claro a dualidade dessas políticas, visto

que o processo de modernização das relações sociais, sob a lógica da indústria cultural, não permite a inclusão daqueles que não podem vender o seu trabalho para adquirir a modernidade que inclui. Interessada nos homens apenas como consumidores ou empregados, a indústria cultural reduz a humanidade, em seu conjunto, e cada um de seus elementos, às condições representativas de seus interesses (COSTA 2005, p. 51)

Para Adorno (1995, p.142), “A organização do mundo converteu-se a si mesma em sua própria ideologia. Ele exerce uma pressão tão imensa sobre as pessoas, que supera toda educação”. O que reforça que as consciências são deformadas pela ordem vigente da nossa sociedade

Nesse ambiente, é possível notar que o advento das tecnologias do trabalho, também, incidiu diretamente nas relações entre as pessoas. A formação da pessoa com deficiência não foge à regra, pois para elas também são reproduzidas as mesmas formas que acabam por inseri-las na exploração que caracteriza o trabalho na sociedade de classes, que carrega um pressuposto do capitalismo, que é a dissociação entre trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho (MARX, 2008).

Essa dissociação faz surgir dois grupos diferentes de possuidores de mercadoria, o proprietário de dinheiro e de meios de produção e de meios de subsistência, interessado em produzir capital, e o trabalhador, detentor apenas de sua força de trabalho, que a vende como condição para manter sua existência.

Dessa forma, fica a ideia de que a inclusão de pessoas com deficiência, prevista em Leis, não subsidiam estratégias que modifiquem os princípios do modo de produção vigente, pois, em vez de atacar os fatores que levam os trabalhadores a venderem sua força de trabalho, a inclusão se limita à luta pela inserção no mundo do trabalho adaptado.

Assim, cabe-nos refletir que o “problema atual” não se reduz apenas a inserção desse grupo no mundo do trabalho, na medida que o processo de inclusão não se propõe a superar as “Leis do Mercado”, mas, apenas, modificá-las para que pessoas pertencentes a grupos historicamente excluídos tenham oportunidades de vender seu trabalho. Sob essa ótica, Sasaki (1997) afirma que a inclusão social pode ser conceituada como um processo ao qual a sociedade se adapta para poder incluir as pessoas com deficiência e, simultaneamente, essas se preparam

para assumir seus papéis na sociedade. Logo, a inclusão social é um movimento de mão dupla, ou seja, tanto a pessoa com deficiência como a sociedade precisam se modificar.

O entendimento sobre esse movimento transita pelo conceito de esclarecimento que, segundo a teoria crítica, precisa ser desenvolvido, não só através da apresentação de fatos que, por sua vez, contribuem de muitas formas para a crítica, mas que também servem para encobrir a estrutura (ADORNO, 1994, p. 63). Portanto, o entendimento da sociedade atual precisa sobrepor o fenômeno apresentado pelo fato. Este precisa ser analisado pela perspectiva crítica, que procura pelas contradições entre os fatos e a teoria, ultrapassando a visão simplista e imediata, desvelar os significados escamoteados pela indústria cultural.

Nesse sentido, a escola passa a ser o local no qual a verdadeira consciência precisa ser elaborada, pois é na escola que um processo crítico possibilita o esclarecimento por meio de uma reflexão que investiga a realidade. O desenho alienado que a vida assume exige o pensamento acerca do objeto que se quer saber mais, no caso desta pesquisa, como a escola tem se posicionado com vista a contribuir para inclusão de cidadãos esclarecidos, em um mundo do trabalho estabelecido pelo capital.

Quem quiser saber a verdade acerca da vida imediata tem que investigar sua configuração alienada, investigar os poderes objetivos que determinam a existência individual até o mais recôndito nela. Se falarmos de modo imediato sobre o que é imediato, vamos nos comportar quase como aqueles romancistas que cobrem suas marionetes de ornamentos baratos, revestindo-as de imitações dos sentimentos de antigamente e fazem agir as pessoas, que nada mais são do que engrenagens da maquinaria, como se estas ainda conseguissem agir como sujeitos e como se algo dependesse de sua ação. O olhar lançado à vida transformou-se em ideologia, que tenta nos iludir escondendo o fato de que não há mais vida (ADORNO, 1993, p. 7)

Dessa maneira, afirmo que a inclusão no mundo do trabalho não deve estar alicerçada sobre uma formação mecânica, que visa somente à obtenção de habilidades para a execução de determinadas tarefas, pois esse movimento constante e uniforme dificulta a formação para emancipação das pessoas com deficiência e todas as outras.

Isso posto e, após percorremos os principais caminhos que têm se efetivado para que a inclusão de pessoas com deficiência se efetive em uma sociedade que busca o lucro com a exploração do trabalho dos mais aptos a reproduzi-lo, precisamos refletir: para quê políticas públicas de educação inclusiva? Para que políticas públicas para inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho? Pensar o “para quê” nos direciona a uma consciência

verdadeira, sobre como a escola que temos está conduzindo os jovens com ou sem deficiência da nossa sociedade. Desse modo, Adorno (1995, p.140) afirma que:

No instante em que indagamos: "Educação — para quê?", onde este "para quê" não é mais compreensível por si mesmo, ingenuamente presente, tudo se torna inseguro e requer reflexões complicadas. E, sobretudo, uma vez perdido este "para quê", ele não pode ser simplesmente restituído por um ato de vontade, erigindo um objetivo educacional a partir do seu exterior. (ADORNO, 1995, p.140)

Portanto, refletindo sobre a legislação inclusiva à luz da teoria crítica, concluímos que os objetivos nela instituídos visam a não exclusão e perpetuam a individualização, à medida que essas legislações, ao serem implementadas, podem garantir direitos que permitem às pessoas com deficiência permanecerem na vida escolar e participarem dela e do mundo do trabalho, entretanto não estabelecem ideias contrárias ao sistema dominante, uma vez que por si só não efetivam a permanência dessas pessoas nesses espaços.

Em um mundo onde a educação é um privilégio e o aprisionamento da consciência impede de toda maneira o acesso das massas à experiência autêntica das formações espirituais, já não importam tanto os conteúdos ideológicos específicos, mas o fato de que simplesmente haja algo preenchendo o vácuo da consciência expropriada e desviando a atenção do segredo conhecido por todos.

Theodor Adorno

III – INCLUSÃO ESCOLAR/EDUCACIONAL E MUNDO DO TRABALHO: CAMINHOS E DESCAMINHOS

Diante do atual contexto social em que vivemos e de condições, muitas vezes precárias, excludentes e alienantes, é inegável a importância do trabalho à história de todos os indivíduos, assim como é inegável a importância da inclusão escolar para todos que em algum momento da história tiveram de seguir por caminhos paralelos à sociedade, pois a eles não se ofereciam/oferecem as mesmas oportunidades. Assim, neste capítulo dialogaremos sobre a formação educacional e sobre o trabalho como instância formativa da pessoa com deficiência.

3.1 Trabalho e educação – Educação e trabalho

Refletir sobre o mundo do trabalho como categoria transformadora da sociedade demanda considerar diferentes organizações sociais no decorrer do tempo, do humano primitivo e nômade que caminhava em busca de alimento, que se desenvolveu, tentou/tenta dominar a natureza e criar melhores condições de sobrevivência, mesmo que não para todos.

Sobre essa perspectiva, entende-se que a dominação do que é exterior ao humano se efetiva por meio do trabalho, alcançando sua humanidade subjetiva e física, pois o humano se constitui homem a partir do seu domínio sobre a natureza.

Marx (1994) comunica que o trabalho é o processo pelo qual o homem interage com a natureza a fim de se apropriar da mesma, com a intenção de garantir seu bem estar físico e espiritual. É exatamente nesse processo que o homem se distingue dos outros animais. Assim, Marx, afirma que,

Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva

de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humano. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de formá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas um material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e o qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isto é necessário quanto menos se sintam o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução da sua tarefa, que lhe oferece por isso menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais. (Marx, 1994, p. 202).

Sobre esse ambiente, por orientar a relação dos homens com o meio, em um dado contexto, o trabalho produz significado na existência e no sentido de vida. À luz de Marx, entende-se que quando o processo de trabalho sobrepõe a alienação e se concretiza pelo conhecimento a prática permitirá a supervivência do humano enquanto trabalhador, desde o ato mais simples como se alimentar até ao progresso da humanidade.

Todavia, o trabalho contemporâneo ocupa de tal forma um espaço no desejo dos homens que estes buscam no mesmo trabalho, o sentido de suas vidas, o que inviabiliza a sua autorrealização. Sobre essa perspectiva, o processo educativo e de desenvolvimento do ser humano por meio do trabalho é descuidado. Os conhecimentos passam a não ser oportunizados de forma significativa para o social, o trabalho e a educação passam a ser compreendidos como obrigação do homem, para que o mesmo consiga promoção social e inserção na sociedade capitalista.

Como Marx e Engels (1989, p.144) descrevem,

[...] Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas. Os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha.

A reflexão sobre as condições sociais nas quais se trabalha, limitadas a uma sociedade capitalista marcada pela luta de classes, excita a reelaboração do conhecimento, que se efetiva quando o homem transforma seu mundo humano e histórico e a si mesmo.

Buscando uma direção, a reflexão sobre o modo de produção capitalista sugere ponderar sobre o processo de formação a que são submetidos os indivíduos na sociedade, uma vez que esse modo de produção afeta de modo eminente as funções humanas, como a atenção, a

construção do conhecimento, que cada vez mais são fígados a favor do capital, dissolvendo assim as oportunidades de construção de uma consciência verdadeira por parte de quem trabalha em relação à exploração da sua força de trabalho.

Assim, pensar a sociedade e a educação atual solicita compreender, como afirma Adorno,

O núcleo desta experiência reside na compreensão do presente como histórico e na recusa de um curso pré-traçado para a história, atribuindo-lhe um sentido emancipatório construído a partir da elaboração de um passado, que parece fixado e determinado apenas como garantia (ADORNO, 1995, p.12)

Percebe-se nesse contexto que o presente é histórico, e, nessa direção, o movimento formativo, tanto individual quanto em grupo, deve ser refletido naquilo que foi alterado e em aspectos que se mantêm.

Ainda sobre essa perspectiva Adorno reflete sobre a inabilidade dos homens à experiência em razão da valorização de modelos sociais postos como ideais, que adicionam o valor dado à consciência verdadeira e enfatizam a contrariedade desses homens em relação ao que possa estar a margem dos padrões estabelecidos pela sociedade.

Essas pessoas odeiam o que é diferenciado, o que não é moldado, porque são excluídos do mesmo e porque, se o aceitassem, isto dificultaria sua "orientação existencial", (...). Por isto, rangendo dentes, elas como que escolhem contra si mesmas aquilo que não é propriamente sua vontade. A constituição da aptidão à experiência consistiria essencialmente na conscientização e, desta forma, na dissolução desses mecanismos de repressão e dessas formações reativas que deformam nas próprias pessoas sua aptidão à experiência. Não se trata, portanto, apenas da ausência de formação, mas da hostilidade frente à mesma, do rancor frente àquilo de que são privados. Este teria de ser dissolvido, conduzindo-se as pessoas àquilo que no íntimo todas desejam. (Adorno, 1995, p. 150)

Nesse sentido, a alienação derivada do trabalho com os subsídios da sociedade capitalista, adicionada à carência de reflexão que poderia provocar nos indivíduos alguma consciência capaz de pensar formas de resistir à barbárie da sociedade, revela-se como força motriz que coloca os indivíduos a seu serviço, não apenas no sentido de orientá-los no segundo seus princípios, mas, também, no sentido de proteger a acomodação social de outra que possa se apresentar como sua opositora.

Sobre isso, Frigotto, (2009) afirma que:

Da leitura que faço do trabalho como princípio educativo em Marx, ele não está ligado diretamente a método pedagógico nem à escola, mas a um processo de socialização e de internalização de caráter e personalidade solidários, fundamental no processo de superação do sistema do capital e da ideologia das sociedades de classe que cindem o gênero humano. Não se trata de uma solidariedade psicologizante ou moralizante. Ao contrário, ela se fundamenta no fato de que todo ser humano, como ser da natureza, tem o imperativo de, pelo trabalho, buscar os meios de sua reprodução – primeiramente biológica, e na base desse imperativo da necessidade criar e dilatar o mundo efetivamente livre. Socializar ou educar-se de que o trabalho que produz valores de uso é tarefa de todos, é uma perspectiva constituinte da sociedade sem classes. (FRIGOTTO, 2009, p.189)

Assim, a educação que se pretende inclusiva não pode pretender a repetição diante da possibilidade de transformar a realidade, pois se isso se efetiva, ela própria impede experiências formativas que possibilita a emancipação dos indivíduos.

Dentro desse ambiente, pensar o processo inclusivo no mundo do trabalho para pessoas com deficiências, a partir da educação, é constituir uma nova perspectiva, modificando o significado e a concepção sobre a inclusão presente no imaginário.

A inclusão solicita novas ligações físicas e lógicas da educação, pois o esclarecimento advindo desse movimento, pode permitir a libertação do indivíduo pelo meio da resistência às formas de controle presentes na sociedade, pois a educação para a adaptação revela-se em seu caráter estático e faz perpetuar barreiras que se estenderam a todos os mundos possíveis, inclusive no mundo do trabalho.

3.2 Perspectivas entre inclusão escolar e mundo do trabalho: uma reflexão necessária

Refletindo sobre a atual conjuntura da sociedade e sobre o seu histórico excludente, entendo que a valorização da diferença vem sendo incorporada ou investigada cada vez mais em diferentes instâncias, sobretudo, nos campos que alicerçam esta tese, educação e trabalho. Entretanto, reconheço que a aceitação dessa diferença, que existe como um constitutivo de qualquer indivíduo, não tem se incorporado de forma fluida, mesmo nas propostas que se intitulam democráticas. Podemos perceber esse conflito na luta pela garantia dos direitos sociais e individuais das pessoas com deficiência.

A evolução histórica das Leis que garantem direitos estimula o reconhecimento de igualdade de direitos, institui atitudes de mais tolerância na sociedade em relação àqueles que são considerados “diferente”. Porém, a instituição de algo não produz mudanças suficientes para a compreensão sobre o direito de individuação e diferenciação. Nesse ambiente, todas as pessoas com características, que não reproduzem o “normal” imposto pela sociedade, permanecem excluídas dos diferentes espaços de convivência social, incluindo a escola e o mundo do trabalho.

O afastamento da sociedade contemporânea das propostas políticas e sociais de bem-estar cria situações de vulnerabilidade social, que fragilizam a própria sociedade, pois é na relação entre indivíduos diferentes que são construídas as individualidades. Assim, cabe a reflexão sobre o lugar de cada indivíduo em uma sociedade que continuamente busca moldá-lo. Sobre isso, Crochik (2007, p. 15-16), afirma.

Com a divisão do trabalho cada vez mais racionalizada, a diferenciação das esferas sociais diminui; e a socialização cada vez mais ampla, produto do progresso da sociedade administrada, retira a possibilidade do particular – o indivíduo que se expressa e se contrapõe ao geral – diferenciar-se. Com o indivíduo e as instituições cristalizados, aquilo que não é previsto na racionalidade dominante só pode ser enunciado na negação, na rebelião. Assim, o progresso, que permite uma vida mais confortável e segura, colabora também com a imobilização social e com a infelicidade humana. Os desejos que não podem ser expressados – e, antes disso, conhecidos – buscam a realização por formas perversas, contrapondo-se à sociedade. Se a realização desses desejos compactua com a barbárie, ao mesmo tempo, denuncia a injustiça social, expressada pela dominação de um interesse formal, pretensamente unitário. Em outras palavras, a socialização total contrapõe-se à individuação, e o indivíduo torna-se hostil à civilização.

Nesse sentido, a perspectiva da inclusão escolar como um dos fatores contribuintes para formação do indivíduo para o trabalho é fundamental, a fim de compreendemos como mundos que deveriam ser complementares, visto que são alicerces da construção da realidade pessoal e social de cada indivíduo, distanciam-se, quando não entendidos como direitos fundamentais de todos.

A sociedade é excludente e dividida e sempre esteve alicerçada sobre uma perspectiva adaptativa em função de modelos de desempenho, produtividade e competitividade, e a escola é uma instituição que espelha essa sociedade e, com isso, pessoas com deficiência, que estão na situação de não estarem dentro dos “moldes”, seja porque não respondem a eles ou porque não se adaptam às rotinas/formas/concepções dos que não respeitam a diversidade.

Esse movimento de inclusão tem provocado no ambiente escolar atitudes duvidosas, pois muitos ainda acreditam que o convívio com o diferente desordena o já estabelecido como padrão, o que significa dizer que muitos negam que ser diferente é essencial para que possamos nos reconhecer humanos, pois sem esse reconhecimento passamos a ignorar qualquer possibilidade de resistência e de contradições na sociedade. Para Horkheimer e Adorno (2006, p. 188) “a falta de consideração pelo sujeito torna as coisas fáceis para a administração [...]”.

Diante disso, o grande desafio posto ao mundo da educação está na superação das dificuldades impostas ao sistema escolar pela sociedade de bens e consumo. Para a escola, isso implica ter de reconhecer o seu papel de formadora para a vida, sobretudo, no que tange esta tese, para a dimensão da vida chamada trabalho, pois qualquer movimento que se afaste dessa aproxima-nos da alienação. Sobre isso Marcuse (1964, p. 31) afirma:

A eficiência do sistema embota o reconhecimento individual de que ela não contém fato algum que não comunique o poder repressivo do todo. Se os indivíduos se encontram nas coisas que moldam a vida deles, não o fazem ditando, mas aceitando a lei das coisas - não a lei da Física, mas a lei da sociedade. Acabo de sugerir que o conceito de alienação parece tornar-se questionável quando os indivíduos se identificam com a existência que lhes é imposta e tem nela seu próprio desenvolvimento e satisfação. Essa identificação não é uma ilusão, mas uma realidade.

Considerando a reflexão de Marcuse, faz-se necessário que a escola caminhe na direção do esclarecimento, alicerçando a concepção de que o trabalho é constituinte da formação humana dentro dos limites da sociedade capitalista, mas que outras dimensões, como socialização, esclarecimento e cultura, também precisam ser consideradas, do contrário jamais seremos verdadeiramente conscientes da nossa realidade. À luz do pensamento de Marcuse (1964, p. 28), “A particularidade distintiva da sociedade industrial desenvolvida é a sufocação das necessidades que exigem libertação - libertação também do que é tolerável e compensador e confortável - enquanto mantém e absolve o poder destrutivo e a função repressiva da sociedade afluyente”.

Esse caminho pode favorecer o acesso a um desenvolvimento mais amplo das pessoas com deficiência, mediante outras vias, para além do trabalho que aprisiona, molda e aliena. Assim, “[...] a emancipação do homem poderia tornar-se obra própria do homem, meta da sua prática autoconsciente.” (MARCUSE, 1988, p.242)

Portanto, a relação existente educação e trabalho precisa dialogar com a verdade, pois, a não exclusão de qualquer indivíduo só será possível mediante uma sociedade livre de

preconceitos e alienações que impõem mecanismos de dominação e homogeneização e, conseqüentemente, impedem a capacidade de pensar, agir e respeitar as diferenças.

3.3 Educação: componente da formação e inclusão da pessoa com deficiência

A educação desempenha funções fundamentais em todas as sociedades, permitindo a humanidade desenvolver o saber ordenado a respeito do seu meio ambiente natural e social. Ela transmite toda a história que acumulamos durante a nossa existência e, em particular, oferece conhecimentos para que cada um se insira em sua sociedade.

Entretanto, reconhecemos na contemporaneidade que a educação vem se reproduzindo alicerçada em modelos que buscam à adaptação, à modelagem, não se preocupando com a emancipação das pessoas.

Sobre esse caminho, entendo que a capacidade reflexiva do indivíduo tem sido ocupada pela capacidade de assimilar, repetir e adaptar, ou seja, estamos sendo dirigidos por um astigmatismo que dificulta, a qualquer distância, o entendimento dos nossos rumos. Os seres humanos estão confusos frente à produção de sua própria vida, visto que a sociedade, nesse sentido, parece constituída de pessoas individualistas que vivem a coletividade, negando a singularidade.

Sobre isso, Adorno afirma, que:

De uma perspectiva sociológica eu ousaria acrescentar que nossa sociedade, ao mesmo tempo em que se integra cada vez mais, gera tendências de desagregação. Essas tendências encontram-se bastante desenvolvidas logo abaixo da superfície da vida civilizada e ordenada. A pressão do geral dominante sobre tudo que é particular, os homens individualmente e as instituições singulares, tem uma tendência a destroçar o particular e o individual juntamente com seu potencial de resistência. Junto com sua identidade e seu potencial, as pessoas também perdem suas qualidades, graças a qual têm a capacidade de se contrapor ao que em qualquer novamente seduz ao crime. Talvez elas mal tenham condições de resistir quando lhes é ordenado pelas forças estabelecidas que repitam tudo de novo, desde que apenas seja em nome de quaisquer ideias de pouca ou nenhuma credibilidade.

Adorno afirma que a educação deve propor o reconhecimento da realidade que circunda a sociedade moderna, haja visto o confuso e catastrófico momento histórico pelo qual estamos passando, no qual até o meado do ano de 2021, uma pandemia causada por um vírus, aliada aos interesses do capitalismo, já levou a óbito somente no Brasil mais de 600 mil pessoas.

O que nos faz concordar que uma sociedade pseudoformada permite que seus direitos sejam dirigidos e disciplinados. Conforme Adorno e Horkheimer (2006, p. 110), a indústria cultural:

[...] os mantém tão bem presos em corpo e alma que eles sucumbem sem resistência ao que lhes é oferecido. Assim como os dominados sempre levaram mais a sério do que os dominadores a moral que deles recebiam, hoje em dia as massas logradas sucumbem mais facilmente ao mito do sucesso do que os bem-sucedidos.

Agindo assim, a Indústria Cultural deixa tudo parecer ser tão familiar que o indivíduo passa a não ter consciência de que está sendo dirigido, uma vez que tudo parece fazer parte dele, nada é estranho, como se fosse algo natural

Assim, considerando que a educação não deve desmerecer conquistas e tampouco permitir que se parta apenas delas para a formação humana, é que não podemos negar nem o passado perfeito, nem o imperfeito. A educação precisa assumir o compromisso de contribuir para o resgate da humanidade dos homens. É preciso lembrar-se de Auschwitz para que se possa superá-lo. Nas palavras de Adorno (1995), “Qualquer debate acerca de metas educacionais carece de significado e importância frente a essa meta; que Auschwitz não se repita”. A função da educação é ser mediadora entre o velho e o novo, sendo essa uma função que lhe estabelece um respeito e uma compreensão do passado.

Ao contrário de Auschwitz, a educação hoje precisa levar a sociedade a refletir sobre os mecanismos que tornam os homens capazes de excluir aqueles que não estão de acordo com os moldes da sociedade. Adorno (1995, pp.141-142) reafirma suas reflexões sobre os problemas da educação, enfatizando que:

A seguir, e assumindo o risco, gostaria de apresentar a minha concepção inicial de educação. Evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de uma consciência verdadeira. Isto seria inclusive da maior importância política; sua ideia, se é permitido dizer assim, é uma exigência política.

Nesse cenário, o autor, baseado em sua concepção inicial sobre educação, coloca a necessidade de se romper com a chamada “modelagem de pessoas”, dessa maneira, o autor não só possibilita a reflexão sobre a educação e a sociedade, como também permite inferir sobre a organização de uma escola, que pertence à transformação do saber, pensando-a como um dos lócus de formação que afirma as tensões sociais e compreendendo-a como um fator para a

efetivação da consciência no mundo, por meio do esclarecimento, pois, o controle e a manipulação impedem o nosso pensamento, tornando-nos assim alvos de uma massificação contínua do ter sobre o ser. O fato é que a organização social calcada em valores de classe se mimetiza sob a forma de democracia, mas não consegue ofuscar os processos exclusivos, deixando assim evidências de que vivemos em um tempo de pseudodemocracia e, por conseguinte, semiformação. (DAMASCENO, 2010)

Para Adorno;

A democracia repousa na formação da vontade de cada um em particular, tal como ela sintetiza na instituição das eleições representativas. Para evitar um resultado irracional é preciso pressupor a aptidão em coragem de cada um em servir de seu próprio entendimento. (ADORNO, 1995, p,169)

Para Adorno, a educação tem a capacidade de adaptar o indivíduo a sociedade e também que ele se resista à sociedade a qual é apresentado. Essa dialética da educação é que desperta no indivíduo uma consciência verdadeira, criativa e reflexiva.

Sobre âmbito, torna-se assim, fundamental desenvolver por intermédio da educação as possibilidades de resistência e de esclarecimento sobre o porquê dos processos, que excluem e traduzem a barbárie, ainda terem espaço em nossa sociedade. A educação não pode produzir a barbárie e, dessa forma, uma consciência pode se alicerçar na sociedade, viabilizando a formação de valores de aprendizagem, participação social e política de todos.

Seguindo esse pensamento Damasceno (2010, p. 76) afirma que:

A compreensão de que tais processos exclusivos, que traduzem a barbárie presente na hierarquização na sociedade do capital, se reproduzem na escola é compreensível uma vez que a 'pseudodemocratização social' se manifesta sob a forma de 'pseudofomação escolar', inclusive cumprindo a mesma 'saga': a desordem social manifestada sob a forma da desorganização da escola.

Para que um poder efetivo impeça a repetição da barbárie instituída em Auschwitz, a escola deve nos conduzir para a autorreflexão e autodeterminação, para que seja possível a resistência a uma pseudodemocracia que nos distancia de uma postura crítica diante de práticas que excluem. Citando Adorno (1995, p. 121):

É preciso reconhecer os mecanismos que tornam as pessoas capazes de cometer tais atos, é preciso revelar tais mecanismos a eles próprios, procurando impedir que se tornem novamente capazes de tais atos, na medida em que se desperta uma consciência geral acerca desses mecanismos. [...] É necessário contrapor-se a uma

total ausência de consciência, é preciso evitar que as pessoas golpeiem para os lados sem refletir a respeito de si próprias.

Somam-se, nesse sentido, a possibilidade da resistência e do esclarecimento, pois “[...] o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores”, como coloca Horkheimer e Adorno (2006, p.19).

Adorno propõe uma educação para a autoconsciência crítica possibilitando uma formação voltada para a compreensão da realidade. Trata-se, pois, de repensar a educação frente à realidade histórica e social, e a relação entre indivíduo e sociedade, sem dissociá-los da natureza, na qual a condição do ser humano é promover a formação da consciência reflexiva.

Essa reflexão encontra reforço em Adorno (1995, p.151) quando afirma:

Mas aquilo que caracteriza propriamente a consciência é o pensar em relação à realidade, ao conteúdo, à relação entre as formas e estruturas de pensamento do sujeito e aquilo que esse não é. Esse sentido mais profundo de consciência ou faculdade de pensar não é apenas o desenvolvimento lógico formal, mas ele corresponde literalmente à capacidade de fazer experiências. Eu diria que pensar é o mesmo que fazer experiências intelectuais. Nesta medida e nos termos que procuramos expor, a educação para a experiência é idêntica à educação para a emancipação.

Devemos assim, orientar-nos no sentido de viver a experiência, uma vez que entendo que as diversas formas de saberes devem ser vistas na condição que envolve educador e educação na busca pelo saber e, conseqüentemente, pelo esclarecimento.

Na essência da sociedade industrializada percebemos diferentes situações, comportamentos e atividades educativas que acarretam à experiência da exclusão, como por exemplo, classes especiais, prêmios para os que se adaptam melhor ao sistema, violência com os que não estão teoricamente dentro dos “padrões estéticos e sociais”, refletindo assim, o que Horkheimer e Adorno (2006) chamaram de indústria cultural, termo definido pelos autores para designar o surgimento de uma cultura comercializada segundo os modelos de bens de consumo.

Nesse ambiente, a educação parece se afastar das estratégias de construção da autoconsciência ao deixar de perceber as verdadeiras contradições presentes nos comportamentos e valores que emergem do contexto de “pseudoformação” (Halbbildung)⁸.

⁸ O termo alemão Halbbildung pode ser traduzido como “semiformação” e “pseudoformação”. Optamos pela expressão “pseudoformação” por compreendermos que é o que melhor define o sentido atribuído por Adorno (2010), pois pressupõe ausência de formação, ou seja, uma falsa formação. Já o termo ‘semiformação’ expressa uma formação incompleta.

Assim, torna-se necessária e continua a reflexão sobre a educação, a cultura e a humanização na luta contra a barbárie. Para além disso, é preciso superar o conceito de que a educação que temos salva e, contrariamente, a essa perspectiva atribuir-lhe um conceito que caminhe na direção da luta e rompa com um sistema político que desfez a consciência de classe, mas mantém e estimula a diferença entre essas classes.

Sobre esse cenário, é preciso refletir uma educação que ultrapasse o processo “pseudoformativo” que, segundo Adorno (2010, p.9), obstrui uma formação cultural mais ampla, que contemple a experiência formativa como essência da liberdade.

Uma educação emancipatória necessita da formação cultural, do pensamento crítico e do esclarecimento, para romper com uma visão capitalista, que determina classes e hierarquias no conhecimento. Adorno (1995) expõe que Kant, ao ser questionado sobre se vivemos em uma “época esclarecida”, responde que

Não. Mas certamente em uma época de esclarecimento. Nestes termos ele determinou a emancipação de um modo inteiramente consequente, não como uma categoria estática, mas como uma categoria dinâmica, como um vir-a-ser e não um ser. Se atualmente ainda podemos afirmar que vivemos numa época de esclarecimento, isto tornou-se muito questionável em face da pressão inimaginável exercida sobre as pessoas, seja simplesmente pela própria organização do mundo, seja num sentido amplo, pelo controle planejado até mesmo de toda realidade interior pela indústria cultural (ADORNO, 1995, p.181).

A educação é essencial para a emancipação, porém, para ser real, não pode se opor à construção da autonomia, caso contrário, ela torna os indivíduos dependentes de preceitos que não são assumidos pela sua própria razão. Nesse sentido, Adorno (1995), almeja uma sociedade composta de indivíduos com autonomia de pensamento e de ação, que possam expressar a resistência à cultura dominante e, então, edificar uma cultura mais humana.

Buscando a emancipação como forma de nos tornamos indivíduos verdadeiramente livres, encontramos argumentos que nos levam a refletir sobre como a escola vem se organizando, para a liberdade almejada por todos e nos significando como seres diferentes, independentemente de qualquer condição física, intelectual, cultural ou social.

3.4 Trabalho: componente da formação e inclusão da pessoa com deficiência.

A análise da relação entre educação e trabalho, à luz da Teoria Crítica, no atual contexto da sociedade brasileira, não pode ser feita sem a reflexão sobre a dinâmica global do capitalismo e, tampouco, desconsiderar os objetivos e metas que são confirmados pelas diferentes instâncias políticas e econômicas da nossa sociedade.

Sobre essa perspectiva, não é possível pensar a relação entre educação e trabalho dissociada do modo de produção regido pelo capital. Isso porque, na história da sociabilidade burguesa, a educação daqueles que posteriormente precisarão se posicionar no mundo do trabalho está diretamente ligada aos interesses produtivos, como forma de erguer uma força de trabalho objetiva e subjetivamente alinhada às exigências da produção e da reprodução da vida na sociedade capitalista.

Segundo Costa (2005. p. 21):

As regras desse padrão de desenvolvimento encontram-se, sobretudo, assentadas em medidas de competição extrema, na valorização dos indivíduos mais aptos, detentores de múltiplas qualificações, competências e habilidades para o exercício de uma mesma atividade, em função da lógica do mercado e em detrimento da demanda humana desses indivíduos

Esse desenvolvimento sugere apropriação de conhecimento acumulado, postura crítica frente a teses que se afirmam como verdades e construção de novas respostas em face das necessidades de um mercado de trabalho cada vez mais mecânico e excludente. Assim, o próprio processo de humanização é um processo educativo, mas que pode ser direcionado com vistas a fortalecer determinadas perspectivas da sociedade que estabelece critérios para categorizar os indivíduos e as classes que nela coexistem. Por meio da atividade do trabalho, portanto, o indivíduo desenvolve novas capacidades e estas respondem às necessidades sempre renovadas do mundo do trabalho. Sobre isso, Marcuse (1964, p. 28) afirma que:

A particularidade distintiva da sociedade industrial desenvolvida é a sufocação das necessidades que exigem libertação - libertação também do que é tolerável e compensador e confortável - enquanto mantém e absolve o poder destrutivo e a função repressiva da sociedade afluenta. Aqui, os controles sociais extorquem a necessidade irresistível para a produção e o consumo do desperdício; a necessidade de trabalho estupefaciente onde não mais existe necessidade real; a necessidade de modos de descanso que mitigam e prolongam essa estupefação; a necessidade de manter liberdades decepcionantes como as de livre competição a preços administrados, uma imprensa livre que se autocensura, a livre escolha entre marcas e engenhocas.

A adaptação dos indivíduos à realidade na qual estão submersos resulta no empobrecimento das possibilidades de emancipação e aprisiona-os aos esquemas subjetivos favoráveis à manutenção do estado febril de paralisação espiritual e cultural, propício à realização da barbárie. Adorno (1995, p.164) se opõe a esse estado enfatizando que:

[...] existe uma razão objetiva da barbárie, que é (...) a falência da cultura [...] a cultura, que conforme sua própria natureza promete tantas coisas, não cumpriu a sua promessa. Ela dividiu os homens. A divisão mais importante é aquela entre trabalho físico e intelectual. Deste modo ela subtraiu aos homens a confiança em si e na própria cultura. E como costuma acontecer nas coisas humanas, a consequência disto foi que a raiva dos homens não se dirigiu contra o não-cumprimento da situação pacífica que se encontra propriamente no conceito de cultura. Em vez disto, a raiva se voltou contra a própria promessa negada, expressando-se na forma de que essa promessa não deveria existir.

Assim, pensando o processo pelo qual adentramos ao mundo do trabalho, faz-se necessário analisar e refletir o seu significado como parte formadora da vida das pessoas com deficiência, visualizando o diálogo e a socialização das questões ligadas à participação dessas pessoas neste mundo e nas esferas da sociedade, buscando diferenciar o trabalho como um fim em si mesmo e o trabalho para a manutenção da sociedade direcionada pelo capital.

Sobre a inclusão de pessoas com deficiência, entendemos que tanto na educação quanto no mundo do trabalho, é fundamental que consideremos a importância social desse grupo, à medida que hoje no Brasil, segundo o Censo 2010, mais de 45,6 milhões de pessoas declararam ter pelo menos um tipo de deficiência, o que corresponde a 23,9% da população brasileira. O que nos cabe aqui investigar é se os números refletem o que está instituído nas leis, a começar pela Constituição Federal de 1988, que estabelece que todos os indivíduos que vivem no Brasil têm os mesmos direitos, desfrutam da mesma liberdade e têm o mesmo acesso a todas as chances.

Sabemos que isso não acontece, visto as relações sociais de exclusão que podemos exemplificar com os milhões de brasileiros desempregados ou que têm subempregos, sem acesso à escola, sem moradia e pelas pessoas com deficiência que têm acesso a uma educação que não oportuniza equiparação de oportunidades, o que dificulta a participação no mundo do trabalho formal.

Sobre essa perspectiva, a tabela a seguir nos ajuda a compreender a participação da pessoa com deficiência no mundo do trabalho.

Tabela 3 - Brasil: Emprego segundo Tipo de deficiência

Tipo de Deficiência	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição Absoluta	Varição Relativa %
Física	166.690	174.207	170.468	181.464	192.432	200.794	204.554	212.878	230.345	17.467	8,21%
Auditiva	68.819	73.579	74.385	78.078	78.370	79.389	80.390	83.196	87.992	4.796	5,76%
Visual	17.710	21.847	26.119	33.505	39.580	46.913	53.438	62.135	74.314	12.179	19,60%
Intelectual (mental)	15.606	18.810	21.317	25.332	29.132	32.144	34.168	36.661	43.292	6.631	18,09%
Múltipla	3.845	4.144	4.696	5.490	6.708	8.108	7.287	7.657	9.162	1.505	19,66%
Reabilitado	33.343	32.704	33.311	33.928	35.100	35.907	38.684	38.812	41.651	2.839	7,31%
total	306.013	325.291	330.296	357.797	381.322	403.255	418.521	441.339	486.756	45.417	10,29%

Fonte: RAIS/ SEPRT-ME

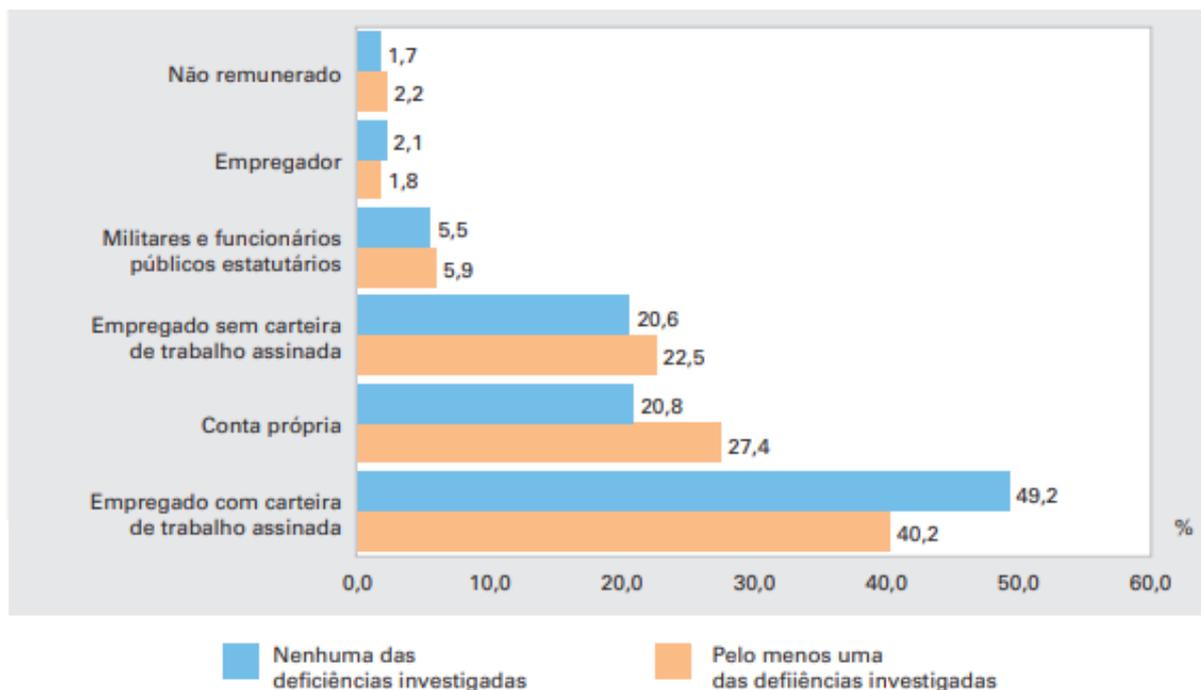
Em 2018, dados do Ministério do Trabalho nos informam que apenas 486,7 mil pessoas com deficiência estão empregadas de maneira formal, o que corresponde a 1% do total de vagas disponibilizadas. Tal fato nos leva a reflexão de que a instituição de políticas não está sendo suficiente para que esses indivíduos não sejam excluídos do acesso ao trabalho, explicando assim a sociedade capitalista em relação àqueles que historicamente desempenham seu papel social à margem dessa sociedade.

Essa exclusão de grupos do mundo do trabalho é uma realidade que precisa ser enfrentada, pois traz consigo o chamado desemprego estrutural, que alicerçado no progresso se constitui em mais um elemento da exclusão social.

O trabalho é parte constitutiva da formação do ser social e que é por meio dele que o trabalhador pode se reconhecer enquanto indivíduo, mas continua submerso em relações imbricadas diante da exploração da sua força de produção. Sobre esse cenário, todos, que não são absorvidos pelo mercado de trabalho, acabam sendo forçados a esperar por um atendimento assistencialista, visto que a dinâmica contínua de acumulação do sistema capitalista precisa cumprir sua função, ou buscar a informalidade.

Quando analisamos o gráfico abaixo, percebemos que há um considerável número de pessoas com deficiência na informalidade:

Gráfico 3 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por existência de pelo menos uma das deficiências investigadas, segundo a posição na ocupação no trabalho principal - Brasil – 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Para compreensão desses dados, cabe a reflexão sobre o 50% de pessoas com deficiência trabalhando na informalidade, seja por estarem no mundo do trabalho informal, pois vendem sua mão de obra sem vinculação com o Ministério do Trabalho, não tendo assim seus direitos trabalhistas garantidos, ou porque trabalham por conta própria, como estratégia de sobrevivência empreendida, pois precisam enfrentar diferentes barreiras que dificultaram seu ingresso no mercado de trabalho. Nesse ambiente, mais uma questão perseguida por esse trabalho vem à tona: Em qual seguimento (formal ou informal) do mundo do trabalho a maioria das pessoas com deficiência se estabelece?

O quantitativo de pessoas com deficiência, desempregados, trabalhando na informalidade ou por conta própria, em que não temos como mensurar suas condições de trabalho, estão privados de poder de representação, no sentido defendido por uma sociedade democrática. Nesse ambiente social e econômico marcado por desequilíbrios existentes nas relações de trabalho, que conduzem a um estado de permanente e elevada exploração, considerando Adorno (1995, p. 206), a sociedade deve levar em conta que:

A práxis nasceu do trabalho. Alcançou seus conceitos quando o trabalho não mais se reduziu a reproduzir diretamente a vida, mas sim pretendeu produzir as condições desta: isso colidiu com as condições então existentes. O fato de se originar do trabalho pesa muito sobre toda a práxis.

O conceito de práxis utilizado como precursor da modificação da sociedade não é senão uma transformação da perseguição ao trabalho enquanto base para o desenvolvimento e construção da teoria da sociedade.

Assim, torna-se urgente o trabalho como alternativa para sobrevivência humana e a oferta de diferentes oportunidades para a formação do trabalhador com deficiência, pois igual a outros indivíduos, a pessoa com deficiência possui direito de estar no mercado de trabalho com a expressão da sua capacidade produtiva.

3.5 Interseções entre os (des)caminhos educacionais e trabalhistas

A exclusão é um caminho que ainda hoje está estabelecido como uma “rua sem saída”, pois conduz a uma aparente inclusão ou a uma inclusão perversa. Um exemplo disso é a falta de oportunidades no mercado de trabalho para pessoas com deficiência, pois estar fora desse mercado quer dizer não estar incluído e, para incluí-las estratégias de inclusão são construídas. Sobre essa ótica, o que podemos dizer sobre aqueles que estudam e trabalham sem, contudo, estarem incluídos? Na prática, a legislação brasileira, apesar de ser uma das mais completas do mundo, precisa se revistada constantemente para que direitos sejam garantidos e, quando mesmo assim, esses direitos não são, institui-se programas com véis assistencialistas que tentam “camuflar” a exclusão.

Sobre isso, Marcuse (1964, p. 24) afirma que:

A liberdade de empreendimento não foi de modo algum, desde o início, uma vantagem. Quanto à liberdade de trabalhar ou morrer à míngua, significou labuta, insegurança e temor para a grande maioria da população. Se o indivíduo não mais fosse compelido a se demonstrar no mercado como um sujeito econômico livre, o desaparecimento desse tipo de liberdade seria uma das maiores conquistas da civilização. Os processos tecnológicos de mecanização e padronização podem liberar energia individual para um domínio de liberdade ainda desconhecido, para além da necessidade. A própria estrutura da existência humana seria alterada; o indivíduo seria libertado da imposição, pelo mundo do trabalho, de necessidades e possibilidades alheias a ele; ficaria livre para exercer autonomia sobre uma vida que seria sua.

Sobre essa reflexão e partindo da concepção de que teoria e prática não podem ser dissociadas, refletir sobre a relação existente entre educação e trabalho é relevante para que

possamos compreender os caminhos de construção dos indivíduos sociais, que todos precisamos percorrer. Sobre esse argumento, consideramos importante incluir o entendimento que as pessoas com deficiência possuem sobre a organização das instituições sociais, escola, família, governo, entre outras, tanto para o desenvolvimento de práticas pedagógicas assertivas na escola, quanto para favorecer distribuição mais adequada de recursos políticos, financeiros, educacionais condizentes com as necessidades reais e direitos básicos dessas pessoas.

Em relação ao trabalho digno, acreditamos na máxima de que ele dilatada à dimensão da formação humana, à medida que dele depende a sobrevivência de qualquer grupo social. Assim, a relação existente entre educação e trabalho está presente na vida e no cotidiano das crianças e adolescentes, tanto na convivência com pessoas que trabalham quanto nas reflexões sobre esse tema, que se estabelece em diferentes esferas.

Justamente por sua ampla interferência na constituição humana, voltar-se para esse campo de estudo do trabalho é fundamental. Afinal,

“[...] o trabalho permanece como referência dominante não somente economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente, fato que se comprova pelas reações daqueles que não o tem” (CASTEL, 1998, p. 611).

O trabalho é muito significativo na vida e na formação das pessoas e a escola exerce um papel importante nesse processo organizador da chegada de todos os indivíduos ao mundo do trabalho, da formação profissional e da vida social.

Dados nos mostram que o Brasil vem apresentando uma melhora em seus índices educacionais quantitativos, visto que reduziu a taxa de analfabetismo e aumentou o nível médio de escolaridade, ainda que a um ritmo lento. Entretanto, paralelamente a isso, o crescente índice de desemprego, assim como a precariedade, o subemprego e a queda dos níveis de renda são os ônus que se estabelecem e que se alicerçam sobre novas e antigas formas de discriminação.

Esse movimento de desenvolvimento encontra-se, de maneira excessiva, colocado sobre uma base de competição, na valorização da concepção darwiniana dos indivíduos mais aptos, detentores de diferentes competências, qualificações e habilidades para o exercício de determinada atividade, em função da lógica do mercado e em prejuízo do processo humano dos indivíduos que caminham à margem da sociedade capitalista.

Em função desse cenário, retomamos ao nosso problema de pesquisa: como vem se estabelecendo a relação entre educação e mundo do trabalho para a pessoa com deficiência?

Pois, considerando o movimento do trabalho, torna-se necessário analisar seu significado como parte inerente da vida dos trabalhadores com deficiência, com vistas ao diálogo sobre as questões ligadas à participação dessas pessoas no mundo do trabalho e nas demais áreas da sociedade.

À luz do pensamento crítico desenvolvido por Adorno e Horkheimer, a reflexão sobre o mundo do trabalho para pessoa com deficiência deve ser a mesma que para qualquer outra pessoa que precisa construir sua autonomia para além do trabalho, sua necessidade precisa ser superada, a fim de se superar a ideia capitalista que só por meio do trabalho as pessoas se tornam livres.

Segundo Adorno e Horkheimer (1991, p.21).

O trabalho social de cada indivíduo na sociedade burguesa é mediatizado pelo princípio do si-mesmo; deve restituir a uns o capital acrescido, a outros, a força para o mais-trabalho. Porém, quanto mais longe chega o processo da autoconservação pela divisão burguesa do trabalho, mais ele se força o autodespojamento dos indivíduos, que devem moldar-se, corpo e alma, ao aparato técnico.

É, portanto, na necessidade de transcender esta situação que precisamos superar a ideia de que o trabalho em nossa sociedade é o responsável pela forma como cada indivíduo se desenvolve. As pessoas com deficiência não precisariam estar em um processo contínuo e opressor de superação das suas limitações, pois a deficiência poderia ser entendida não mais como falta de habilidade, para adentrar em um mundo de trabalho reprodutor, que se alicerça na mais-valia. Como resolver essa situação? Como superar a sociedade do trabalho em busca da sociedade da educação?

Sobre esse cenário, as pessoas com deficiência lutam para que sejam compreendidas como sendo capazes de contribuir por meio de suas competências sociais, que não estão impedidas de serem protagonistas da/na vida e que são agentes de sua práxis.

Com base em Adorno e Horkheimer (2006), essa perspectiva parece ser ofuscada diante de uma sociedade que, em movimento contrário, nem sempre aparente, tenta afastar o diferente da convivência social, independentemente de suas capacidades individuais. Para Horkheimer (2007), o princípio da maioria assumiu o papel de substituto da razão, “desde que os homens

são, no fim das contas, os melhores juízes dos seus próprios interesses, as resoluções de uma maioria, supõe-se, são certamente tão válidas para uma comunidade como as instituições de uma chamada razão superior” (HORKHEIMER, 2007, P. 31).

Nesse sentido, a falta de conhecimento sobre as diferenças parece ser um problema que se estabelece nas diferentes esferas da nossa sociedade, inclusive entre os profissionais da educação, que atuam com diferentes grupos, historicamente deixados à margem da sociedade.

A interseção, posta aqui, deve ser entendida como encontro de dois caminhos - mundo da escola e mundo do trabalho. Não se trata de uma relação linear, mas de uma união que pode favorecer a mutualidade entre vida, escola e trabalho.

Para tanto, a educação precisa estar atenta às diferenças em uma perspectiva emancipatória, na qual cada indivíduo deve ser educado não apenas para construção de uma consciência, mas também para a racionalidade. Tal reflexão sobre a escola que tem sido possível pode ser orientada pela concepção de educação oferecida por Adorno (1995), na qual a mesma concepção não pode ser confundida com a modelagem de pessoas ou a mera transmissão de conhecimentos, mas sim a produção de uma consciência verdadeira, o que, segundo o autor, somente será possível a partir de uma consciência apta à experiência, consideração sobre a qual afirma: “Eu diria que pensar é o mesmo que fazer experiências intelectuais. Nessa medida e nos termos que procuramos expor, a educação para experiência é idêntica à educação para a emancipação” (ADORNO, 1995, p. 151).

Cabe destacar que a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, aparece nesse movimento de busca pelas interseções, como uma preocupação do mundo da educação, posta como um dos objetivos da Política Nacional de Educação Especial (1994).

Nesse sentido, a questão relativa ao mercado de trabalho preocupa-me, à medida que esse mercado se estabelece da competitividade, no qual os mais aptos ao meio se sobrepõem aos demais, colocando assim, dúvidas em relação à capacidade de trabalho das pessoas com deficiência, reproduzindo por intermédio desse movimento, o que ocorre nos diferentes espaços sociais em relação às possibilidades dessas pessoas.

Sasaki (1999, p.60) afirma que “As pessoas deficientes têm sido excluídas do mercado de trabalho por outros motivos como, por exemplo: falta de reabilitação física e profissional,

falta de escolaridade, falta de transporte e falta de qualificação para o trabalho”. De acordo com o autor, o movimento de não exclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho passou por quatro fases - exclusão, segregação, integração e inclusão.

Na fase da exclusão, pessoas com deficiência não tinham acesso ao mundo do trabalho. A ideia era incompatível com o grau de desenvolvimento da sociedade. Na fase da segregação, onde eram privadas do convívio social, pois só poderiam realizar trabalhos dentro de instituições destinadas a elas ou em domicílio.

A fase da integração é o momento no qual as pessoas com deficiência são encaminhadas às escolas regulares e a espaços de trabalho comuns a todas as pessoas. Sobre essa fase, o que percebo é que ainda não foi superada, visto que barreiras de acessibilidade e, sobretudo, barreiras atitudinais alicerçadas na falta de esclarecimento e de uma consciência verdadeira sobre a deficiência, são resistentes ao tempo.

Hoje, segundo o autor, estamos na fase da inclusão, e as transformações frente à fase da integração me parecem ínfimas. Sasaki (1999) afirma surgir, nessa fase, a figura da “empresa inclusiva”, termo que me traz estranhamento, pois, esse termo surge da ideia de que “o mundo do trabalho tende a não ter dois lados” (SASSAKI, 1999, p.64), e alicerça-se sobre a afirmação que:

Uma empresa inclusiva é, então, aquela que acredita no valor da diversidade humana, contempla as diferenças individuais, efetua mudanças fundamentais nas práticas administrativas, implementa adaptações no ambiente físico, adapta procedimentos e instrumentos de trabalho, treina todos os recursos humanos na questão da inclusão etc. Uma empresa pode tornar-se inclusiva por iniciativa e empenho dos próprios empregadores, que para tanto buscam informações pertinentes ao princípio da inclusão, e/ou com a assessoria de profissionais inclusivistas que atuam em entidades sociais. (SASSAKI, 1999, p.64)

Na contemporaneidade, considerando as propostas da empresa inclusiva, acredito que só um lado continua sendo beneficiado, o lado da sociedade de bens e consumo, visto que as propostas da empresa inclusiva não buscam alterar as relações sociais de trabalho, estratégia que mantém as exclusão das pessoas com deficiência do mercado de trabalho, haja visto os números que nos indicam que, mesmo com a legislação, o movimento de absorção desse grupo pelo mercado de trabalho ainda é lento e, algumas vezes, retrógrado.

Para Horkheimer, (2007, p.31)

Aos olhos de um homem médio, o princípio da maioria é com frequência não só um substituto com um aperfeiçoamento da razão objetiva: desde que os homens são, no fim de contas, os melhores juízes dos seus próprios interesses, as resoluções de uma maioria, supõe-se, são certamente tão válidas para uma comunidade como as intuições de uma razão superior. Contudo, a contradição entre intuição e princípios democráticos, concebida em termos toscos, é apenas imaginária. Pois o que quer dizer que “um homem conhece melhor os seus interesses”? Como adquiriu ele esse conhecimento, o que prova que seu conhecimento é correto? Na proposição “um homem conhece...” há uma referência implícita a uma agência que não é totalmente arbitrária, e que é incidental a qualquer espécie de razão sustentar não somente os fins, mas igualmente os meios. Se essa agência se relevasse ser outra vez simplesmente a maioria, toda a argumentação seria tautológica.

Assim, entendendo que devemos superar a fase da inclusão e, por meio da união de diferentes esferas da sociedade, entre elas escola e trabalho, cabendo a escola oferecer a essas pessoas as estratégias de enfrentamento aos desafios postos pelo mundo do trabalho, que devemos estabelecer a “fase da não exclusão”, pois, por mais que analisemos o momento social, político e cultural, da inclusão, como próprio para o acolhimento às deficiências, é preciso pensar que não estamos imunes à reprodução de práticas e concepções que estão alicerçadas na exclusão.

A crítica à relação existente entre inclusão e exclusão mostra que o predomínio de estratégias instrumentais, ausente de objetivos comuns à vida humana, favorece a sustentação de verdades universais e promessas de uma vida justa para todos os indivíduos. Assim, o mundo da educação, para além do que estabelecem as políticas, deve revisar seus métodos, ações e práticas, propondo o enfrentamento crítico capaz de eliminar os efeitos do passado que ainda perduram em nossa sociedade. (PEREIRA, 2013)

Sobre este cenário, no qual os caminhos postos para se chegar ao mundo do trabalho, exigem autonomia, qualificação e superação constante, a pergunta que emerge é: como a escola tem contribuído para que as pessoas com deficiência “alcancem” esse mundo?

O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideais de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. Não é também discussão guerreira, polêmica, entre sujeitos que não aspiram a comprometer-se com a pronúncia do mundo, nem a buscar a verdade, mas a impor a sua. Porque é encontro de homens que pronunciam o mundo, não deve ser doação do pronunciar de uns aos outros. É um ato de criação. Daí que não possa ser manhoso instrumento de que lance mão um sujeito para a conquista do outro. A conquista implícita no diálogo é a do mundo pelos sujeitos dialógicos, não a de um pelo outro. Conquista do mundo Para a libertação dos homens.

Paulo freire

IV - CONCEPÇÃO METODOLÓGICA DO ESTUDO: ANÁLISES À LUZ DA TEORIA CRÍTICA - INTERSEÇÕES ENTRE OS MUNDOS DA ESCOLA E DO TRABALHO.

Este estudo apresenta como questão central problematizar, junto com as pessoas com deficiência, se a inclusão escolar contribui para inserção delas no mundo do trabalho. Nesse sentido, apoiamos-nos na Teoria Crítica, com destaque para o pensamento de Adorno, como suporte teórico-metodológico deste estudo.

Segundo Horkheimer (1989, p.69), a Teoria Crítica

“[...] tem como objeto os homens como produtores de todas as suas formas históricas de vida. As situações efetivas, nas quais a ciência se baseia, não são para ela uma coisa dada, cujo único problema estaria na mera constatação e previsão segundo as leis da probabilidade. O que é dado não depende apenas da natureza, mas também do poder do homem sobre ele. Os objetos e a espécie de percepção, a formulação de questões e o sentido da resposta dão provas da atividade humana e do grau de seu poder.”

Dessa forma, à luz da Teoria Crítica, refletimos que a inclusão não pode ser fracionada para que se minimizem questões como segregação e exclusão dos que historicamente são considerados menos aptos ao aprendizado e ao trabalho. É preciso que se desenvolva uma educação emancipatória, com vistas à afirmação de uma sociedade esclarecida e democrática.

Entendemos nesse sentido que a Teoria Crítica se constitui no próprio método da pesquisa, ou seja, nessa perspectiva não há sentido em qualificar esta pesquisa como quantitativa ou qualitativa, o que segundo a própria teoria significaria limitar o objetivo geral deste estudo, que é dialogar sobre como as políticas públicas estão se materializando em ações educativas e formativas, alicerces a inserção no mundo do trabalho das pessoas com deficiência.

Por meio da elaboração desse objetivo, desejamos que o presente estudo torne possível esclarecer, com base em uma perspectiva crítica socioeducacional, se a formação educacional tem sido suficiente para que pessoas com deficiência sejam inseridas no mercado de trabalho.

Sobre esse aspecto, Adorno (1995, p.202) nos propõe a reflexão:

Até que ponto a questão relativa à teoria e práxis depende da relativa a sujeito e objeto, evidencia-se por uma simples reflexão histórica. Ao mesmo tempo em que a doutrina cartesiana das duas substâncias ratificava a dicotomia entre sujeito e objeto, a práxis era apresentada, pela primeira vez, na poesia, como problemática, em virtude de sua tensão frente à reflexão. A razão pura prática, com todo realismo zeloso, é tão desprovida de objeto quanto o mundo é desqualificado para a manufatura e a indústria que o reduzem a material de elaboração e que, por sua vez, não pode legitimar-se senão no mercado. Enquanto a práxis promete guiar os homens para fora do fechamento em si, ela mesma tem sido agora e sempre, fechada; é por isso que os práticos são inabordáveis, e a referência objetiva da práxis, a priori minada.

A reflexão proposta por Adorno nos leva à reflexão de que a prática e a produção do conhecimento são movimentos que precisam seguir juntos, pois se o contrário se estabelece, a educação se transforma em mera transmissão de conteúdos desconectados do senso comum, que não levam à emancipação, ou seja, não proporcionam a formação para a autonomia e para o esclarecimento.

De acordo com Damasceno (2006, p. 45):

O que nos é trazido à reflexão por Adorno é que a democracia constitui-se no desejo de libertar a consciência dos domínios ideológicos sociais, ou seja, significa reconhecer que só através da reflexão e autorreflexão crítica, da luta pela libertação do pensar é que nos tornaremos “iluministas” de nossa própria consciência. E, posso acrescentar que aquele que consegue vencer as suas próprias amarras do pensamento, é capaz de se tornar um libertador de outras consciências, sobretudo na relação entre professores e estudantes.

Portanto, para que a sociedade se constitua consciente de que somos diversos e, conseqüentemente, efetive-se democrática, é preciso que os sujeitos, por meio da formação para autorreflexão crítica, libertem-se dos modelos ideológicos sociais que se impõem como, por

exemplo, no caso deste estudo, no qual modelos de educação: regular, especial, inclusiva, dentre outros, não estão aparentemente formando indivíduos autônomos e esclarecidos sobre o mundo excludente do trabalho. Nesse sentido, a autorreflexão crítica é fundamental, sobretudo, para a materialização de uma educação para todos, com ou sem deficiência

Pois, segundo Adorno (1995, p.189):

Somente a tomada de consciência do social proporciona ao conhecimento a objetividade que ele perde por descuido enquanto obedece às forças sociais que o governam, sem refletir sobre elas. Crítica da sociedade é crítica do conhecimento, e vice-versa.

A falta de compromisso com o desenvolvimento do indivíduo precisa ser enfrentada, como forma de resistência à permanência social, visto que a reprodução de ideias pré-estabelecidas, que não levam ao esclarecimento nos afasta da possibilidade de novas experiências, como afirma Adorno (1995, p.148-149):

Os chamados fenômenos da alienação baseiam-se na estrutura social. O defeito mais grave com que nos defrontamos atualmente consiste em que os homens não são mais aptos à experiência, mas interpõem entre si mesmos e aquilo a ser experimentado aquela camada estereotipada a que é preciso se opor. Penso aqui sobretudo também no papel desempenhado na consciência e no inconsciente pela técnica, possivelmente muito além de sua função real.

É nesse contexto, de inúmeras barreiras e poucas oportunidades, que afastam as pessoas com deficiência do convívio social em diferentes instâncias, que experiências formativas educacionais e trabalhistas precisam ser construídas para que a vida dessas pessoas não continue sendo uma luta diária pelo reconhecimento de direitos que lhes são inerentes. Nesse âmbito, entendemos que a adaptação de leis e ambientes, dissociadas da construção de estratégias que contribuam para o crescimento individual de todos os indivíduos, não levam à superação dos problemas trazidos pela exclusão, apenas continuam subtraindo a humanidade daqueles que são injustamente afastados da vida comum.

Assim, Adorno nos leva a refletir sobre a relação existente entre sujeitos e objeto de estudo, que assim como a prática e o conhecimento não podem se dissociar. Contudo, cabe enfatizar que também não pode haver predomínio de um sobre o outro, mesmo entendendo que hoje a prática tem nos atribuído uma comodidade que nos distancia da transformação.

Considerando o exposto, admitimos a escolha da Teoria Crítica como o aporte teórico-metodológico deste estudo, por entendermos os limites e possibilidades que estão sendo postos

ao estudo. Nesse sentido, reforçamos que a própria teoria como método é uma perspectiva metodológica em si, não havendo aplicação ao estudo nos moldes das chamadas pesquisas qualitativas. Tal assertiva pode ser confirmada nas palavras de Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999) quando afirmam:

É Horkheimer quem delinea os pontos fundamentais da teoria crítica. Em um artigo intitulado “Teoria tradicional e teoria crítica” (1983), publicado pela primeira vez em 1937, apresenta os princípios básicos da teoria crítica, em oposição ao que chama de teoria tradicional, da qual o positivismo seria a expressão mais acabada. Horkheimer expõe aí o conflito entre o positivismo e a visão dialética, denunciando o caráter conservador do primeiro e enfatizando a natureza emancipatória da última. Segundo esse autor, a teoria tradicional adota uma concepção de ciência cujas origens remontam ao “Discurso sobre o método” de Descartes, que aponta, como ideal da ciência, a formulação de um sistema dedutivo, no qual todas as proposições referentes a um determinado campo seriam relacionadas de tal modo que poderiam ser deduzidas de uns poucos princípios gerais. A exigência fundamental dos sistemas teóricos assim construídos seria a de que todos os elementos fossem ligados entre si de modo direto e livre de contradições. A lógica do pensamento cartesiano suporia, ainda, a “invariabilidade social da relação sujeito-teoria-objeto”, o que a distingue “de qualquer tipo de lógica dialética” (Horkheimer, 1983, p. 133.) Ao seguir esse modelo, a ciência tradicional teria se tornado abstrata e afastada da realidade, não se ocupando da gênese social dos problemas nem das situações concretas nas quais os conhecimentos da ciência são aplicados. Essa alienação se expressaria também na separação ilusória entre ciência e valor e entre o saber e o agir do cientista, o que o preserva de assumir as contradições. O pensamento crítico, ao contrário, procura a superação das dicotomias entre saber e agir, sujeito e objeto, e ciência e sociedade, enfatizando os determinantes sócio-históricos da produção do conhecimento científico e o papel da ciência na divisão social do trabalho. O sujeito do conhecimento é um sujeito histórico que se encontra inserido em um processo igualmente histórico que o influencia. O teórico crítico assume essa condição e procura intervir no processo histórico visando a emancipação do homem através de uma ordem social mais justa. (p.116-117)

Ante o exposto, reiteramos no âmbito da perspectiva teórico-metodológica da teoria crítica que a própria teoria consiste no método do estudo, sendo a teoria a própria práxis (teoria e método de pesquisa), na qual o pensamento dos autores Frankfurtianos são as lentes de análise fenomenológica, e acrescentamos como sublinha Horkheimer (2006, p. 1),

“Tirar consequências da teoria crítica para atuar politicamente é o anseio daqueles que pensam com seriedade; no entanto, não existe uma receita geral, salvo a necessidade de compreender a própria responsabilidade. Aplicar irrefletida e dogmaticamente a teoria à prática da realidade histórica mudada só poderia acelerar o processo que ela deveria denunciar.”

A teoria crítica é esclarecedora quanto ao papel do sujeito na sociedade, não sendo aceitável assim, que este mesmo sujeito aceite a realidade tal como existe, isto é, a partir de lógicas de poder repressivas e preconceituosas. Entretanto, e sabendo-se que essa foi uma visão ideal da teoria crítica e que a sociedade não muda na sua totalidade, é urgente que se desconstrua atitudes e pensamentos que levam a barbárie e se construa “pontes” para o esclarecimento.

4.1 Objetivos e questões de estudo

Assim, esta pesquisa, que se intitula “Inclusão em perspectiva: será a escola a ‘ponte’ entre a pessoa com deficiência e o mundo do trabalho?”, teve como objetivos:

- Analisar as políticas educacionais que se relacionem com a formação para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência;
- Caracterizar com base na análise das políticas públicas de educação inclusiva, o processo de transição da educação formal (escola) para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência;
- Identificar potenciais relações entre políticas educacionais e trabalhistas no âmbito da inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência;
- Caracterizar itinerários formativos de pessoas com deficiência, sujeitos deste estudo, da escola até o mercado de trabalho;
- Caracterizar, a partir da formação educacional, os desafios encontrados por pessoas com deficiência para entrar no mundo do trabalho.

Entendemos assim, ser necessária a criação de estratégias que concebam as diferenças postas entre todos nós, incluindo as pessoas com deficiência, como elemento constituinte e conceptivo do processo de inclusão. Desse modo, buscaremos responder às seguintes questões:

- ✓ Quais são as políticas educacionais que se relacionam com a formação para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência?
- ✓ A escola regular tem implementado tais políticas no processo de inclusão da pessoa com deficiência?
- ✓ Os dispositivos legais existentes no âmbito da relação educação e trabalho contribuem para inclusão social da pessoa com deficiência? De que forma?
- ✓ Como se estabelece, do ponto de vista legal/político, a passagem da escola para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência?
- ✓ A escola regular alicerçou a construção de um “ideário trabalhista” para a pessoa com deficiência? Como têm sido essas experiências?
- ✓ Em qual seguimento (formal ou informal) do mundo do trabalho a maioria das pessoas com deficiência se estabelece?
- ✓ As pessoas com deficiência inseridas no mundo do trabalho formal têm seus estudos valorizados?

4.2 Itinerários metodológicos: procedimentos e instrumento de coleta de dados

Tendo como elemento de análise as políticas educacionais e trabalhistas, e como estão sendo construídas as “pontes” que levam as pessoas com deficiência da escola para o mundo do trabalho, alicerçados sobre os objetivos e questões que permeiam esse estudo, desenvolvemos os “caminhos” para este pudesse ser desenvolvido.

Convém reiterar que os procedimentos e instrumento de pesquisa foram escolhidos em função dos objetivos e questões de estudo, não tendo, necessariamente, relação causa-efeito com a opção teórico-metodológica da pesquisa. Tal característica é típica de estudos no campo das ciências humanas e sociais que adotam a perspectiva da Teoria Crítica como método. Para identificar os participantes, utilizaremos como instrumento o questionário de caracterização.

Nesse ambiente, passamos a detalhar os procedimentos/instrumentos que foram adotados neste estudo e sua pertinência frente às possibilidades das análises que se edificaram a partir dos dados coletados:

- **Análise documental:** nessa etapa, pesquisamos na legislação educacional e trabalhista ações que pudessem materializar a construção da autonomia para o trabalho das pessoas com deficiência. Com base nesse procedimento, buscamos responder aos objetivos: analisar as políticas educacionais que se relacionem com a formação para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência; caracterizar com base na análise das políticas públicas de educação inclusiva, o processo de transição da educação formal (escola) para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência; identificar potenciais relações entre políticas educacionais e trabalhistas no âmbito da inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência.
- **Levantamento bibliográfico:** com esse procedimento buscamos identificar, conhecer e entender as tendências educacionais que orientam ou não a pessoa com deficiência para o mundo do trabalho. Para isso foi realizada um estudo da arte, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), de 2015 a 2020, com a intenção de refletir sobre as produções acerca do tema investigado nesta tese, a partir da promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

- **Entrevista semiestruturadas:** com este procedimento nos aproximamos dos sujeitos participantes do estudo. As entrevistas foram compostas por duas fases, na primeira realizamos um contato inicial via telefone, no qual fizemos o convite para participação e explicamos o contexto da pesquisa. Nesse contato inicial, marcamos o dia, o horário e definimos como a entrevista seria realizada, considerando o contexto pandêmico vivenciado nos anos de 2020 e 2021. Em um segundo momento, as entrevistas foram realizadas de maneira formal.
- **Questionário de caracterização:** esse instrumento de coleta de dados foi elaborado para que pudéssemos caracterizar os sujeitos da pesquisa. Buscamos identificar os participantes de acordo com: idade, sexo, tipo de deficiência, escolaridade, em que tipo de instituição estudou e conhecimento sobre a “Lei de Cotas” nº 8.213/91.

As entrevistas foram realizadas com o tempo médio de duração de 1 hora, alguns participantes precisaram de um tempo maior, alguns optaram por responder via Google Meet e outros por telefone.

Solicitou-se a autorização para a gravação das entrevistas em áudio e vídeo. As entrevistas realizadas por telefone foram gravadas utilizando o Aplicativo Cube ACR⁹. Todos os convites foram aceitos prontamente. Foi oferecido o apoio de um intérprete de Libras para os participantes surdos, mas um preferiu a leitura labial e os outros preferiram responder por escrito.

O roteiro¹⁰ da entrevista semiestruturada e do questionário de caracterização foi o mesmo para todos os participantes da pesquisa. Os dados obtidos mediante a realização das entrevistas foram transcritos e discutidos na análise de dados desta pesquisa.

⁹ Cube ACR é um aplicativo que permite gravar ligações feitas no [WhatsApp](#) em celulares com [Android](#). O serviço grátis captura os áudios do destinatário e do remetente nas chamadas de voz e armazena os arquivos de maneira automática na memória do celular. Isso permite ouvir novamente quantas vezes quiser. Além do mensageiro mais popular do mundo, a plataforma também está apta para gravar as conversas de voz de outros serviços de VoIP, como o [Skype](#), [Telegram](#) e [Messenger](#), por exemplo. Disponível em <https://www.techtodo.com.br/tudo-sobre/cube-acr.html>

¹⁰ Os roteiros da entrevista e do questionário esse encontram no apêndice.

4.2.1 Procedimentos de análise de dados

As entrevistas foram transcritas na íntegra e os nomes dos participantes foram preservados, para isso atribuímos nomes fictícios para os entrevistados.

Utilizamos, nas transcrições, trechos das narrativas relevantes para responder às questões de estudo propostas para a pesquisa em relação aos caminhos percorridos pelos participantes da escola até o mercado de trabalho, contudo todos os aspectos postos nas entrevistas pelos participantes foram considerados na análise das entrevistas.

Para Glat e Pletsch (2009), a análise dos dados: “[...] consiste em identificar a partir da transcrição das entrevistas os conteúdos ou tópicos mais frequentes que emergem do discurso dos entrevistados, os quais serão posteriormente agrupados em categorias de análise ou núcleos temáticos” (p. 144).

Acreditamos que o resultado alcançado a partir da análise dos dados coletados durante esse estudo pode contribuir para o diálogo sobre o estabelecimento de meios que aproximem as fronteiras entre o instituído e o instituinte na escola e no mercado de trabalho, colaborando não somente com a sua democratização, mas com a consecução da inclusão de pessoas com deficiência.

4.2.2 Aspectos éticos

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos, (CEP) sob o nº 4.953.048, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por meio da Plataforma Brasil, deu-se andamento na pesquisa e nas entrevistas a partir da aprovação do Comitê de Ética (BRASIL, 2012).

4.3 Sujeitos do estudo: caminhante faz seu caminho ao caminhar

Os sujeitos deste estudo formam pessoas com deficiência que estão inseridas no mercado de trabalho formal ou informal, independente da área de atuação. Aproximamo-nos dos participantes por meio da indicação de instituições (Organizações Não Governamentais/ONGs e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público/OSCIPs) que desenvolvem projetos

sociais para pessoas com deficiência e por indicação de pesquisadores que integram o grupo de pesquisa LEPEDI.

Participaram da pesquisa 15 (quinze) pessoas com deficiência, todos foram nomeados por pseudônimos para garantia da preservação de suas identidades e, de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, prestamos todas as informações necessárias, em linguagem clara e acessível, utilizamos as estratégias mais apropriadas para que os convidados pudessem responder a pesquisa com autonomia e dentro do tempo de cada um, para que pudessem refletir sobre suas respostas. Foi solicitado que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) bem como preenchessem o questionário de caracterização.

Diante cenário criado pela pandemia do novo Coronavírus, Covid 19, em que o distanciamento social se fez necessário desde o início de 2020, tornou-se necessário adaptar alguns procedimentos propostos no projeto e, todos os questionários e entrevistas foram aplicados de forma remota, por intermédio de diferentes plataformas de reuniões e por telefone com o auxílio do aplicativo Cube ACR, que assim como as plataformas de reunião permite a gravação e o registro fidedigno das narrativas dos entrevistados e sua posterior transcrição. Cabe ressaltar que o aplicativo Cube ACR nos foi apresentado pelos participantes cegos, os quais já utilizam o mesmo no seu dia a dia.

Os sujeitos foram:

- 3 pessoas com deficiência visual (2 pessoas no mercado formal e 1 pessoas no mercado informal);
- 4 pessoas com deficiência auditiva (3 pessoas no mercado formal e 1 pessoas no mercado informal);
- 4 pessoas com deficiência física (3 pessoas no mercado formal e 1 pessoas no mercado informal);
- 2 pessoas com deficiência intelectual (1 pessoas no mercado formal e 1 pessoas no mercado informal);
- 2 pessoas com deficiência múltipla (1 pessoas no mercado formal e 1 pessoas no mercado informal).

Nesse sentido, definida a forma de aproximação com o campo e tendo como critério para determinação dos participantes da pesquisa que sejam pessoas com deficiências inseridas formal ou informalmente no mercado de trabalho, a definição do tamanho amostral se deu a partir do critério de diversidade/tipificações de deficiências (sensoriais, cognitivas e físicas) e representatividade do mercado formal e informal de trabalho. No que se refere à compatibilidade desses critérios com a escolha teórico-metodológica do estudo, ressaltamos que, na perspectiva da Teoria Crítica, não há condicionantes que predefinem tais escolhas, uma vez que “O fato de não mais contar com uma metodologia estruturada *a priori*, com modelos e procedimentos que deveriam ser seguidos, representava um espaço para a invenção, além de permitir que fossem estudados problemas que não caberiam nos limites rígidos do paradigma anterior” (ALVES-MAZZOTI & GWAJENEIDER, 1999, P.119).

Reforçamos que todos os entrevistados estavam inseridos no mercado de trabalho, visto que uma das questões propostas para este estudo foi a trajetória da escola ao local de trabalho que ocupam hoje, pois acreditamos na educação para emancipação de todas as pessoas, independente de suas características.

Cabe enfatizar que esta Tese de Doutorado, obrigatoriamente, transitou de maneira crítico-reflexiva pelas questões acerca das ações instituídas para inclusão democrática de pessoas com deficiência na escola e no mercado de trabalho. Para tal, apropriar-me-ei de categorias adornianas para analisar as narrativas dos sujeitos, tais como: educação para a sensibilização, educação para emancipação, educação para o desenvolvimento da consciência verdadeira, educação política, dentre outras.

Com base nos questionários, passemos a caracterização dos sujeitos da pesquisa.

4.3.1 Caracterização dos sujeitos participantes do estudo

Por meio do questionário, foi possível caracterizar a idade, o gênero, a escolaridade, que tipo de instituição escolar frequentou, profissão e a aspectos relacionados com conhecimento sobre a Lei de Cotas.

Tabela 4 - Caracterização da formação e atuação dos professores participantes da pesquisa

Nome	Idade	Deficiência	Escolaridade	Instituição de ensino (regular ou especializada)	Profissão	Conhecimento sobre Leis de Cotas
Maurício	48	Visual	Superior	Regular e especializada/ Pública e privada	Auxiliar Administrativo	Sim
Maria	47	Visual	Superior	Regular e especializada/ Pública	Professora	Sim
Marcelo	38	Visual	Superior	Regular e especializada/ Pública	Jornalista, Palestrante e YouTuber	Sim
Valéria	37	Auditiva	Superior em andamento	Regular/Privada pública	Auxiliar Administrativa	Sim
Luana	40	Auditiva	Médio	Regular/Pública	Assistente Administrativa	Sim
Carla	31	Auditiva	Superior	Regular/Pública	Interprete de libras independente	Sim
Fátima	36	Auditiva	Médio	Regular/Pública	Auxiliar Administrativo	Sim
André	43	Física	Médio	Regular/Pública	Auxiliar Administrativo	Não
Marta	47	Física	Superior	Regular/Privada	Professora	Já ouviu falar
Eliane	58	Física	Superior	Regular/Pública e privada	Professora e Supervisora educacional	Sim

Monique	23	Física	Superior	Regular/ Privada	Tec. de enfermagem	Já ouviu falar
Lara	27	Intelectual	Superior	Regular/Privada	Relações Públicas	Já ouviu falar
Gabriel¹¹	27	Intelectual	Médio	Regular/Pública	Ajudante em festas	Não
Tatiana	53	Múltipla	Médio	Regular/Pública	Recepcionista/ Cabelereira	Não
Aline	46	Múltipla	Médio	Pública	Auxiliar administrativa/ Artesã	Já ouviu falar.

Fonte: Autoria própria (2021)

A Tabela 4 sintetiza a caracterização dos entrevistados da pesquisa. Os participantes da pesquisa estão na faixa etária de 25 a 58 anos.

Os dados obtidos pela aplicação do questionário permitiram-nos observar que mesmo tendo optado por conversar com pessoas de diferentes lugares e diferentes faixas etárias, ficou perceptível que a maioria dos entrevistados inseridos no mundo do trabalho formal buscou se estabelecer profissionalmente em cargos administrativos, seguido pelo magistério, e os que estão inseridos no mercado de trabalho informal, que possuem o Ensino Superior, buscaram seguir suas escolhas profissionais.

A escolarização dos participantes foi predominante em ensino regular público, apenas uma pequena parte cursou o Ensino Fundamental e/ou Médio no ensino regular particular.

Podemos observar também que quase 43% dos entrevistados, mesmo afirmando que entraram no mercado de trabalho¹² em uma vaga destinada à pessoa com deficiência, não têm conhecimento sobre a Lei de Cotas ou somente ouviram falar. Esse desconhecimento dos participantes sobre direitos específicos das pessoas com deficiência foi um fator que nos deixou bastante intrigados, pois mesmo com a existência da Lei de Cotas há 30 anos o nível de

¹¹ A mãe do Gabriel participou da entrevista e ajudou-o com as respostas.

¹² É importante esclarecer que o mundo do trabalho é uma instância de formação humana, sendo os mercados de trabalho formal e informal materializações das possibilidades do primeiro.

conhecimento das pessoas com deficiência sobre o assunto é baixo, como é observado neste estudo.

O processo de inclusão das pessoas com deficiência depende, essencialmente, do envolvimento delas próprias na luta pelos seus direitos, do compromisso social e consigo mesmas, que se dá a partir da educação.

Nesses termos, Adorno (2005, p. 139-140) em diálogo com Becker, faz-nos refletir sobre “Formação para quê”? ou “Educação para quê”? A intenção não era discutir para que fins a educação ainda seria necessária, mas sim: para onde a educação deve conduzir?

A reflexão posta por Adorno nos conduz a pensar sobre um movimento incipiente da escola em fornecer caminhos educacionais e trabalhistas para as pessoas com deficiência, à medida que a maioria dos que afirmaram não conhecer ou conhecer parcialmente a Lei de cotas são os que têm o menor nível de escolarização. O que nos leva a percepção que, para os incluídos no mercado de trabalho formal, que afirmaram não conhecer a Lei de Cotas, a busca por uma vaga não difere da busca de uma pessoa que não tem deficiência.

Outro fator que emergiu com os dados do questionário foi que somente as pessoas com deficiência visual frequentaram escolas especializadas. De acordo com o documento oficial do MEC, “[...] o professor da classe comum é o principal responsável pelo desempenho acadêmico do aluno portador de deficiência visual, cabendo ao professor especializado apenas complementar a educação desse aluno” (BRASIL, 1995, p.252), sobre essa perspectiva, penso que a formação dos professores é um fator que precisa ser considerado na escolarização da pessoa com deficiência visual, para que esse movimento da escola regular para escola especializada caminhe para extinção.

A fim de entender esse movimento, durante a entrevista quando indagados sobre o período em que estiveram na escola especial, todos os participantes que passaram por esse tipo de instituição afirmam a importância da escolarização na escola comum, todavia, juntamente com a instituição especializada. Essa manifestação é bastante interessante pois evidencia que, na percepção dos participantes, a presença na escola regular é significativa. Porém, as especificidades da condição de deficiência, por vezes, exigem que a instituição especializada ofereça o que não lhes parece possível obter na escola comum.

Nesse sentido, é urgente que a escola regular proporcione um atendimento educacional em suas salas de recursos, desenvolvido por um professor especializado, o qual possa apoiar o desenvolvimento das atividades diárias, sensoriais e de escrita (Sistema Braille) do seu estudante cego, e que conheça a tecnologias assistivas, de informação e comunicação, que possam auxiliar o dia a dia desse estudante.

Nas palavras de Adorno (1995, p. 24): “A experiência é um processo autorreflexivo, em que a relação com o objeto forma a mediação pela qual se forma o sujeito em sua “objetividade”. Assim, tornar-se, necessário constituir-se de uma extensão humana e pedagógica para além do reprodutivo e da modelagem educacional.

Com base nas entrevistas, passemos a análise das narrativas para o desvelamento das perspectivas da inclusão: será a escola a “ponte” entre a pessoa com deficiência e o mundo trabalho?

Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipótese sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e suas circunstâncias.

Paulo Freire.

O ideal da educação não é aprender ao máximo, maximizar os resultados, mas é antes de tudo aprender a aprender, é aprender a se desenvolver e aprender a continuar a se desenvolver depois da escola.

Jean Piaget

V- NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS DOS SUJEITOS DA PESQUISA: PERSPECTIVAS INCLUSIVAS EM ANÁLISE

As percepções sobre as experiências escolares e a inserção no mundo do trabalho da pessoa com deficiência foram construídas com base nas narrativas obtidas nas entrevistas semiestruturadas, procedimento metodológico deste estudo.

Dentro dessa perspectiva, as narrativas serão analisadas em categorias, em concordância com a afirmação de André e Lüdke (1986):

A categorização, por si mesma, não esgota a análise. É preciso que o pesquisador vá além, ultrapasse a mera descrição, buscando realmente acrescentar algo à discussão já existente sobre o assunto focalizado. Para isso, ele terá que fazer um esforço de abstração, ultrapassando os dados, tentando estabelecer conexões e relações que possibilitem a proposição de novas explicações e interpretações (p.49).

Sobre esse caminho, a categorização buscou estabelecer a articulação entre as questões e objetivos que esta pesquisa elencou, considerando e relacionado as narrativas coletadas. Para isso, a tabela a seguir traz a organização dos eixos temáticos, em categorias e subcategorias.

As categorias elencadas têm relação com as que emergem do pensamento de Adorno, que são as lentes teórico-metodológicas deste estudo. Nesse sentido, a análise de dados foi relacionada a categorias adornianas como: democracia, barbárie, emancipação, educação crítica, consciência verdadeira.

Tabela 5 - Categorias e subcategorias

Categorias	Subcategorias
A escola e a construção de um “ideário trabalhista”	<ul style="list-style-type: none"> - A passagem da escola para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência - Contribuições da escola para transição para mundo trabalho
Inclusão no mundo do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Mundo do trabalho: mercado formal e informal - Primeiro emprego e a vaga ocupada hoje - Experiências no mundo do trabalho: barreiras, acessibilidade e preconceito
A inclusão em educação e valorização dos estudos no mundo trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - A valorização dos estudos da pessoa com deficiência

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora

O quadro apresenta as categorias e subcategorias definidas com base nas narrativas transcritas dos entrevistados. Na categoria, a escola e a construção de um “ideário trabalhista”, entende-se como ideário a reunião das ideias mais importantes que fundamentaram o movimento de saída da escola e chegada ao mundo do trabalho, ou seja, que contribuíram para construção da relação escolarização e inserção no mercado de trabalho, seja formal ou informal.

A segunda categoria acenderá o diálogo sobre a inclusão no mundo do trabalho em três subcategorias: Experiências no mundo do trabalho: barreiras, acessibilidade e preconceito, primeiro emprego e a vaga ocupada hoje e mundo do trabalho: mercado formal e informal. Nessa categoria e suas respectivas subcategorias, aborda-se a relação de cada entrevistado, no desempenho de suas funções, atividades desenvolvidas e os sentidos atribuídos ao trabalho.

E a terceira e última categoria refere-se à inclusão em educação e valorização dos estudos no mundo trabalho, no qual dialogaremos sobre valorização dos estudos da pessoa com deficiência.

As categorias e subcategorias representam os caminhos percorridos por meio das narrativas dos entrevistados, nas quais buscamos as construções das “pontes” que estão alicerçadas na escolarização e permitem o deslocamento da escola para o mundo do trabalho.

5.1 A escola e a construção de um “ideário trabalhista”

5.1.1 A passagem da escola para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência

Frente à dilatação das matrículas de pessoas com deficiência na Educação Básica, na última década, vislumbramos também o aumento da presença em cursos de nível superior de estudantes que ultrapassaram os obstáculos interpostos à sua participação no ambiente escolar, sobretudo nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, e chegaram ao mercado de trabalho.

Temos presenciado o movimento de estudantes com deficiência que ultrapassaram etapas da Educação Básica fundamentalmente marcadas por uma organização curricular fraturada em disciplinas, ministradas por professores cuja formação inicial ressalta o aprofundamento em conteúdos específicos, em detrimento de uma formação que os instrumentalizasse na construção de processos educativos para a diversidade.

Nesse sentido, Adorno, propõe a necessidade de pensar a educação de forma crítica e racional, afirmando que:

[...] a organização social em que vivemos continua sendo heterônoma, isto é, nenhuma pessoa pode existir na sociedade atual realmente conforme suas próprias determinações; enquanto isto ocorre, a sociedade forma as pessoas mediante inúmeros canais e instâncias mediadoras, de um modo tal que tudo absorvem e aceitam nos termos desta configuração heterônoma que se desviou de si mesma em sua consciência. É claro que isto chega até às instituições, até à discussão acerca da educação política e outras questões semelhantes. O problema propriamente dito da emancipação hoje é se e como a gente — e quem é "a gente", eis uma grande questão a mais — pode enfrentá-lo. (1995, pp. 181-182).

Assim, essa categoria objetivou identificar potenciais relações entre políticas educacionais e trabalhistas no âmbito da inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiências e caracterizar itinerários formativos destas pessoas da escola ao mercado.

Entendemos que compreendendo a trajetória percorrida ao longo do processo de escolarização desse público, e tornando evidentes fatores que impactaram positiva ou negativamente este caminho, teremos indicativos para a construção de espaços e a utilização de

tempos escolares menos excludentes, que possam contribuir para um ideário trabalhista e, conseqüentemente, para emancipação da pessoa com deficiência. Enfatizo assim, “que a ideia de emancipação (...). Esta precisa ser inserida no pensamento e também na prática educacional.” (ADORNO, 1995, p. 143)

Nesse contexto, questionamos aos sujeitos de nosso estudo: como se estabelece, do ponto de vista legal/político, a passagem da escola para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência? A escola regular alicerçou a construção de um “ideário trabalhista” para a pessoa com deficiência? Como têm sido essas experiências?

Dentro desses questionamentos, nossas aproximações iniciais incidiram sobre as experiências escolares e trabalhistas dos sujeitos do estudo. Nesse sentido, pedimos que os mesmos entrevistados narrassem sobre suas experiências formativas, colocação no mercado de trabalho e ocupação de uma vaga destinada à pessoa com deficiência.

As narrativas trouxeram diferentes perspectivas, dessa forma buscamos conhecer a trajetória dos participantes da escola até o mundo trabalho, o que poderia nos revelar a quão democrática tem sido a inclusão em educação.

Eu fiquei cego quando era pequeno e estudei em uma escola especial o IBC, aprendi muita coisa lá, o colégio era para cego e para pessoas com baixa visão. Do 1º ao 5º ano eu estudava em turmas só de cego, de pessoas que liam e escreviam em braille, meus professores nesse período foram todos cegos (...). Quando eu cheguei ao hoje o 6º ano, minha turma tinha 5 cegos e 5 pessoas com baixa visão, pessoas com baixa que conseguiam ler no sistema que a gente chama de sistema tinta¹³(...), a turma era mista, isso era legal, porque a gente convivia com pessoas que enxergavam, então isso foi preparando a gente para o mundo. Alguns professores eram cegos e outros enxergavam, então entrei em um novo mundo, da CA até a 4ª série era um mundo só de cego, depois não, isso foi muito bom, porque gradativamente eu ia entrando na convivência com a sociedade (...) no final da 8ª série acabou, eu conhecia a escola toda, jogava futebol, mas acabou. Então eu fiz prova e passei para o Colégio Pedro II (...), foi uma prova que não tinha cota, eu estudei para caramba nas férias com meu pai e fomos eu e um amigo cego também, para uma turma de 40 alunos, só a gente era cego. O Colégio Pedro II, o colégio ele tinha alguma coisa de acessibilidade, mas era muito insipiente, tanto que a gente não tinha provas em braille, muitas vezes os alunos iam fazer prova e a gente ficava do lado de fora porque não tinha prova, a gente ia fazer prova 2, 3 meses depois quando a prova em braille ficava pronta (...) isso acabou sendo resolvido, o colégio participou de uma competição, em um programa de televisão e o colégio pediu uma impressora em braille (...). a partir desse momento nosso mundo mudou, porque a gente conseguia fazer a prova junto com a turma, não tivemos nenhum livro em braille (...), na primeira semana de aula, os alunos falavam para o professor que tinha um aluno cego, que era a preciso ditar, depois os próprios colegas começavam a ditar, a gente estudava junto, foi uma integração maravilhosa uma aula de vida. O que eu quero dizer é que eu passei de uma escola que tinha tudo, para um colégio que tinha mais ou menos alguma coisa,

¹³ Escrita para quem não é cego.

até que chegou à faculdade, nem o vestibular foi em braile, e na faculdade eu era o único aluno cego do meu campos, eu estudei na UFRJ, e aí não tinha nada em braile, ninguém nem sabia que eu era cego, muitos textos eram em xerox, muitos não davam para digitalizar, eu lembro na primeira semana de aula, minha vó foi ler Nietzsche para mim, naquele dia eu pensei como vou fazer a faculdade, passei e não vou conseguir acompanhar(...) tive que me adaptar, comecei a estudar com os amigos, nos primeiros 2 períodos alguns amigos gravavam fitas para mim alguns textos, para que eu conseguisse ter acesso, foi muito legal (...) então sempre tanto no colégio Pedro II quanto na UFRJ eu contei muito com a solidariedade e com o apoio e carinho dos colegas. Hoje sou jornalista de profissão e comunicador de coração, porque sou jornalista formado, já trabalhei como jornalista, mas de alguns anos para cá eu exerço a função de comunicador, porque comunicação rompe barreira, aproxima pessoas, gera empatia e quebra preconceitos. (Marcelo)

(...) No Ensino Médio, eu fiz o curso de formação de professores, eu queria ser professora, porque a pessoa que vem de família humilde precisa entrar o quanto antes no mercado de trabalho eu sempre tive essa ideia e eu fiz concomitante ao Ensino Médio 2 cursos profissionalizantes, um curso de operador de câmera escura e um curso no instituto Benjamim Constant, de massoterapia, com esse curso de massoterapia concluído eu consegui uma clientela (...), Nesse mesmo período, terminei meu Ensino Médio numa escola regular do Estado, com muita precariedade, com muita dificuldades de adaptação, porque naquela época não tinha essa facilidade de computador, então eu tinha que escrever em braile, não dava para levar a máquina Perkins, porque era muito pesada e, eu morava longe da escola (...). Após o término do Ensino Médio, fiquei uns 6 anos mais ou menos sem que fazer faculdade estudando só pra concurso e trabalhando depois eu despertei o interesse em fazer uma faculdade, fiz pedagogia na Uerj, depois uma pós-graduação em psicopedagogia na PUC, voltada para a inclusão (...). O meu primeiro trabalho foi com massoterapia em uma academia e atendendo clientes particulares, de maneira informal. O meu primeiro trabalho de carteira assinada foi como operadora de câmera escura contratada por uma empresa terceirizada de serviço de hospitais do município do Rio de Janeiro, eu tinha 21 anos e fiquei na função por 11 meses, depois eles me dispensaram porque eles só queriam pessoas pra cobrir férias nos hospitais. Depois eu fui trabalhar como operadora de rádio (...), quando eu estava quase indo embora desse trabalho eu comecei a fazer a faculdade, aí eu aproveitei que estava fazendo a faculdade comecei a fazer um curso pra aprender a mexer melhor a internet e aproveitei que estava desempregada pra puxar mais disciplinas na faculdade nesse caminho eu consegui um estágio remunerado (...) nesse mesmo tempo, eu consegui um emprego com uma operadora de câmera escura em um hospital como terceirizada, aí eu fiquei nesse emprego e, no estágio, e depois pintou uma oportunidade melhor de emprego e aí eu fiquei só com o emprego de Câmera escura e com esse novo emprego e a faculdade. Depois de um tempo, eu saí do emprego de Câmera escura e fiquei só na seguradora e com a faculdade quando eu terminei a faculdade eu fiz uma pós-graduação na PUC de psicopedagogia. E aí apareceu uma oportunidade de trabalhar como professora de informática pra deficientes visuais adultos foi uma vaga de professor substituto. Aí nessa época eu fiz o concurso de queimados e de São João de Meriti fui chamada pela Prefeitura de São João de Meriti, mas só fiquei lá 4 dias, não gostei do ambiente (...) e fiquei trabalhando só na seguradora e estava feliz, lá eu aprendi muito, a me virar com essa parte de informática a empresa me trouxe muito aprendizado, embora eu não tenha tido oportunidade de ascensão de cargos, de salário, (...) infelizmente lá e em qualquer outra empresa privada pelo que tenho visto, é que é como se o deficiente fosse alguém totalmente à parte de crescimento profissional e eu vejo que isso perdura até os dias até os dias atuais nas empresas privadas. Aí eu fui chamada para o concurso da prefeitura de queimados passei a trabalhar lá e na seguradora. Acabou que eu fiquei doente, e também fiquei desmotivada na seguradora pelo fato de não ter nenhuma progressão (...) e acabei sendo mandada embora (...), mas, felizmente fui convidada pra trabalhar numa ONG dando aula para deficientes visuais de informática, saí da ONG, porque fui chamada para outro concurso que havia feito na prefeitura de Mesquita, onde ocupei o cargo de coordenadora pedagógica, lá foi bem difícil, não gostava de trabalhar lá e tinha

várias razões para não gostar. Quando eu entrei lá eu entrei pra tirar um cargo político de alguém (...) então eu sofri muita perseguição (...). Graças a Deus, neste período, eu entrei para o Instituto Benjamin Constant, eu já tinha trabalhado lá como professora substituta e voltei como efetiva. Hoje em dia eu trabalho lá com terceiro quarto e quinto ano do Ensino Fundamental lá eu também já trabalhei como tutor a distância de um curso de alfabetização através do sistema braile”. (Maria)

Estudei no instituto Benjamin Constant, que é uma escola referência no mundo (...), na habilitação de pessoas com deficiência visual, (...), lá fui habilitado no braile e em informática. Eu aprendi programação que é uma linguagem que ninguém usa mais, ou utiliza pouco, mas na minha época não havia o Dosvox, então eu alfabetizei e fui até a oitava série que hoje é o nono ano, utilizando braile, para escrever utilizava o Reglete e quando eu precisava de uma calculadora eu utilizava o Soroban. Aprendi mobilidade lá também, o básico sobre locomoção, para gente poder andar na rua, depois eu fiz o supletivo, no supletivo eu já utilizei muitas leituras gravadas eu não utilizei tanto braile, depois na faculdade a informática já estava bem desenvolvida nessa época da faculdade eu não utilizei nem o braile nem leituras gravadas só informática, eu ia no site respondia os fóruns resumia os textos fazia as provas todas no computador e por causa do computador e de algum conhecimento em informática que eu fui atrás de trabalho e conseguir atuar como monitor de qualidade em uma empresa (...), também dei aula de música, porque eu toco violão clássico, música eu não precisava escrever muito, porque eu não dava aula de partitura só de noções práticas, eu iniciava as pessoas no instrumento e com relação ao meu trabalho no meu dia-a-dia o que eu utilizo é o computador e o telefone. (Maurício)

Sobre a narrativa inicial dos participantes cegos, cabe enfatizar que foram os únicos a passar pela escola especial e pela escola regular. O que demonstra que suas especificidades de aprendizagem foram atendidas de forma fragmentada tanto na escola regular, quanto na escola especial.

A falta de acessibilidade, sobretudo no que se refere a material didático, foi mencionada de forma efetiva por todos. Sobre isso, alicerçados sobre suas falas, intuímos que nos tempos atuais a tecnologia assistiva poderia auxiliar se utilizada para fomentar a aprendizagem.

Conforme o livro intitulado “Tecnologias Assistivas” (TA) do Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), instituído pela Portaria nº 142 de 16 de novembro de 2006 e estabelecido pelo Decreto nº 5296/2004 no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social

Cabe ressaltar que a ideia do conceito de tecnologias assistivas já estava presente nas Leis Brasileiras, como no Decreto nº 3.298/1999, no capítulo de reabilitação, porém recebia o nome de “Ajudas Técnicas”: Consideram-se ajudas técnicas, para os efeitos desse Decreto, os

elementos que permitem compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência, com o objetivo de permitir-lhe superar as barreiras da comunicação e da mobilidade e de possibilitar sua plena inclusão social.

Os participantes de nossa pesquisa mencionam diferentes tecnologias assistivas como: máquina Perkins¹⁴, Reglete¹⁵, Soroban, DosVox¹⁶, gravador, digitalizador conversor de textos para áudio, computador, celulares e impressora Braille.

Durante os diálogos, ficou claro que a tecnologia é utilizada como recursos que promovem a independência, a autonomia e podem ser considerados facilitadores nos dias de hoje, sobretudo no período pelo qual estamos passando com o advento da pandemia, que assolou o mundo em 2020. No entanto, para uma pessoa com deficiência visual é necessário que sites, plataformas, livros e a informação de maneira geral estejam acessíveis, para que seja possível a construção do conhecimento. Maria, Marcelo e Marcio trazem esse problema em seus relatos e revelam-nos uma perda de autonomia nos ambientes educacionais e trabalhistas, como fica esclarecido quando Maria afirma que:

Uma vez, na seguradora onde trabalhei, meu computador parou, e os outros não tinham o programa de leitura de tela, fiquei um tempão sem fazer quase nada, aí veio o medo ser mandada embora” ou quando a mesma entrevistada enfatiza que “na escola eu tinha alguns professores com boa vontade e colegas, que adaptavam materiais pra mim, colegas que copiavam com carbono no caderno pra eu poder levar pra casa e alguém ler pra mim.

Mesmo com o acesso às tecnologias mais facilitado, a atenção para quem precisa de uma acessibilidade maior não mudou significativamente. Contudo, em todas as falas, percebemos a existência de uma acessibilidade atitudinal, por parte dos professores e principalmente pelos colegas de turma, o que nos leva na direção da importância da escola regular frente ao desenvolvimento das habilidades sociais que os sujeitos participantes da pesquisa puderam desenvolver dentro desse espaço. A narrativa do Marcelo, especificamente, deixou clara a importância da convivência com outros pares. Segundo Glat (2009), depois da família, os colegas da escola e do trabalho exercem um papel importante na vida das pessoas com deficiência

¹⁴ Máquina usada para datilografia em Braille

¹⁵ Sempre acompanhada da punção, a Reglete é um dos primeiros instrumentos criados para a escrita Braille.

¹⁶ Programa de síntese de voz criado pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Seguindo as narrativas podemos compreender com mais amplitude os caminhos percorridos da escola ao mundo do trabalho.

Na educação infantil e no primeiro segmento, eu não tive grandes problemas de me inserir na escola, era um Município pequeno, uma escola pequena, numa comunidade pequena e todos muito acolhedores. A minha deficiência física, teve início quando sofri um acidente de ônibus, onde eu tive a amputação do meu braço esquerdo, eu tinha dois anos, uma criança sem braço chamava atenção. Mas, eu vejo que hoje, as pessoas me olham com mais preconceito do que naquela época, quando deveria ser o contrário, mas naquela época apesar disso, ou porque comunidade era pequena, todos conheciam todos, eu fui bem aceita, nunca tive nenhum problema de relacionamento com os professores, com os colegas da escola, foi uma passagem muito tranquila. (...). Fiz o segundo segmento e o Ensino Médio em escola particular em Três Rios, a escola de maior referência do Município, também fui bem acolhida por todos sem problema nenhum, essa questão da aceitação do visual que dá um certo impacto.”(...) Antes de eu fazer pedagogia eu fiz processamento de dados (...) em Juiz de Fora, porque eu tinha tido problemas para entrar na escola de datilografia, nessa época ainda existia muitas escolas de datilografia que nem pegavam o meu pedido, porque diziam que eu não tinha como aprender, até que eu achei um professor que perguntou se eu queria começar no dia seguinte, ele quem me animou para fazer o curso de processamento de dados, chegando em Juiz de Fora, lá também não queriam me aceitar, aí eu botei banca, falei que estuda sim (...) fiz o curso conclui com sucesso sem problema nenhum, mas, sempre enfrentando uma barreira de uma sociedade que não aprendeu a lidar com a pessoa com deficiência. Depois fiz faculdade de pedagogia, prestei concurso e estou hoje como supervisora educacional. Mas, o caminho não foi fácil (...). Penso que, quando uma escola recebe um aluno com uma determinada deficiência ela acima de tudo tem que olhar o ser, o indivíduo e quais são as necessidades dele independente se ele traz consigo, porque cada ser é um ser. E o professor tem que desenvolver essa percepção e olhar o indivíduo e não a deficiência dele. É uma sociedade é muito hipócrita diz que não tem preconceito, mas não é verdade. (Eliane)

Eu terminei meu Ensino Médio numa escola pública na verdade a minha vida foi um mix de tudo tive alguns problemas com escola na época quando era pequeno, eu sofri preconceito de uma professora, ela sempre me deixava fora das interações ações, sofri preconceito por parte alguns colegas. E por consequência eu tive que sair da escola isso me deixou muito abalado, o meu psicológico foi lá pra baixo e eu sempre fui uma pessoa muito comunicativa. Mas, o mais importante de tudo foi que eu sempre tive apoio dos meus pais e da minha família em geral depois fui para o Ensino Médio, onde tudo correu de maneira melhor e hoje estou na faculdade, no último período e almejo me tornar locutor esportivo. (Lucas)

Não tive problemas na escola e sempre me dediquei bastante nos estudos, principalmente quando percebi que seria através dele que conseguiria alcançar meu objetivo que era me formar e entrar no mercado de trabalho. (Marta)

Tive uma experiência escolar normal, até pela educação que tive em casa sempre me deixando alerta as dificuldades que eu poderia ter. Hoje no trabalho é a primeira vez que estou no papel de deficiente, talvez por minha deficiência ser física e não haver diferença entre o que eu faço e o que outra pessoa sem deficiência que ocupa uma vaga para mesma função faz. (André)

Tanto na escola pública quanto na privada sempre fui bem acolhida e fiz grandes amizades que carrego até os dias atuais. Lembro que na época do ginásio tive um problema com uma colega de turma que fazia bullying comigo, fora isso minha trajetória foi bem tranquila, às vezes, tinha problemas para me deslocar dentro da escola, para fazer atividades em algumas aulas, mas sempre percebia um movimento

para que eu não ficasse de fora. Meus pais eram bem atentos a tudo que acontecia na escola também, sempre me falavam para ocupar todos os lugares, pois tinha os mesmos direitos que todos os outros. Hoje ocupo uma vaga de técnica de enfermagem em um hospital que atende crianças e adoro. (Monique)

As narrativas dos participantes com deficiência física nos revelam outra perspectiva, que mesmo não tendo demandas específicas de aprendizagem foram os que demonstraram ter presenciado o preconceito de forma mais efetiva. A falta de acessibilidade arquitetônica e estrutural no ambiente escolar deixou alguns fora do convívio com os demais em vários momentos. A compreensão da sociedade sobre o corpo “fora do padrão” também dificultou caminhadas formativas e trabalhistas.

As experiências iniciais de escolarização de Lucas, feliz ou infelizmente, foi a única que nos revelou a falta de compromisso de um profissional da educação. O que nos remete a importância da formação continuada do professor para que se minimizem elementos que possam dificultar a permanência e sucesso escolar de todas as pessoas.

Ao refletir sobre a formação de professores Adorno (2005, p. 63), aponta que:

A colcha de retalhos formada de declamação ideológica e de fatos que foram apropriados, isto é, na maior parte das vezes decorados, revela que foi rompido o nexo entre objeto e reflexão. A constatação disso nos exames [provas aplicadas nos futuros professores] é recorrente, levando imediatamente a concluir pela ausência da formação cultural (Bildung) necessária a quem pretende ser um formador.

Pensando ainda sobre as razões dessa ausência de formação, Adorno (2005, p. 71) afirma que

[...] as condições sociais como a origem, em relação à qual todos são impotentes, são culpadas pela insuficiência do conceito enfático de formação: a maioria não teve acesso aquelas experiências prévias a toda educação explícita de que a formação cultural se nutre

A reflexão crítica sobre condições que determinam as ações dos sujeitos no mundo, permite ao professor formado ou em formação ultrapassar a alienação que o afasta do esclarecimento. Relações positivas construídas no ambiente escolar beneficiam experiências para o conhecimento de si mesmo e da sociedade, conectando o refletir ao sentir e a intelectualidade à sensibilidade.

Ainda sobre essa perspectiva, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) publicada em 2015, em seu artigo 28, incumbe ao poder público assegurar a:

X - Adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o Atendimento Educacional Especializado;

XI - formação e disponibilização de professores para o Atendimento Educacional Especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

[...]

XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;

A formação crítica de professores é capaz de promover o processo de resistência à dominação, é condição atual para a escolarização de crianças e jovens a fim de que desenvolvam a autonomia e a emancipação. Nesse sentido, a formação docente deve permitir experiências formativas por meio da análise crítica da realidade.

A narrativa dos participantes surdos trazem-nos novamente de forma mais efetiva a necessidade de se pensar sobre como a escola regular efetiva o desenvolvimento das relações sociais e interpessoais, relações estas que estão diretamente ligadas ao mundo do trabalho.

Minha experiência na escola regular foi boa, construí amizades para a vida. Perdi minha audição muito pequena, mas já falava e aprendi a fazer a leitura labial rapidamente, o que me ajudou bastante na escola. Mas, penso que a escola poderia ter me ajudado mais. Essa tarefa foi durante muito tempo de uma única e inesquecível professora, quando mudei de escola para completar meu Ensino Fundamental as coisas mudaram bastante, a escola não estava preparada para uma aluna surda, não tinha nenhum professor capacitado para trabalhar com a língua de sinais, nem intérprete. Os professores das turmas não sabiam Libras e trabalhavam só com a oralidade, mesmo fazendo a leitura labial, as vezes era muito difícil. Me formei professora no Ensino Médio e hoje dou aula e atuo como interprete de libras independente. (Carla)

Sou formada em técnica em administração, sempre estudei em escola pública e regular, essa sempre foi a opção dos meus pais, pois entendiam que uma escola só para surdos iria me preparar somente para o mundo do surdo. Minha primeira experiência com o mercado de trabalho foi como estagiária em um projeto para pessoas com deficiência do governo do estado chamado “jovens pela paz” estagiei na área administrativa. Meu primeiro emprego de carteira assinada foi na (empresa), no setor do caixa, onde recebia pagamento das faturas. Tive várias experiências na minha carreira profissional: trabalhei na coordenadoria da pessoa com deficiência no Palácio Guanabara, onde aprendi muito sobre a pessoa com deficiência; trabalhei também em um escritório de advocacia no departamento pessoal departamento pessoal (ANDEF) e hoje sou assistente administrativa em um banco de abrangência nacional. (Luana)

A minha experiência na escola até o Ensino Médio foi maravilhosa, todos eram muito aplicados em me ajudar com todas as minhas necessidades, a coordenação, os professores e os amigos foram bem solícitos. A dificuldade começou na faculdade, pois ali eu praticamente era autodidata, a minha sorte foi ter amigos solidários que me passavam toda a matéria escrita. Isso foi na faculdade presencial (Química Industrial – UFF) que acabei abandonando no último ano por ter muita dificuldade com a língua inglesa para fazer o TCC. Agora com o CEDERJ estou tendo maior apoio na questão de acessibilidade, o que está me dando maior força de querer me formar apesar das dificuldades. (Valéria)

Fui uma pessoa normal, mesmo tendo uma fala diferenciada ocasionada pela perda da audição, sempre levei uma vida normal, ia dançando conforme o ambiente e as pessoas, tanto na escola quanto no trabalho. (Fátima)

Em relação à temática da pesquisa, considerando que a comunicação é essencial a todos os processos humanos, pode-se perceber que a falta de apoio especializado às características linguísticas da pessoa com deficiência auditiva é um complicador para a formação e, conseqüentemente, para interação no mundo do trabalho. Logo, é relevante que nas instituições educacionais de todos os níveis e no ambiente de trabalho exista o Intérprete de Libras para que pessoas com deficiência auditiva e/ou surdez possam compreender todo o processo educacional, construir conhecimento para sua evolução para o mundo do trabalho e para a vida, além de ser um direito previsto em Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002).

Da trajetória da escola até o mundo do trabalho dos participantes com deficiência intelectual, percebemos que estes buscaram a formação como forma de conquista de espaço. Não houve observações sobre acessibilidade em nenhuma de suas instâncias. Mas, demonstraram que foram felizes na escola regular.

Eu entrei na escola aos 5 anos e sempre estudei na escola regular. Tive muitas professoras particulares em casa desde os 5 anos até o último ano da faculdade. Fui aprovada na faculdade pelo ENEM, a prova foi a mesma para todo mundo. Sempre tive que me dedicar muito aos estudos, para acompanhar a turma, estudava dobrado, mas, sempre consciente e feliz. Sempre quis conquistar meu espaço. No trabalho, faço meu melhor, no meu tempo, mas sempre atendendo a empresa com muita responsabilidade. (Lara)

Eu fiz o EJA em uma escola do município, estudei a noite só com uma professora, eu adorava a escola, igual gosto dos projetos onde pratico esporte. Minha mãe me levava e me buscava na escola, assim eu acabei o Ensino Médio. Eu trabalho com a minha mãe, ajudo nas festas. (Gabriel)

A caminhada da participante com deficiência múltipla nos remete a todas as perspectivas. Quando falamos na inclusão em educação de pessoas com deficiência auditiva e física, torna-se necessário ressaltarmos a importância da presença de elementos como acessibilidade atitudinal, estrutural e arquitetônica, que irão cercear esse processo. Para isso, a escola e o mundo do trabalho necessitam estar abertos e precisam desconstruir velhos paradigmas, que historicamente instituem que pessoas com deficiência não são capazes de estar onde elas querem.

Na escola, não tive grandes problemas, porque aprendia igual as outras crianças e jovens, comecei a perder minha audição já havia concluído meus estudos, na escola, o problema era mesmo o deslocamento, como tive paralisia infantil, já entrei na escola com problemas de deslocamento, então lembro de ter de ficar de fora de muitas

atividades. Agora acho que não uso nada da escola para o que trabalho hoje, também não usava quando trabalhava por conta própria. Na verdade, eu escrevo bastante no trabalho, então a escola me deu base para preencher todas aquelas fichas. (Tatiana)

Minha passagem pela escola foi de altos e baixos, não tinha problemas com o aprendizado, mas a dificuldade de locomoção e na fala as vezes causava o distanciamento de algumas pessoas, (...) tive e tenho bons amigos que trago desse período, acredito que todas as dificuldades que passei não foram maiores que os aprendizados, pois percebi que a escola é um local onde buscamos acertar sempre, mas o erro é permitido, o que fortalece a todos, esse pensamento que trago do ambiente escolar e o apoio da minha família, me permitiu entender que eu era muito mais e que poderia tentar ser o que eu quisesse. Acho que a escola poderia ter feito mais, mas, também acho que foi feito o possível e isso foi condicionante para que eu buscasse continuar minha formação e conseguisse espaços no mercado de trabalho. (Aline)

A primeira questão da nossa entrevista mostra um ponto em comum em todas as respostas, o papel da família. A família é o primeiro contato social da criança com o mundo e é a partir dela que o sujeito será inserido na vida e na sociedade. Nesse sentido, aqueles que cuidam de uma criança com deficiência precisam estar no lugar dos primeiros responsáveis a proporcionar condições para que seu filho seja compreendido pela sociedade. Dessa forma, é na família que deve começar o esclarecimento do estigma da pessoa com deficiência, pois a criança depende da mediação dos pais. Isso fica bem claro quando a Monique afirma que, *“Meus pais eram bem atentos a tudo que acontecia na escola também, sempre me falavam para ocupar todos os lugares, pois tinha os mesmos direitos que todos os outros”*. Por isso, desde a Educação Infantil, é necessário que exista uma troca positiva entre família e escola, de modo que a cooperação entre ambas possibilite condições que favoreçam o desenvolvimento da criança.

De modo geral, os sujeitos dessa pesquisa trouxeram lembranças significativas do início da escolarização. Entre os relatos, nota-se que a escola propiciou interações favoráveis que se alicerçaram principalmente nas amizades, no esforço dos profissionais e das instituições em oferecer condições adequadas para o convívio dos estudantes.

Os participantes ainda nos revelam que a escola é um espaço de deslocamento para o mundo do trabalho, pois é nela que realizamos a aprendizagem dos saberes/fazeres sociais e comunicacionais, para além dos conteúdos instituídos. A escola é o lugar no qual se pode errar e crescer com esses erros e, conseqüentemente, estabelece-se relações entre trabalho, ciência e cultura, a partir das quais se constrói um princípio educativo que estimule a consciência verdadeira sobre o papel da instituição e o que essa instituição vem contribuindo para pessoas

com ou sem deficiência acompanhem os movimentos de um mundo do trabalho que dita os princípios educativos.

É na escola que Adorno credita a formação de uma nova consciência de sociedade e de humanização perdida anteriormente. Essas esperanças de análise e prática “[...] fortalecerão as chances de um contra-ataque genuinamente educativo” (ADORNO, 2010, p. 2).

5.1.2 Contribuições da escola para a transição do mundo trabalho

Na segunda etapa da categoria em análise, na qual buscamos relacionar o processo de formação/escolarização com o “lugar” ocupado no mercado de trabalho (formal e informal), os relatos observados foram bastante gratificantes, pois todos os participantes de uma forma ou de outra nos mostraram a importância da escola em suas trajetórias.

Eu sou ex-aluna do Instituto Benjamin Constant. Então, eu tenho como referência professores e ex-professores meus, eu tenho referências boas e ruins, eu reflito sobre o que fulano me ensinou de bom para passar aos meus alunos e também sobre o que ciclano fez de ruim e, que não quero fazer com os meus alunos, porque foi ruim pra minha formação, pra minha pessoa. Então eu posso dizer que a escola contribuiu sim, e hoje eu conquistei aquele sonho de trabalhar ali, na mesma escola que eu estudei, de retribuir a escola o que ela me passou a formação que ela me proporcionou, dar o melhor para o meu aluno, a escola contribuiu sim. E a universidade, eu me graduei em uma instituição pública, minha formação foi permeada por muitas greves, tanto do Ensino Médio, quanto da graduação, mas, tanto a minha formação do mestrado quanto a do doutorado, que ainda está em curso, me trazem reflexões para minhas práticas docentes. Eu acho que quando você faz um mestrado e o doutorado ele legitima aquele saber, aquilo que você acredita e o que você não acredita, você passa a poder contestar ou contextualizar dentro do campo teórico, o que eu acho muito bom. Por exemplo, lá no instituto hoje em dia você tem a ascensão se você tiver mestrado, doutorado e você passa ocupar outros lugares, não ocupa apenas o lugar de professor, mais ocupa também um lugar de pesquisador, de acadêmico mesmo você não dando aula no mestrado de lá. Então todos os cursos que eu tenho feito de especialização, mestrado, doutorado tem agregado na minha formação e na informação que eu passo para os meus alunos. (Maria)

Olha meu processo escolar com a minha profissão, com que eu faço hoje em dia eu acho que não tem muito a ver, eu costumo dizer que sou jornalista de formação, mas eu trabalho mesmo com comunicação, o jornalismo é parte da comunicação, mas o jornalismo é muito mais amplo e eu não trabalho com jornalismo. O que eu poderia relacionar com a escola é que eu sempre gostei de escrever sempre gostei redação (...). Mas, eu não era a pessoa que sou hoje inclusive eu era muito tímido e hoje eu trabalho fazendo palestra, eu dou cursos, falo em público e era uma coisa que eu sempre achei que não ia fazer na vida então eu acho que não tem uma ligação direta não, claro a escola me influenciou muita coisa que eu sou, me deu base, foi na escola especial que eu conheci o esporte, que me ajudou demais a me tornar um pouco do que sou, conheci amigos. A escola foi base para muita coisa com certeza. (Marcelo)

Prepara sim, quando a escola trabalha a expressão tanto escrita como oral, quando a escola trabalha mobilidade. Os assuntos curriculares ajudam a gente, sem dúvida nenhuma, noções de matemática, conhecimento gerais, informática, tudo ajuda gente né. Acho que poderia ajudar mais, embora o IBC seja uma referência, sempre tem situações que você poderia acrescentar, por exemplo essa coisa de você se comportar num restaurante, em uma entrevista, de você trabalhar a expressão facial, - cego e expressão facial são 2 coisas difíceis de administrar. Imagina sua chefe te dando uma ordem absurda, você com uma raiva dela, mas que você precisa fazer, porque você tá ali para trabalhar, se você não souber trabalhar a sua expressão facial não vai demorar muito você vai para rua, as pessoas vão perceber os sentimentos muito aflorados em você, então tem muita coisa que eu acho que podia melhorar, simular talvez alguns ambientes de trabalho na escola para gente ver como seria e os professores acompanhado tentando ajustar alguma coisa, maneira de falar, maneira de conversar, redigir um e-mail, mas no geral a escola já contribui, mas com certeza poderia contribuir mais. (Maurício)

Refletindo sobre as narrativas de Maria, Marcelo e Maurício, entendemos que o respeito à diversidade humana minimiza barreiras. Quando pensamos em acessibilidade, somos deslocados intuitivamente para processos físicos de adequação de espaços; mas, é preciso construir acessos sobre de maneira universal, articulados com outros elementos, como o acesso à informação e ao currículo.

Quando os sujeitos da pesquisa enfatizam que escola prepara, mas não traz elementos que esses consideram essenciais para sua caminhada, percebemos a importância da construção de um currículo e da efetivação de um plano de ensino individualizado, visto a importância do desenvolvimento de habilidades sociais na escola.

Maria, Marcio e Marcelo deixaram clara a necessidade de se incluir no currículo algumas temáticas como: maneiras de se comportar socialmente fazendo uso de situações próprias da inclusão ao mercado de trabalho, como se comportar em entrevistas e o uso de tecnologias.

Tais aspectos nos direcionam para compreensão de que a acessibilidade precisa ser entendida em todos os seus formatos, pois segundo Fernandes, Antunes e Glat (2007, p. 58):

Ao se falar em acessibilidade, há uma tendência a se enfatizar os aspectos físicos, como se o fato do aluno poder se locomover livremente na escola garantisse sua inclusão educacional. Certamente isso é muito importante, contudo, pode no máximo permitir sua inserção social, não sendo suficiente para o processo de aprendizagem e construção do conhecimento (FERNANDES, ANTUNES E GLAT, 2007, p.58)

Sendo assim, é imediato que diferentes elementos se somem ao livre acesso à escola, como o efetivo acesso ao currículo escolar, sobretudo, quando identificamos que essas necessidades se instituem tanto na escola regular como na escola especializada.

Considerar as diferenças inerentes a todos nós é contribuir para que todos participem do processo de inclusão em educação. Para tanto, é preciso pensar em possíveis adaptações curriculares.

Ao apresentar estratégias, a escola agirá diretamente na ação pedagógica, que poderá contribuir para os diferentes processos de aprendizagem que se instituem nesse espaço e, conseqüentemente, proporcionará meios para que todos possam, com confiança, buscar o mercado do trabalho. Entretanto, entendemos que não é suficiente apenas ter os instrumentos de adaptação pedagógica, é necessário investir na formação continuada de todos os profissionais da educação como fica claro na fala da Eliane:

Quando você me pergunta se a escola me preparou eu diria que sim, porque eu tenho a minha formação teórica, a escola regular me deu a formação que eu tenho hoje eu não posso negar isso, não sei como uma pessoa com uma deficiência mais grave vê isso, mas, no meu caso especificamente o meu intelecto não foi comprometido e essa parte física eu sempre trabalhei bem e eu fui criada no meio que me proporcionou isso, mas, o que eu vejo na escola como um todo não é a dificuldade de preparar a pessoa com deficiência, é a falta de formação pra isso. Hoje, no meu serviço de Supervisora escola, quando a gente tem reunião com o pessoal da Educação Especial, eu não tenho como exigir de um professor que tá dando o seu melhor, mesmo sem as ferramentas e sem formação. (Eliane)

Propostas para que a inclusão em educação se efetive devem ser disseminadas em todos os lugares pertencentes ao ambiente escolar, com vistas a promover uma aprendizagem significativa e autônoma a todos os sujeitos, para que isso aconteça e preciso formação.

Voltando às narrativas, Lucas e Ana, assim como Eliane, remetem-nos ao papel fundamental da escola no rompimento da exclusão social. Entendemos que é na escola que se obtêm mais oportunidades para a vida social e profissional, desconstrói-se a percepção histórica de que pessoas com deficiência são vulneráveis e incapazes de construir autonomia e independência, por meio da educação, qualificação e reconhecimento no mercado de trabalho.

De uma certa forma eu posso dizer que sim, porque a gente aprende muita coisa na escola a gente leva para nossa vida, eu sempre fui bom aluno de português, sempre escrevi bem, eu tenho como desafio agora a questão da leitura. Algum tempo atrás quando eu era bem pequeno a minha mãe trabalhava fora e eu ficava com meus avós e aí com isso os meus avós sempre tiveram o costume de ler jornal impresso só que eu só passava o olho não tinha aquela coisa de ler assiduamente só que meus avós sempre me incentivaram a ler. Quando eu fiz 12 anos eu descobri a locução esportiva e comecei a imitar os narradores mais perto nas partidas de futebol virtual de videogame até que isso foi aflorando e até hoje eu assisto mais o jogo pela questão da narração do que pelo próprio jogo em si. A escola percebeu essa minha vontade de fazer locução no meu último ano de Ensino Médio. Na época, nós criamos uma rádio na escola(...) onde eu passava as informações da escola. (Lucas).

Sim. A escola no meu caso foi o “meio” através do qual percebi que poderia mudar minha vida. Entendi que somente através da educação eu poderia mudar minha vida e ter uma formação profissional que proporcionaria a minha independência financeira. (Marta)

A relação existente entre trabalho e escola não diz respeito apenas à pessoa com deficiência, mas a todos. Percebe-se, dentro dessa perspectiva, que os participantes da pesquisa reconhecem a importância do processo de escolarização e sua relação com o mundo do trabalho, os mesmos participantes entendem que ao concluírem essa etapa das suas vidas poderão lançar-se a outros desafios, tanto profissionais quanto intelectuais.

As narrativas de Monique e André afirmam que a escola não os preparou para ocupar um lugar no mercado de trabalho, que esse papel foi da família.

Não fui preparada pela escola para ocupar uma vaga no mercado de trabalho e sim pelos meus pais, que sempre me ensinaram respeitar ao próximo para se ter respeito também. Mas, escolhi meu curso profissionalizante porque gostava muito dos conteúdos de biologia. (Monique)

Sempre fui tratado igual na escola. Não percebi durante o período que estava na escola uma movimentação que enfatizasse a importância do trabalho. (André)

Monique traz a importância da família no direcionamento para mundo do trabalho e enfatiza que não reconhece a escola como formadora desse mundo, mas quando indagada sobre como e por que resolveu seguir na área da saúde respondeu que “*Escolhi meu curso profissionalizante porque gostava muito dos conteúdos de biologia, tanto na escola pública quanto na privada foi a disciplina que mais gostava e me deixava curiosa para aprender mais*”. O que demonstra que mesmo de forma inconsciente, afirma que a escola contribuiu na escolha da sua formação para o mundo do trabalho.

André não reconhece, no período em que esteve na escola, movimentos que fomentassem a importância do trabalho. Quando indagado se não percebe que a escola pode ter auxiliado na conquista da vaga no mercado de trabalho que ocupa hoje, afirma que “*A única ajuda foi o diploma, pois sem o mesmo as vagas diminuem bastante, não só para mim, que entrei em uma vaga para pessoa com deficiência, mas para todas as pessoas*”.

Carla, Fátima e Luana reconhecem que a escola as encaminhou para o mercado de trabalho. Elas trazem, em suas falas, a importância da acessibilidade social para além dos conteúdos.

A escola me ajudou entender sobre o trabalho que atuo. Eu era criança, tinha facilidade de ler os lábios e meus colegas não tinham. Fui praticamente “mediadora” com meus colegas e por isso decidi me formar como professora. (Carla)

A escola me preparou para a vida, me mostrou que preciso me adaptar ao meio, isso foi um dos conteúdos que lembro ter aprendido na escola, acho que foi em Ciências. Não tive “tratamento especial”, cada experiência na escola ou no trabalho tive que “adaptar” e fazer aos poucos. Relaciono a minha formação com o lugar que ocupo, porque através do meu curso profissionalizante, consegui me colocar no mercado e pretendo assim que puder fazer a faculdade de enfermagem e seguir os passos da minha mãe. (Fátima)

Sim. Exerço minha função normal e sem dificuldades. Penso que todos os espaços são importantes na construção da nossa vida – família e escola principalmente. Agora, se na escola tivesse um profissional de libras eu teria aproveitado muito mais”. (Luana)

Não consigo relacionar o meu processo de formação com o lugar que ocupo no mercado de trabalho. Ainda não consegui ocupar um espaço para qual venho me capacitando, mesmo entendendo que, a colocação no mercado de trabalho não está fácil para ninguém. A escola me trouxe amigos e uma vida social, mas, refletindo sobre sua pergunta, penso que, nunca existiu por parte da escola a preocupação em incentivar carreiras, só comecei a pensar sobre mercado de trabalho no final do Ensino Médio, escolhi a primeira graduação por tinha mais afinidade com as matérias de exatas. (Valéria)

Mais uma vez fica clara a função social da escola, entretanto, é preciso ressignificar o caminho formativo do estudante com ou sem deficiência, de maneira a estimular o desenvolvimento de habilidades para uma vida independente, auxiliando no processo de transição da escola para o mundo do trabalho. Para o estudante surdo, a comunicação em libras é fundamental para a construção do conhecimento educacional.

Sobre isso, Crochík, (2015), afirma que:

Poder ter direito à educação é um avanço social; entretanto se esta ainda é de qualidade duvidosa, cabe criticá-la para que seja efetivamente voltada à vida e não apenas à adaptação relativamente às miseráveis condições existentes: se a escola exclui ao incluir, está respondendo a um fenômeno mais amplo; mas, se ela também inclui os que antes não poderiam nela estar presentes, amplia a possibilidade de identificação entre alunos diferenciados entre si, e, assim, também a identificação com o mais frágil que permite a educação escolar ir além da adaptação social; a escola também pode permitir ir além da vida imediata: por mais que se diga, aliás corretamente, que parte importante da educação escolar esteja voltada à adequação ao mundo do trabalho, ainda que isso seja anacrônico, parece não ser menos verdadeira a possibilidade do ‘muro escolar’ dificultar a adesão imediata, devido a esses mesmos ‘muros’. (Crochík, 2015, p. 617–618),

Outro ponto que emerge nas narrativas em destaque é que a construção do conhecimento precisa de diferentes alicerces e que algumas pessoas buscam caminhos trilhados por seus pares, pois se sentem mais seguras quanto à aceitação. Convém destacar que esse posicionamento não se restringe somente às pessoas com deficiência.

Lara, que é relações públicas, afirma que *“Sim, a escola e a faculdade me ajudaram a aprender coisas que faço hoje e muitas outras coisas aprendi no trabalho, mas a base que tive antes na escola me ajuda entender melhor”*.

Gabriel, que auxilia a mãe em diferentes atividades, afirma que *“Adorava a escola, lá eu tinha colegas, fazia atividades e ajudava sempre a professora”*. A mãe de Gabriel enfatizou, durante a entrevista, que a socialização na escola e nos projetos sociais dos quais participam foi/é fundamental para o desenvolvimento de diferentes habilidades dele. Que a escola fez com que ele se tornasse mais comunicativo e participante. Não ter incentivado Gabriel a buscar trabalho longe dela foi um dado importante fornecido pela mãe, pois ela afirma que a sociedade não está preparada para suas necessidades; porque tem medo de deixá-lo só.

Dentro dessa perspectiva, mesmo percebendo uma estimulação da mãe, para que Gabriel seja sempre ativo, foi possível observar que a mãe, apesar de conseguir ver o filho como independente para realizar as suas atividades diárias, não consegue conceber a sua autonomia em outras esferas. A superproteção da mãe também pode ser vista como um efeito do nosso sistema social, uma vez que a nossa sociedade ainda representa a deficiência como limitação.

Sobre o papel da escola frente ao desenvolvimento das atividades laborais de Gabriel, percebemos mais uma vez a importância da socialização no ambiente escolar. O que fortalece nossa ideia de que a escola edifica “pontes”, mesmo entendendo que nem todos conseguem passar por elas da mesma forma!

Tatiana, assim como André, enfatiza que é preciso ter um diploma para conseguir uma colocação melhor no mundo de trabalho, que é só nisso que a escola ajuda. Falas como essas nos remete às relações existentes entre desigualdades escolares e sociais e faz-nos questionar se a escola exerce o mesmo papel, da mesma forma e com a mesma expressão dentro do mecanismo da reprodução social para todos? Assim, cabe aqui questionar o papel exercido pela escola na transformação das desigualdades sociais em desigualdades escolares. Podemos também cotejar esse questionamento para o que acontece depois da escola, para o modo como as sociedades empregam e avaliam os títulos escolares.

No momento em que os processos educativos são dominados por dispositivos de preservação técnicos e de produção competitiva de um sujeito coisificado na escola, aumenta-se exponencialmente a violência coletiva e a barbárie, transformando a própria formação em semiformação socializada por meio de um jogo perpétuo de explorações desumanas, rebaixando o poder educativo à condição de simples

regulação dos relacionamentos humanos pelo mercado. Por sua vez, [...] a formação tem como condição a autonomia e a liberdade. No entanto, remete sempre a estruturas previamente colocadas a cada indivíduo em sentido heteronômico e em relação às quais deve submeter-se para formar-se. Daí que, no momento mesmo em que ocorre a formação, ela já deixa de existir. Em sua origem está já, teleologicamente, seu decair (ADORNO, 1996, p. 21).

A escola deve, para se aproximar das proposições de Adorno, construir mecanismos que proporcionem aos estudantes o exercício do uso da razão emancipada, do esclarecimento verdadeiro, da sociedade e de sua condição social; conforme esse autor, ela deve servir para a “[...] produção de uma consciência verdadeira” (ADORNO, 1995, p. 141). Uma educação que deve formar também no âmbito político, para a educação política.

Adorno, em suas reflexões, revela-nos que a semiformação deriva de processos que visam à manutenção e à conservação da sociedade capitalista, tais como exclusão, competição, hierarquização social, entre outros, utilizados como instrumentos de socialização. Nesse ambiente, é necessário pensar em uma escola que alicerce “pontes” nas quais todos possam passar, pois as reflexões que Tatiana e André nos trazem é que àquelas construídas pela escola, por vezes, ficam com as passagens suspensas para muitos, o que contribui para a manutenção de um cenário cuja formação promove uma consciência parcializada do real e coerente com a lógica da conservação da dominação.

A escola ajuda porque sem estudo você não consegue nada, no caso já perdi um emprego bom porque só tinha o primeiro grau, aí fiquei zangada e corri para fazer o segundo grau, para poder conseguir uma coisa melhor. Mas, o que eu precisei foi mesmo o diploma, porque a escola não está preocupada em preparar a gente não, eles querem que a gente fique com nota boa para acabar logo. (Tatiana)

A escola é uma instituição social e precisa se constituir democrática e permitir o desenvolvimento de uma consciência crítica, capaz de levar os indivíduos a desvendarem as condições da vida social e capacitarem-se para o exercício da resistência.

Esse é um dos desafios da escola, fazer do meio ambiente escolar um lugar que favoreça a transformação da educação semiformativa para educação voltada para emancipação, na qual não se busque apenas um diploma, mas se encontre também a autonomia. Para tanto, Adorno, 1995, p. 143, ressalta que

Penso, sobretudo, em dois problemas difíceis que é preciso levar em conta quando se trata de emancipação. Em primeiro lugar, a própria organização do mundo em que vivemos e a ideologia dominante – hoje muito pouco parecida com uma determinada visão de mundo ou teoria – ou seja, a organização do mundo converteu-se a si imediatamente em sua própria ideologia. Ela exerce uma pressão tão intensa sobre as

pessoas que supera toda educação. (...) No referente ao segundo problema (...) emancipação significa o mesmo que conscientização, racionalidade.

Nesse sentido, a escola deve construir situações que favoreçam o aprendizado, para que haja razão e entendimento da importância desse aprendizado no futuro do estudante. Se ele compreender a importância de se conquistar um espaço no mercado de trabalho, buscará conhecer e aprender sempre mais.

Contudo, cabe enfatizar que barreiras ao acesso de todos a uma educação de qualidade variam de uma escola para outra, conforme o tipo e o grau das deficiências, camada social, regionalidade, entre outros aspectos. Assim, os projetos de remoção desses obstáculos precisam ser construídos de forma pontuais e planejados, dessa maneira as pontes construídas serão para todos e teremos a uma interseção entre escola e mundo do trabalho mais efetiva.

A escola direciona, mas a colocação no mercado de trabalho é difícil para todos. Tenho um tio engenheiro que não tem nenhum problema e está dirigindo carro de aplicativo, porque perdeu um bom emprego e não consegue se recolocar no mercado de trabalho. Hoje tudo conta para se conseguir um emprego: conteúdo, poder de fala e articulação, conhecimento. (...) é muito mais fácil se colocar no mercado de trabalho quando alguém te puxa, eu sou uma dessas pessoas e entendo que foi mais fácil para mim, porque onde trabalho eles tinham que colocar uma pessoa com deficiência, por isso posso dizer que ocupo uma vaga de acordo com a minha formação, mas, isso infelizmente não é a regra. (Aline)

Embora as histórias de vida dos participantes do estudo tenham suas particularidades, cada relato nos revela questões extremamente pertinentes que promovem avanços nas discussões escola e mundo do trabalho. Dentre esses apontamentos, têm-se a necessidade de acesso, a permanência e a certificação na Educação Básica e/ou no Ensino Superior para acesso às vagas de trabalho, a importância de se pensar em um currículo que acolha todas as especificidades, promova a independência /autonomia e a construção de habilidades sociais.

Percebe-se, também, nas narrativas dos entrevistados, que a escola não articulou temas de educação e trabalho, embora se identifique por meio dessas narrativas que a escola tenha contribuído com perspectivas para a constituição do sujeito em busca de seus sonhos e interesses, ou seja, dentre esses, o trabalho.

Dentre desse contexto, mesmo que alguns tenham afirmado que não percebem como a escola pode tê-los encaminhado para o mercado de trabalho ou que não estão ocupando uma vaga para o qual se preparam, é possível reconhecer a importância da escola na formação deles, provendo-os de novos conhecimentos e dando-lhes uma perspectiva de vida melhor.

Retomando as narrativas, essas trazem a importância de se construir estratégias para que a relação entre educação e trabalho seja articulada, pois são imperativas à inclusão não apenas no mundo do trabalho, mas para a vida em sociedade de todas as pessoas inclusive àquelas que possuem uma deficiência.

Para os participantes, a escola proporcionou aprendizagem, socialização, certificação para acesso ao nível superior de ensino e ao emprego formal. Nesse ambiente, a escola prepara para vida, pois contribui para que situações excludentes da sociedade sejam minimizadas e, dessa forma, interrompe um ciclo de assistencialismo imposto historicamente pela sociedade.

Alicerçados sobre o pensamento de Adorno, entendemos que a educação escolar possui internamente contradições, como a reflexão sobre aspectos históricos e a adaptação à cultura social, formação para o trabalho e alienação, individualismo e trabalho coletivo, educação e instrumentação, emancipação e autoridade. Nesse contexto, a escola traz consigo a “tarefa de unir princípios individualistas e sociais, simultaneamente [...] adaptação e resistência” (Becker apud ADORNO, 1995, p. 144)

5.2 Inclusão no mundo do trabalho

5.2.1 Mundo do trabalho: mercado formal e informal

O trabalho tem um caráter estratégico no desenvolvimento das sociedades, pois alicerçados nele estas se produzem. O ser humano, para se afirmar enquanto sujeito, modifica o mundo e, nesse processo, modifica a si próprio. “Estas premissas são os homens (sujeitos), não isolados nem fixos de uma qualquer forma imaginária, mas apreendidos no seu processo de desenvolvimento real em condições determinadas, desenvolvimento este que é visível empiricamente” (MARX E ENGELS, 1981, p. 26).

Sobre essa perspectiva, entendemos que a sociedade confere importância ao sucesso profissional e, muitas vezes, justifica-o pelo sucesso no processo formativo educacional com a aquisição de conhecimentos diversos, adquiridos em instituições formais de ensino ou no convívio com as relações sociais e de trabalho. Entretanto, muitos indivíduos são excluídos dessa extensão da construção existencial porque apresentam algum tipo de deficiência.

O trabalho é determinante nas relações estabelecidas entre os homens e as oportunidades educacionais, e as relações econômicas dependem da capacidade do indivíduo de se apropriar dos meios de produção. Portanto, analisando as relações de trabalho, é possível compreender as propostas educacionais que vêm sendo instituídas pela sociedade para a pessoa com deficiência.

Ao realizar uma atividade de trabalho amparada por uma ocupação formal no mercado, sobretudo para os que estão em idade produtiva, debatemos direitos não só de natureza material, mas, também, em termos de realização e satisfação pessoal. Esse movimento natural não é diferente para as pessoas com deficiência, mesmo que eventualmente apoiadas por aposentadorias ou benefícios de assistência social, que são necessários, mas que podem ampliar situações de dependência. Daí a importância da reflexão sobre as experiências construídas pelos participantes quando estes se posicionam no mundo do trabalho

Nesse ambiente, buscamos o diálogo com pessoas que estão inseridas no mercado de trabalho formal ou informal, a fim de compreender porque mesmo com a Lei de Cotas alguns optam por trabalhar na informalidade e/ou por conta própria de maneira formal, como foi citado por um dos participantes.

Eu posso dizer que estou no mercado de trabalho formal, porque eu trabalho via MEI, então eu pago imposto, mas eu não estou trabalhando em nenhuma empresa, eu trabalho por conta própria o que pode caracterizar informalidade. (Marcelo)

Marcelo afirma que hoje está na informalidade, pois esse foi o caminho que encontrou para trabalhar com o que gosta e para o qual se qualificou.

O trabalho informal, historicamente, sempre foi elevado no Brasil. Vários são os motivos para isso, indo desde a falta de oportunidades no mercado formal, passando pelo elevado número de pessoas nas cidades, pela baixa escolaridade e chegando à busca por autonomia. Alguns desses motivos são colocados por nossos participantes.

Lucas nos fala que: “*Já trabalhei formalmente, hoje estou na informalidade, mas estou tentando me recolocar no mercado de trabalho*”. Ele perdeu seu emprego quando a última empresa que trabalhou mudou de estado, logo no início da pandemia, e ele não tem como acompanhar.

Tatiana trabalha de maneira formal e informal, afirmando que precisa complementar sua renda.

Hoje trabalho de maneira formal com carteira assinada, fui contratada para uma vaga de recepcionista para deficiente, trabalho com atendimento as pessoas, fazendo abertura de fichas ambulatoriais, fazendo contato telefônico, às vezes, fico no setor que direciona os pacientes até as salas de exame. O meu processo de trabalho é o mesmo de uma pessoa que não tem deficiência, acho que isso só vale mesmo no papel, porque para nossa vida mesmo, a gente tem que trabalhar igual os outros, não importa o seu estado físico, se está ruim ou se não está, se você não der conta vai para rua igual os outros. No país que a gente está, tem é que se adaptar aos espaços. Mas, durante toda minha vida trabalhei na informalidade como cabelereira, pois não conseguia uma vaga com carteira assinada, por isso voltei a estudar. (Tatiana)

Carla e Aline também trabalham de maneira formal e informal, mas afirmam que gostam do trabalho que fazem na informalidade.

Formal e informal. Atuo como professora de maneira formal e como intérprete de Libras de maneira informal. (Carla)

Hoje estou tendo uma oportunidade de trabalhar de maneira formal. Trabalho no setor administrativo de uma imobiliária e agradeço a oportunidade que estou tendo. Mas, gosto mesmo da informalidade do artesanato, só que artesanato sozinho nesse país não paga conta, não dá plano de saúde e nem aposenta. (Aline)

Gabriel trabalha com sua mãe, “ajudo nas festas e com as coisas que minha mãe faz”. A mãe de Cristian, que participou da pesquisa junto com ele, afirma que nunca incentivou o filho procurar por emprego longe dela.

Refletindo sobre as questões do emprego formal para as pessoas com deficiência, consideramos importante ressaltar o movimento dos participantes da pesquisa entorno de carreiras específicas na área administrativa e pedagógica.

Hoje estou inserida no mercado de trabalho formal como Professora. (Maria)

Formal, eu trabalho como auxiliar administrativo, bom na minha carteira está isso, mas eu trabalho com jovem aprendiz e pessoa com deficiência, ajudando na divulgação de projetos, auxiliando na performance do dia a dia desse grupo. (Maurício)

Formal, no meu trabalho faço tudo igual os outros funcionários que não são pcds. trabalhamos em uma equipe de comunicação especial, ouvidoria e sac, onde recebermos malotes dos segurados, analisamos as reclamações do segurado e montamos uma carta para mandar para o segurado sobre o assunto reclamado. (Luana)

Formal. Como estou trabalhando em casa, trabalho sempre com os e-mails e os meus colegas, quando necessário intermediam no contato telefônico. Agora que estou em

Home Office, consigo ser um pouco mais independente, pois consigo resolver na maior parte pelo Teams¹⁷. (Valéria)

Trabalho formal. A rotina é bem simples, auxílio a coordenação na parte administrativa, ajudo e compartilho o meu lado da equipe sempre que posso participar. (Fátima)

Eu estou inserida no mercado formal. Como supervisora a gente trabalha mais com as questões legais não supervisionar que eu nem gosto dessa questão de supervisionar porque eu não gosto de supervisionar o trabalho de ninguém é eu vou às instituições é com intuito de ajudar. (Eliane)

Formal. Trabalho no hospital, onde sou exigido mentalmente e, às vezes, fisicamente. Assim, como na escola não sou tratado de forma diferente e me sinto vivo por isso”. (André)

Hoje estou inserida no mercado formal. Sou funcionária pública, desde 1994. Sou extremamente feliz no que faço, busquei desde sempre meu lugar no mercado de trabalho e não tenho do que reclamar. Agradeço todos os dias, pois através do meu esforço, sempre com o apoio de meus pais, hoje sou uma pessoa realizada como profissional. (Marta)

Trabalho de maneira formal. Meu trabalho é prestar assistência para as crianças e adolescentes cirúrgicos, transplantados e oncológicos. Trabalho que me faz perceber que não tenho problema algum. (Monique)

Formal, carteira de trabalho assinada como Relações Públicas. (Lara).

Quando dialogamos com pessoas inseridas no mercado de trabalho formal e informal, buscamos entender como essas estão conquistando seu espaço no mundo de trabalho e quais motivos as levam trilhar um caminho ou outro. Nesse ambiente, entendemos que para que esses caminhos sejam percorridos de uma forma digna é necessário que as capacidades reais desse público sejam notabilizadas, é preciso que se enxergue o profissional e não a deficiência, pois deles nada é exigido diferente. Assim passamos a analisar como a escola pode ter influenciado na conquista do primeiro emprego e como se estabilizaram na vaga que ocupam hoje.

5.2.2 Primeiro emprego e a vaga ocupada hoje

A relação existente entre escola e mundo do trabalho é estreita, à medida que a primeira sempre foi vista como o caminho para se conseguir mudar realidades sociais. Nesse ambiente, a escolarização é fundamental para o processo de construção de conhecimentos necessários ao

¹⁷ Microsoft Teams é uma plataforma unificada de comunicação e colaboração que combina bate-papo, videoconferências, armazenamento de arquivos e integração de aplicativos no local de trabalho. Disponível em: <https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-teams>

sujeito no seu intercâmbio com a natureza e com outros pares. Essa construção do conhecimento também pode acontecer no contexto do processo de trabalho.

Dentro dessa relação, passamos a dialogar sobre os primeiros contatos dos participantes com o mundo do trabalho

Meu primeiro trabalho foi com massoterapia em uma academia, em um clube e atendendo clientes particulares. Junto com esse trabalho de massoterapia eu vendia perfumes, isso tudo de maneira informal. O meu primeiro trabalho de carteira assinada foi como operadora de Câmera escura contratada por uma empresa terceirizada a serviço de hospitais do município do Rio de Janeiro, eu tinha 21 anos e fiquei nessa função por onze meses depois eles me dispensaram porque eles só queriam pessoas pra cobrir férias nos hospitais. (Maria)

Meu primeiro trabalho foi com música até 30 e poucos anos, acreditando que música ia me levar para algum lugar, mas aí não foi, não deu certo, de maneira informal. Trabalho de carteira assinada mesmo foi em Fortaleza como professor de música, não foi tão fácil, porque tinha uma concorrência, eu não sou cearense, existe uma barreira, um regionalismo muito grande no Nordeste, mas por causa de algumas palestras eu fui conquistando espaços, não foi fácil, mas foi uma experiência boa, como professor de música eu comecei. (Maurício)

Desde cedo me apaixonei por artesanato inicialmente trabalhei com pintura, mas depois comecei a fazer cursos para aprender a fazer pulseiras, cordões, utilizando pedras e metal e aí encontrei o que realmente gosto de fazer. O emprego que estou hoje é o meu primeiro emprego de carteira assinada. (Aline)

Esse é o meu primeiro emprego de carteira assinada, antes trabalhava como cabeleireira por conta própria. (Tatiana)

Cinco participantes iniciaram suas atividades laborais de maneira informal, mesmo ocupando lugares para qual se especializaram para estar. Todos os outros participantes ingressaram no mercado de trabalho formal.

Gabriel é o único participante que não transitou entre o mercado formal e informal - “*Sempre trabalho com minha mãe*”. Questões como o papel da família e a diferença de classe social, que estão para além dessa tese de doutoramento são postas após a conversa com o participante e sua mãe.

Ana ocupa a mesma vaga até hoje, pois ingressou no mercado de trabalho por meio de concurso público e no ano do seu ingresso ainda não havia vagas destinadas a pessoas com deficiência - “*Eu desconhecía a questão de vagas destinadas a deficientes físicos, talvez no ano que ingressei no serviço público ainda não existisse essa lei*”

Bom, chegar onde estou hoje não foi fácil, passei por muitas dificuldades no decorrer da minha vida. Fiz fisioterapia basicamente minha vida inteira, desde quando fui

diagnosticada. Tinha que me organizar em fazer a fisioterapia que era essencial para meu desenvolvimento e a escola pois não abria mão de estudar. Na escola, passei por muitos preconceitos, mas isso nunca me desanimou ao contrário me estimulava a buscar cada vez mais. Era como uma forma de mostrar a todos que não estavam ao meu lado que eu era capaz de alcançar meus objetivos apesar de possuir limitações físicas. (Marta)

Infelizmente, a pessoa com deficiência no mercado de trabalho formal depara-se com diferentes dificuldades, uma delas é o preconceito, um dilema que as acompanha e que dificulta seu acesso aos serviços e sua inclusão social.

Por vezes, a pessoa com deficiência tem seu potencial desconhecido ou desvalorizado devido às limitações decorrentes de suas condições intelectuais, sensoriais ou físicas, não sendo incomum serem postos de lado do ideário de produtividade. Não se pode atribuir a deficiência ao sujeito, individualmente, sem observá-la como uma determinação social, cujo enfrentamento requer mobilização coletiva no sentido de prover recursos, serviços e equiparação de oportunidades àqueles com deficiência.

Meu primeiro trabalho foi numa empresa grande multinacional, eu trabalhava fazendo clipping. Clipping é você fazer seleção de notícias, eu nem era funcionário da empresa, depois de alguns anos eles me contrataram eu assumi uma posição de jornalista mesmo, na parte de assessoria de imprensa e era um trabalho normal, eu era cobrado como funcionário, claro tem todas as questões da deficiência que permeiam o ambiente de trabalho, mas a vaga era uma vaga para o meu currículo. (Marcelo)

Antes de entrar no serviço público, eu trabalhei em uma firma privada em Três Rios no hospital de clínicas em Três Rios operando o computador e também trabalhei no grupo 1000 é operando máquinas fazendo parte de escritório e aí depois eu fui fazer a pedagogia e iniciei no serviço público no município de Comendador Levy Gasparian onde eu já me aposentei e depois ingressei no município eu de Três Rios. (Eliane)

Meu primeiro emprego foi antes de eu fazer parte dos canais Fox Sport eu trabalhei na área de assistente administrativo na IBMR, eles deram uma oportunidade pra quem era PCD. Atualmente eu estou desempregado eu trabalhei nos canais Fox Sport na produção até janeiro é desse ano só que dentro da empresa nós tivemos uma fusão com ESPM que passou a ser chefiada pelo grupo Disney e com isso a empresa foi pra São Paulo e eu tive que sair e fiquei muito tempo lá consegui grande bagagem de jornalismo na área de produção comecei como Trein ir depois foi efetivado como produtor PCD. Hoje eu estou à procura de um novo emprego estou no último semestre de faculdade de jornalismo e estou procurando me recolocar no mercado de trabalho. Agora durante a pandemia eu criei uma página no Facebook que se chama rádio face. (Lucas)

Consegui meu primeiro emprego através da internet em um site de vagas para pessoas com deficiência. Nunca tive medo do trabalho, pois mesmo sendo menor de idade, ajudava meu pai no negócio dele então desde cedo aprendi a me relacionar com o público em geral. Mas, meu primeiro emprego foi uma mistura de tranquilidade e desafios. (Monique)

Foi emocionante! Tudo começou quando estava na fila do caixa de uma loja de roupas para pagar uma fatura, aí a menina do caixa chegou pra mim e perguntou se eu tinha língua presa, falei que não, que tinha deficiente auditiva, e nesse meio tempo conversando ela chegou pra mim e falou, se eu não gostaria de trabalhar aqui na uma loja de roupas, falei que sim, e por aí foi.... Me levou lá dentro da loja e começou a me fazer várias perguntas e falar sobre o trabalho na loja, eu gostei e topei, no dia seguinte já fui logo fazer o exame admissional, abrir conta e quando voltei pra loja com tudo pronto, minha função era operadora de caixa, e foi onde comecei a ter minha experiência (...) trabalhei lá por 5 anos. (Luana)

Meu primeiro emprego foi atendente em uma loja esportiva. Era obrigação contratar a pessoa deficiente por causa da multa. Me colocou só para “maquiar” a sociedade que a loja ajuda as pessoas com necessidades. Era como álibi. (Carla)

Pelo fato de eu estar fazendo faculdade integral, comecei a trabalhar tarde. O meu primeiro trabalho foi bastante enriquecedor, pois trabalhei com os meus semelhantes (surdos), onde eu comecei a ter uma fluência em Libras, até então eu não sabia, o que me deu mais uma opção de acessibilidade. (Valéria)

Meu primeiro emprego foi em um hospital privado por 3 anos e foi de auxiliar de farmácia. Fui super bem recebida pela equipe, aprendi muito lá (...) eu separava os remédios que seriam enviados para os andares do hospital. (Fátima)

Fui auxiliar administrativa e logo após terminar a faculdade tive algumas propostas, devido meu trabalho com digital influencer, a agência de iniciativas cidadãs - AIC me conquistou e escolhi trabalhar com eles e sou muito feliz no meu trabalho. (Lara)

As narrativas sobre a conquista do primeiro emprego e sobre a vaga ocupada hoje no mercado de trabalho evidenciam um caminho de luta, obstáculos e conquistas. Percebemos que a maioria dos entrevistados busca a inserção no mercado de trabalho formal, alicerçados em suas qualificações iniciais, mas que aqueles que decidiram sair da informalidade tiveram de buscar outras formações.

Luana, Carla, e Eliane são as que mais se distanciaram do seu início laboral, visto que buscaram se qualificar em áreas diferente daquela que iniciaram. Maurício e Tatiana mudaram de carreira e buscaram sair da informalidade.

Sobre o primeiro emprego e, considerando as especificidades dos entrevistados, percebemos que a inserção no mundo do trabalho é um desafio posto a uma sociedade voltada para o capital. Nesse contexto, a escola precisa cumprir o seu papel e oferecer uma educação que forme pessoas emancipadas, as quais cheguem ao mercado de trabalho e contribuam, como elemento essencial, para a redução das desigualdades sociais, a partir do trabalho. Para isso, a escola necessita formar sujeitos que tenham consciência verdadeira do seu papel na sociedade, da necessidade de qualificação e, sobretudo, da importância da educação para serem inseridos

em um mercado de trabalho sempre competitivo e exigente, em uma sociedade que forma grupos e classifica-os para além da condição humana.

Nas palavras de Adorno (1995, p. 121)

É necessário contrapor-se a uma tal ausência de consciência, é preciso evitar que as pessoas golpeiem para os lados sem refletir a respeito de si próprias. A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma autorreflexão crítica.

A autorreflexão crítica, na perspectiva de Adorno, refere-se ao indivíduo como um ser social. Ela é pressuposta da democracia e alicerça-se à vontade particular de cada um. A busca emancipada da pessoa com deficiência por colocação no mundo do trabalho precisa estar fundamentada na formação para a autonomia, mas essa busca para ser bem-sucedida precisa fazer parte de um processo coletivo, já que em nossa sociedade a mudança individual não provoca essencialmente uma mudança social. Assim, a educação precisa contribuir, portanto, para o processo de formação e emancipação, contribuindo para criar condições em que os indivíduos, socialmente e democraticamente, conquistem a autonomia e, conseqüentemente, o mundo do trabalho.

A emancipação, a partir de processos formativos, encontraria na democracia sua realização. Adorno (1995, p. 142) afirma que “uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado”

Ainda considerando a conquista do primeiro emprego, perguntamos aos entrevistados se sua primeira experiência no mundo do trabalho formal se efetivou através da Lei de Cotas.

Cabe enfatizar que o desconhecimento de alguns sobre a lei, mesmo que tenham utilizado a mesma lei para adquirir uma vaga laboral, intrigou-nos bastante e levou-nos a refletir sobre o papel da escola em todas os seus níveis, à medida que participantes com Ensino Médio e Superior completo afirmaram ter pouco ou até mesmo nenhum conhecimento sobre a Lei de Cotas.

Sobre esses termos, a prática educacional, posta pela escola, deveria objetivar uma consciência verdadeira, quando na verdade protege a conservação de um cenário cuja formação solicita uma consciência parcializada do real e alicerça a dialética da conservação da dominação.

Com exceção de Ana, André e Eliane, os demais participantes ingressaram no mercado formal por intermédio da Lei de Cotas. Ana afirma que “*Quando fiz o meu concurso, desconhecia a questão de vagas destinadas a deficientes físicos*”. Entretanto, vagas para pessoas com deficiência em concurso estão previstas no artigo 37 da Constituição Federal de 1988. De acordo com o texto, “a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão”. Considerando que hoje Ana está com 47 anos, participou do concurso dentro da vigência da lei.

André e Eliane buscaram seus primeiros empregos no setor privado, mas enfatizam desconhecer a Lei de Cotas na ocasião. Contudo, partindo do princípio que na esfera privada a reserva de vagas está prevista na Lei federal nº 8213, de 24 de julho de 1991, ambos já possuíam idades que lhes permitissem buscar o mundo do trabalho formal apoiados sobre essa legislação.

Meu primeiro trabalho foi adquirido de maneira normal, não ocupei uma vaga destinada para pessoa com deficiência, (...) nem sei se existia, foi em um escritório de advocacia. (André)

Meu primeiro emprego, não entrei pela Lei de Cotas. Mas, para a vaga que ocupo hoje, fui contratada através da Lei de Cotas depois de muita briga, foram 3 anos brigando por uma vaga que conquistei através de um concurso público. (Eliane)

A narrativa de Eliane nos conduz ao pensamento de Adorno (1995. P. 122), quando o autor afirma que “a violência contra os fracos se dirige, principalmente, contra os que são considerados fracos”. A diferença compreendida como obstáculo à inserção laboral na sociedade determina a prática da negação social, isso traduz o porquê Eliane precisou brigar por uma vaga destinada à sua condição.

Você me perguntava como que eu cheguei no cargo que eu estou hoje de supervisora educacional. Eu prestei 2 concursos. Em um dos concursos eu me inscrevi na cota de pessoas com deficiência, na ocasião eu era a única nessa condição buscando a vaga (...) fiz o concurso e fui classificada, pensei estou empregada (...) eram 4 vagas e para minha surpresa esperando iniciar o ano para ser convocada (...) quando vi as 4 vagas já estavam preenchidas e eu não fui chamada. Então fui à Prefeitura saber o que aconteceu, pois eu tinha direito a uma das vagas (...) quando eu cheguei me passaram para a pessoa responsável, que olhou o edital e falou pra mim que as vagas já estavam preenchidas. Aí eu disse como é que foram preenchidas se eu fui aprovada, a resposta que obtive foi que como eram poucas vagas, não havia como reservar uma vaga para pessoa com deficiência. Começou aí minha briga, eu fiz um concurso que tinha uma vaga disponibilizada para pessoa com deficiência e me disseram que não tinha jeito, que eu não tinha nem como reivindicar. Saí dali muito chateada procurei um advogado conhecido que me disse entender minha situação, mas que eu não deveria comprar essa briga(...). Uma conhecida me indicou um outro advogado que estava com um caso parecido (...) e brigamos por 3 anos para obter a minha vaga.

À luz da Teoria Crítica, a narrativa de Eliane faz como um empuxo emergir a importância de se pensar sobre a democratização da escola, sobre a barbárie instituída em nossa sociedade e, sobretudo, para onde a educação deve conduzir?

Neste ambiente, Adorno (1995) sinaliza que

Entendo por barbárie algo muito simples, ou seja, que, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização – e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás uma tendência imanente que a caracteriza. (Adorno, 1995, p.155)

Na busca de caminhos que permitam a diminuição e até mesmo a extinção da barbárie, é preciso que ocorra um movimento transformador que nos permita perceber que qualquer tipo de omissão e retirada de direitos é uma forma de multiplicar atos de barbárie.

Dessa forma, entendemos que a educação possui o poder de difundir informação e conhecimento para problematizar a realidade, possibilitando a superação da barbárie para a não repetição da violência, já que é por meio da educação que o sujeito tende a constituir-se e, desde cedo, aprende a reforçar ou se contrapor à mesma.

5.2.3 Experiências no mundo do trabalho: barreiras, acessibilidade e preconceitos

A luta cotidiana das pessoas com deficiência pela inclusão no trabalho configura-se como mecanismo de comunicação com a sociedade e com o mundo. Pelo meio do trabalho é possível construir oportunidades para se experimentar o novo e alicerçar habilidades produtivas e sociais.

Engels (2004, p. 11), ao analisar a interpretação do trabalho na sociedade moderna, afirma que o este “(...) é condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.”

Nesse contexto, o trabalho impulsiona a humanização do indivíduo. Sua essência propiciou o desenvolvimento do homem enquanto ser social, pois o mesmo se relaciona de

forma direta com a natureza, transformando a natureza e a si próprio, como afirma Marx (1983, p. 149), quando atribui significado ao trabalho:

[...] um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio.

Entendemos assim, que o trabalho alicerça o homem e apresenta-o outras possibilidades de se transformar em um ser social, pelo desenvolvimento de habilidades tanto para criar, como para ampliar suas condições de construção, na luta constante para sobreviver na sociedade.

Nesse ambiente, buscamos dialogar com participantes do estudo sobre suas experiências no mundo do trabalho, barreiras encontradas, acessibilidade e preconceito, a fim de que possamos contribuir para o entendimento sobre os sentimentos das pessoas com deficiência frente ao contexto de trabalho. Assim, tornar-se-á possível refletir sobre os desafios presentes nesse cenário e o que pode ser feito para melhorá-lo.

5.2.3.1 Barreiras

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13,146), barreiras são definidas como qualquer entrave ou obstáculo que limitem ou impeçam o acesso à liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação. Essa lei, em seu Art. 3º inciso, classifica essas barreiras em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

Todos devem ter direitos, deveres e acessos, porém o mais importante é reconhecer a diversidade, para que se possa permitir escolhas e a equiparação de oportunidades. Nesse sentido, para que se constitua uma sociedade mais justa, barreiras precisam ser eliminadas/minimizadas. Cabe enfatizar que as leis legitimam a convivência com o outro em ambientes sociais, porém não efetivam a superação de barreiras atitudinais.

Com o intuito de reconhecer como o mundo do trabalho vem se comportando frente a essas barreiras, indagamos aos sujeitos da pesquisa sobre a existência dessas barreiras para que pudessem ingressar no mundo de trabalho.

Sim, é muito difícil conseguir contratação e, às vezes, quando você consegue a contratação, te dão um trabalho que você sente que não é relevante para a empresa ou que a empresa precisa, às vezes, fazem algum teste de sistema e os testes em relação à acessibilidade são os últimos a serem feitos. Isso é uma barreira. As barreiras criadas pelas pessoas são as maiores. Existem barreiras de todos os tipos atitudinais e estruturais. (Maria)

Existem muitas barreiras, a gente já enfrenta preconceito na sociedade o tempo todo, e claro que no mercado de trabalho, onde está envolvido o dinheiro, onde está envolvido profissão, onde está envolvido um monte de coisa, a gente vai enfrentar também bastante. A minha opção por trabalhar por conta própria, é um pouco da minha vocação, é um pouco do que eu acredito, mas, também foi um pouco do que foi acontecendo, porque eu saí do segundo emprego que tive e era um emprego ótimo e desde então na época que estava buscando não consegui um outro emprego. (...) Tive ligação de recrutador, me chamando para vaga, dizendo que era só comparecer lá, mas a pessoa não queria falar qual era a vaga, era vaga para assistente de balcão, auxiliar de estoque (...) aí eu questioneei a pessoa qual era o nível da vaga, poxa eu estudei numa das melhores e universidades do Brasil que é UFRJ, falo 4 idiomas, tenho 2 experiências com empresas grandes e com projetos grandes e você só viu no meu currículo pessoa com deficiência, você não viu no meu currículo nada mais. Isso é uma grande barreira. As pessoas até querem contratar pessoas com deficiência, querem não, são obrigadas por causa da Lei de Cotas, sem a Lei nem isso ia acontecer, vide a tentativa do Paulo Guedes de 2019 de flexibilizar a Lei de cotas, que com certeza não veio da cabeça dele, quando eu falo não veio da cabeça dele, ele não acordou um dia e pensou vamos tirar essas pessoas com deficiência no mercado de trabalho, isso é um monte de empresário pressionando, porque não quer esse tipo de contratação e aí as empresas contratam a gente porque são obrigadas e querem botar a gente no menor salário, porque acham que a gente não é eficiente. (Marcelo)

Existem muitas barreiras. (...) e a principal delas é aquela que todo mundo gosta de falar, é a atitudinal. Todo mundo tem massa cinzenta, é inteligente, todo mundo consegue pensar, o problema é a quebrar o preconceito, porque tem uma galera boa aí trabalhando bem ou que poderia trabalhar bem, mas se as pessoas não deixarem essa galera mostrar o que sabe fica muito complicado, então o pessoal de RH prefere concluir que a pessoa não sabe e pronto, não dá uma chance. Por exemplo, hoje tem muito emprego temporário, o emprego temporário é a possibilidade, por exemplo, da pessoa com deficiência demonstrar o que sabe, sem ter tanto vínculo com a empresa. Uma sugestão que eu dou é que ao final desse emprego temporário a empresa decida o que aconteceu, o que aquela pessoa produziu, sem falar que também tem que ter as ferramentas para pessoa trabalhar, pois não adianta ao final do trabalho temporário, a empresa concluir que a pessoa não produziu nada, mas não deu as ferramentas para ela trabalhar, como por exemplo eu preciso de um computador com um programa instalado que seja um leitor de telas, senão eu não consigo manejar o

computador, então não é aquela coisa da oportunidade para inglês ver, é preciso fornecer as ferramentas de trabalho. Tem muita barreira, mas tem jeito. O problema maior é o atitudinal. (Maurício)

Maria, Maurício e Marcelo dão ênfase a um importante movimento que precisa ser superado em relação ao papel do empregador no processo de inclusão, é o foco voltado ao cumprimento das cotas, que os dirigem, muitas vezes, a resultados quantitativos. É preciso oportunizar às pessoas com deficiência colocações, no mundo do trabalho, que vão além de cargos operacionais, para que elas possam se posicionar estrategicamente no mercado e com possibilidades de crescimento e desenvolvimento de suas potencialidades laborais.

Sim, as barreiras são muitas sim eu tive até 2 empregos antes do serviço público depois disso eu tive até ofertas de trabalho mais pra vagas onde a empresa precisava cumprir o número de vagas e a pessoa falou mesmo comigo a gente precisa cumprir o número de cotas por determinação. Então, às vezes, a pessoa atende a essa questão legal eu tenho essa experiência, mas não dá a devida condição pro funcionário quando ele está lá dentro ele é um cotista que tá ali ocupando um espaço atendemos a um número a um percentual ele representa um percentual o que precisa cumprir o número de cotas. (Eliane)

Sim, barreiras existem de todos os tipos. Os preconceitos são persistentes em nossa sociedade até hoje, mas acredito que cabe a nós não desistir de nossos sonhos. Acredito que somos capazes de realizar tudo o que desejarmos se acreditarmos e nos dedicarmos. Para mim a deficiência não é um obstáculo e sim um estímulo para chegarmos onde desejarmos. (Marta)

Sim, hoje são duas. A primeira e a principal é o preconceito, porque algumas empresas não veem a pessoa com deficiência como capaz de desempenhar uma atividade, de estar num meio corporativo. E a segunda foi a pandemia, já estava complicado para as empresas contratarem e agora mais ainda. (Lucas)

Felizmente eu não enfrentei barreiras, para ocupar o cargo que estou hoje, talvez pela natureza da minha deficiência. Mas, sei que outras pessoas com deficiência enfrentam muitas. (André)

Sim, existem. Falta vagas de acordo com a escolarização, falta acessibilidade. No meu caso, já saí de um emprego, porque o elevador vivia quebrado. (Monique)

Existe sim. Teve uma vez que fui procurar um emprego na área de química industrial (laboratório de posto de gasolina), elogiaram tanto o meu currículo lattes, mas no final acabei sendo recusada por ter deficiência auditiva. Isso também acabou sendo mais um motivo de eu ter largado a faculdade, entrando em depressão. Superando a depressão, arrumei o meu 2º trabalho (atual) sem grandes dificuldades, por eu ser bilíngue, ter uma boa comunicação oral. Mas vejo os meus amigos surdos terem uma grande dificuldade por falta de comunicação com os ouvintes. (Valéria)

Várias, o tempo todo. A falta de intérprete, para mim é a maior, pois isso me impede de participar de forma completa de várias situações. (Carla)

Sim. Já passei por vários processos seletivos e não fui contratada por ser deficiente auditiva, mesmo sendo oralizada, o preconceito é muito grande. (Fátima)

Sim. Já tive um emprego onde aconteciam reuniões e eu sempre era excluída, nunca se preocuparam em colocar um interprete. Você ser impedida de se comunicar é uma barreira. (Luana)

Existem sim, com certeza. Vários, de todos os tipos. Graças a Deus, sempre tive sorte com meus empregos e sempre fui valorizada. (Lara)

A principal barreira é o preconceito. Eu não confio, na verdade, eu tenho medo que ele trabalhe longe de mim. (Mãe de Cristian)

Bom esse é o meu primeiro trabalho de carteira assinada, a primeira barreira que eu encontrei foi a da escolaridade, por isso corri para terminar o meu segundo grau. Onde eu trabalho não vejo barreiras eles estão sempre abrindo vagas para pessoas com deficiência, mais difícil pelo que percebo é preencher a vaga. (Tatiana)

De maneira geral, todos os participantes reconhecem a existência de barreiras para entrar no mundo do trabalho e para permanecer nele, sobretudo a barreira atitudinal, que os coloca à margem da sociedade e restringe as possibilidades de desenvolvimento social e laboral.

Pensando sobre o papel da escola que se institui democrática e que precisa se posicionar sobre o humano, e não mais nos separar em grupos, para que oportunidades sejam edificadas para todos é emergencial que a partir da inclusão em educação se promova uma pedagogia que contemple todos os sujeitos, e não uma pedagogia para pessoa com deficiência, pois isso constitui uma barreira atitudinal que se perpetuará na sociedade e, conseqüentemente, no mundo do trabalho.

Desse modo, a educação tem por finalidade a conscientização das condições sociais humanas para a negação da exclusão e do preconceito. Para tanto, Becker ressalta que:

Parece-me que a tarefa de intermediar uma consciência da realidade, uma tarefa intimamente vinculada à relação entre teoria e prática, não pode por assim dizer ser tratada em nível universitário, mas precisa ser realizada a partir da primeira educação infantil mediante uma educação permanente durante toda a vida (apud ADORNO, 1995, p. 146).

Sobre essa perspectiva, é urgente uma pedagogia que, na prática, enfrente a relação do superficial e do real, descobrindo as determinações que estão postas pela sociedade capitalista, uma prática que ajude os indivíduos a ultrapassar visões deformadas de qualquer ser humano, pois a separação em grupos é tão excludente que exige, para fins de convívio social, leis diferentes que garantam direitos gerais. Quando se criam categorias pela condição biológica/clínica do sujeito estamos “velando” as causas essenciais do preconceito e contribuindo para a alienação do sujeito e, conseqüentemente, para a barbárie.

Quando se compara, inferioriza, segrega, as barreiras atitudinais se alicerçam e preconceitos se instituem a partir de tais atos. Assim, diferentes ações acabam nutrindo diferentes barreiras, como fica claro na fala de Aline.

Barreiras sempre existem. A sociedade não está sendo educada para que essas barreiras sejam minimizadas, enfrentamos falta de acessibilidade, falta de valorização, falta de compromisso. Até aqueles que nos apoiam e estão ao nosso lado, nos impõem barreiras, pois já acreditam que não somos capazes de fazer algo, mesmo que não tenhamos tentado. (Aline)

Carvalho (2006, p.128) afirma que “Independente do *lócus* das barreiras, elas devem ser identificadas para serem enfrentadas, não como obstáculos intransponíveis e sim como desafios aos quais nos lançamos com firmeza, com brandura e muita determinação”

À luz das narrativas, entendemos que a eliminação de barreiras aumenta a possibilidade de inclusão e amplia a produtividade e o desempenho dos indivíduos em suas funções. Porém, o que de fato fará a edificação da inclusão no mundo do trabalho e social das pessoas com deficiência é uma mudança de atitude da sociedade. Tal mudança se consubstanciará no relacionamento diário, nas atitudes de todos os envolvidos no processo, na formação pessoal, escolar e profissional dos que atuam junto à pessoa com deficiência. Esse é um desafio posto a todos que se preocupam com a inclusão em educação e a sociedade.

5.2.3.2 Acessibilidade

Além do desafio de conscientização da importância da inclusão de pessoas com deficiências no mundo de trabalho, uma série de barreiras, como vimos anteriormente, precisam ser rompidas e a acessibilidade é um dos fatores a serem considerados.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência prevê que a inclusão da pessoa com deficiência no trabalho deve ocorrer por meio da colocação competitiva em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Para que isso ocorra, as normas presentes na legislação trabalhista e previdenciária precisam ser seguidas, observando-se as regras e técnicas referentes à acessibilidade, com o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e de adaptação reais no ambiente de trabalho.

De acordo com o Artigo 8º do Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004, acessibilidade quer dizer:

[...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004).

O direito à acessibilidade é, portanto, uma exigência constituída por lei, que se institui atualmente como um direito fundamental para que a pessoa com deficiência possa obter as mesmas oportunidades de educação, habitação, lazer, cultura, novas tecnologias da informação, comunicação e inclusão no mundo do trabalho que todas as outras pessoas. Por isso, buscamos compreender as condições de trabalho que estão sendo viabilizadas para que os sujeitos da pesquisa possam desenvolver suas atividades laborais.

As empresas têm se adaptado, mas tem coisas que essas empresas não querem ouvir para poder se adaptar para poder se ajustar eu acho que falta a essas empresas ouvir a pessoa com deficiência ou uma pessoa que não tenha deficiência e que tenha muita experiência nessa área, não só tenha experiência e conhecimento, mas que tenha empatia porque se ele tiver conhecimento e não tiver empatia não tem cristão que ajude. Há uma precarização do trabalho da pessoa com deficiência imensa. Onde eu trabalho hoje, eu posso dizer que tenho acessibilidade, até porque, quando eu vejo que o negócio não tá adaptado, eu peço alguém para me ajudar adaptar, é um pouco melhor. Mas, eu já tive situações quando eu trabalhava em outro Município, que eu precisei levar meu computador para a escola, mas, ficou difícil levar por conta de problemas de saúde, aí eu comecei a usar o laboratório de informática quando não tinha aula, mas esse laboratório ficava distante do meu posto de trabalho, isso é uma barreira criada pela precariedade da acessibilidade. (...) Enquanto as pessoas não entenderem que acessibilidade é algo bom para todos, ela será um problema, eu vou te dar um exemplo um exemplo muito prático que estamos vivendo na pandemia, quando você vê uma arte de um cartaz anunciando uma Live aparentemente aquilo tá muito bonito, mas aquilo não está prático nem pra quem enxerga, porque o que não é prático. Vou dar um exemplo a palestra vai acontecer no canal do YouTube e tem um link na arte se esse link aparecer no texto é só clicar lá em cima, agora eu que sou cega se eu tiver que copiar esse link da arte, como eu faço? (Maria)

A narrativa de Maria afirma que adaptação do ambiente de trabalho para que as pessoas com deficiência possam exercer as suas funções de forma adequada é um fator essencial para a efetiva inclusão no mundo do trabalho. Percebe-se que a falta de acessibilidade está como um dos motivos que interferem na expressão da potencialidade, assim muitas pessoas produtivas permanecem sem condições de inserção no mundo do trabalho

A acessibilidade é sempre um problema em qualquer esfera que você fale de uma pessoa com deficiência. É claro que a tecnologia mudou muita coisa, o celular Touch foi uma grande ferramenta de independência para pessoa com deficiência, é claro que a gente tá falando de um equipamento caro, então essa independência é muito limitada pelo preço, mas, mudou muito minha vida eu tenho um canal no YouTube, eu faço tudo sozinho, tudo não, mas, eu respondo comentários sozinho, posto vídeos,

mas, preciso de ajuda para gravar, eu preciso de ajuda pra algumas coisas, mas eu sou uma pessoa independente, eu moro sozinho, eu viajo sozinho, mas as questões de acessibilidade permeiam a sociedade, o meu maior problema não é a cegueira é a falta de acessibilidade e o preconceito.”(Marcelo)

“Existe dentro de uma média, não existe acessibilidade plena, tá longe de ser ótima, mas eu tenho alguma acessibilidade para trabalhar, tenho um computador com um bom programa de acessibilidade, tenho um telefone próximo a minha mesa e num lugar fixo, a minha sala é sempre no mesmo lugar, mas falta (...) quando eu vou almoçar por exemplo, preciso de alguém porque por que passo no meio dos caminhos isso acontece também quando vou sair do trabalho, então a acessibilidade está longe de ser a ideal, mas eu tenho alguma. (Maurício)

Maurício afirma ser necessária a preparação do ambiente de trabalho para a contratação e a permanência da pessoa com deficiência, pois ela pode realizar diferentes atividades de forma autônoma, mediante a remoção das barreiras que inviabilizam a acessibilidade, superando, assim, as suas “limitações”.

Acessibilidade é outra coisa difícil. Onde eu trabalho vamos dizer que tem mais ou menos, porque precisa de uma arquitetura adaptada e a gente sabe que isso não acontece 100%, mas também dizer que não tem nada eu também não posso. Eu trabalho em uma escola grande, ela tem 3 pavimentos, tem rampa, alguns banheiros são adaptados(...), mas essa é a acessibilidade arquitetônica. Quando a gente fala do atendimento a pessoa com deficiência, temos a sala de recursos para o aluno que está matriculado na escola regular. Como supervisora escolar e pessoa com deficiência eu posso falar que as escolas do Município são acessíveis tanto pedagogicamente, quanto arquitetonicamente, mas infelizmente a gente não consegue atender toda a demanda. (Eliane)

Onde trabalho a não possui acessibilidade. Acho que deveriam fazer investimento nesse sentido, pois temos servidores que necessitam de atendimento. (Marta)

A acessibilidade é mínima. Falta estrutura, falta boa vontade (...). Esse é um assunto muito difícil, pois você ser impedido de se movimentar por determinados ambientes é complicado. Imagina para quem precisa de intérprete ou de um piso tátil por exemplo. (André)

Alguma. No setor onde trabalho, existem acessos a rampas em determinados pontos e também elevadores para funcionários. No chão, tem placas antiderrapantes nas escadas. (Monique)

Nos dois lugares que eu trabalhei tinha alguma acessibilidade. No IBMR, o problema era que só tinha um elevador por prédio. Na FOX a acessibilidade era boa, lá já tinha outras pessoas com deficiência quando eu entrei, talvez por isso eles já estavam melhor estruturados. Na IBMR, eu tive problemas de acessibilidade atitudinal. (Lucas)

Sim. A empresa onde trabalho é adaptada para alguns tipos de deficiência. Mas, sei que isso não acontece em todos os lugares, eu não tive problemas porque sou oralizada, mas se não fosse não sei como seria. (Luana)

Mais ou menos. Nas reuniões de trabalho, eu não tenho nenhuma acessibilidade, mas quando tem palestras, sempre contratam intérpretes. (Valéria)

Onde eu trabalhei infelizmente, não. A acessibilidade é sempre um grande problema (Carla)

Não existe, não tem acessibilidade alguma, a gente que precisa se adaptar, é um local que precisa de muitas melhorias (Fátima)

Estou em home office, a empresa faz de tudo para me deixar incluída e trabalhando normalmente, enviando os materiais que preciso para minha casa e mantendo tudo via Teams. (Lara)

Não tem acessibilidade, nós é que temos que nos adaptar, precisa de muitas mudanças. (Tatiana)

Acessibilidade é uma utopia. Penso que dificilmente teremos na sua forma plena, mas quando a acessibilidade atitudinal existe, no ambiente de trabalho isso já é um grande avanço, pois aí vemos que a escola e a família estão trabalhando para humanização das pessoas. No meu trabalho existe a acessibilidade atitudinal, eu tenho meu espaço, onde consigo me movimentar com certo conforto, banheiro adaptado, mas, não sei se seria suficiente se tivéssemos mais pessoas deficientes trabalhando no setor. (Aline)

Dentre as narrativas destacadas, é quase unânime a concepção de que o ambiente laboral não é acessível. Com exceção de Lara, os demais participantes afirmaram que acessibilidade é um processo em construção.

É perceptível, nas narrativas, que a falta de acessibilidade é um problema estrutural, pois independente do trabalho desenvolvido, a maioria dos participantes do estudo destaca que o ambiente laboral não permite o desenvolvimento pleno de suas capacidades, ou seja, nem sempre a vivência no mundo do trabalho oportunizará o desenvolvimento ampliado de suas potencialidades.

Sobre essa perspectiva, refletimos que o movimento em prol da acessibilidade em todas as suas instâncias é incipiente. A falta de acessibilidade e outras barreiras físicas e atitudinais agregam-se ao preconceito e à falta de informação, elementos que se apresentam ainda mais contundentes no mundo do trabalho.

Maria, Maurício, Marcelo, Lucas e Aline enfatizam a importância da acessibilidade atitudinal como um caminho para eliminação de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações de modo geral.

Carvalho (2006) enfoca que a acessibilidade se apresenta nas atitudes preconceituosas e discriminadoras em relação às pessoas com deficiência, que pode ser revertida com ajuda de programas e práticas de sensibilização e conscientização da sociedade em geral.

Nesse ambiente, retornando o objetivo dessa pesquisa que é compreender como a escola fomenta a passagem das pessoas com deficiência para o mundo do trabalho e, percebendo que a inclusão em educação se estabelece a partir de práticas pedagógicas que beneficiam a todos no processo de escolarização, entendemos que é na escola que essas práticas de conscientização da sociedade, a emancipação e o esclarecimento precisam começar, para que, quando todos estiverem juntos no mundo do trabalho, as barreiras a serem superadas sejam menores, e todos possam realizar de modo pleno e irrestrito esse direito fundamental, que é o trabalho.

A escola emancipatória precisa ser aquela que derruba barreiras, de modo a não perpetuar as diferenças. “Isto não significa emancipação mediante a escola para todos, mas emancipação pela demolição da estruturação vigente” (ADORNO, 2005, p. 170). A importância da escola e do esclarecimento no processo democrático de ensino e aprendizagem deve desestimular a barbárie e, conseqüentemente, o preconceito.

5.2.3.3 Preconceito

A escola, para ser “ponte”, precisa instituir uma educação contra a barbárie que estabeleça princípios e atitudes humanizadas para o espaço coletivo e democrático. A subjetividade da barbárie será identificada na objetividade daquilo que lhe é obrigatório: o preconceito.

Segundo Crochík (1995 p.48-49),

As relações pessoais dos preconceituosos se dão através de categorias que permitem classificar os indivíduos, o que impede que a experiência individual possa se contrapor ao estereótipo. As experiências, em geral (...), são poucos úteis para desfazer o preconceito, uma vez que o sujeito preconceituoso não precisa de contato com o objeto para desenvolvê-lo. Ou seja, aquilo que é objeto de preconceito já está previamente enunciado, de forma que a sensibilidade e a reflexão próprias das experiências como o objeto são suspensas. Mesmo as experiências que de alguma maneira poderiam ser gratificantes são racionalizadas para que o estereótipo se mantenha. Em outras palavras, não só a experiência não é necessária para a constituição do preconceito como a deforma.

O preconceito dirigido às pessoas com deficiência institui-se em um processo de negação social, uma vez que suas diferenças são enfatizadas como uma ausência, carência ou impossibilidade. Esse processo retira, em diferentes situações e espaços, a possibilidade de essas pessoas se constituírem como sujeitos de ação.

O contemporâneo discurso pedagógico do Brasil, que recorre a uma perspectiva de acolhimento às diferenças por meio de um direcionamento inclusivista, estabelece que todos precisam estar juntos na escola. Entretanto, a convivência com as diferenças reverbera, pois a convivência humana ainda é marcada por conflitos em funções dos preconceitos.

Sobre essa perspectiva, ao pensarmos na escola como “ponte” para outros mundos, a reflexão sobre sua ambivalência é intrigante, visto que pessoas com deficiência precisam se adaptar e acessar seu potencial dentro das possibilidades que esse espaço de experiências lhes proporciona. Sobre essa perspectiva, cabe refletir sobre o que a escola tem construído para que todos estudem, aprendam e produzam experiências juntos?

Sobre isso, Adorno (1996, p.405) enuncia que,

A experiência — a continuidade da consciência em que perdura o ainda não existente e em que o exercício e a associação fundamentam uma tradição no indivíduo — fica substituída por um estado informativo pontual, desconectado, intercambiável e efêmero, e que se sabe que ficará borrado no próximo instante por outras informações.

Se entendemos que essa experiência, como atividade autorreflexiva, não está sendo proporcionada baseada na preocupação da realidade para todos, não permitindo encontros e trocas, nem elaborações do vivido, o convívio em ambiente fora dos muros da escola será desumano para todos e o preconceito continuará se perpetuando em nossa sociedade, inclusive no mundo do trabalho, como as narrativas seguintes nos revelam.

Eu acho que só de não dar oportunidade para pessoa crescer mesmo ela tendo um currículo, mesmo vendo que a pessoa tem capacidade é uma maneira de mostrar preconceito, a falta de valorização da formação, quando você sabe que existem diferentes possibilidades de acessibilidade e nenhuma é implantada é uma maneira de exercer um preconceito. (Maria)

Hoje eu crio o meu ambiente de trabalho. Mas, Quando a Lei de Cotas é cumprida em geral as empresas dão preferência para as deficiências mais leves, deficiências que as empresas e os empresários consideram menos custosas, mais fácil de se adaptar. Não basta só dar o emprego é preciso que as vagas sejam condizentes com o currículo. Existem muitas empresas que só oferecem as vagas mais operacionais para pessoa com deficiência. Então além de se contratar a pessoa com deficiência é preciso oferecer um cargo para qual ela se preparou, por que o contrário gera preconceito. (Marcelo)

Já sofri muito preconceito, por exemplo quando você pensa num coordenador dificilmente se pensa num coordenador deficiente, quando se pensa em plano de carreira não se pensa muito no deficiente se pensa que o cara já tá engajado e ele deveria ser grato por ter uma função. (Maurício)

Na comunidade escolar no meu dia a dia a gente percebe olhares chega um pai chega um responsável uma mãe pra tirar uma dúvida quando eu chego eu você percebe o impacto da pessoa inclusive teve uma mãe que foi brigar por conta de vaga porque eu não cumprir o calendário de renovação de matrícula, que foi conversa comigo sobra vaga eu disse para ela que eu tinha uma vaga Pra Ela em outra escola próxima aquela, quando ela não conseguiu a vaga que ela queria ela me chamou de aleijada. Em tão nesse atendimento a um público tão diversificado a gente acaba sofrendo algum preconceito, mas é no meu setor de trabalho eu não enfrento nenhuma coisa desse tipo, mas não vou dizer pra você que é fácil pra todos. (Eliane)

Sim. Algumas pessoas só veem a deficiência, falta empatia. (Lucas)

O preconceito existe, mas, normalmente chega ao ambiente de trabalho através de pessoas que não são daquele espaço. Normalmente chega através do público que atendemos. Eu felizmente nunca sofri no meu ambiente de trabalho, tenho dificuldade para me movimentar, mas trabalho em um setor administrativo, então não tenho contato direto com o público e meus colegas de trabalho me valorizam. (André)

Indiretamente sim. As vezes as pessoas não entendem o preconceito e nos dizem coisas como se fossem elogios. Já escutei “você dá de mil a zero em pessoas “normais”, como se eu não fosse normal. Já escutei, várias vezes “como colocam uma pessoa que se move desse jeito para cuidar de crianças”, esse tipo de coisa acontece, mas temos que nos posicionar para que isso não continue acontecendo. (Monique)

Sim, no início de minha jornada profissional, sempre havia questionamentos sobre a capacidade de exercer minha função, mas nunca desisti e isso só me deu forças para provar aos que duvidavam de minha capacidade de desempenhar meu trabalho.” (Marta)

Graças a Deus não sofri nenhum preconceito. Apenas tenho uma insatisfação na questão de promoção, pois estou há anos de casa e nunca fui promovida, sendo que teve gente que entrou depois de mim na equipe e já foi promovido. Então sou a única a ter o cargo mais baixo de todos, apesar de eu ter uma grande demanda de serviço. (Valéria)

Sim, no segundo emprego que tive, trabalhava na administração. Minha ex chefe, me passava várias tarefas de outras funcionárias que não era da minha aérea, me matava fazendo as tarefas. Eu também via ela zombando da minha voz para outras funcionárias (ela também estudava na mesma faculdade que eu e sabia LIBRAS, não é só a pessoa que não sabe LIBRAS zomba.) Foi o pior preconceito que recebi. (Carla)

Sim, numa outra empresa que trabalhei, quando faziam reuniões eu era sempre excluída, porque não tinha interprete e ninguém se preocupava com isso. Isso é preconceito, é falta de acessibilidade e não se colocar no lugar do outro. (Luana).

Preconceito a gente vê o tempo todo, até por parte da família. Em todo lugar a gente encontra preconceito. O pior são os olhares. (Mãe do Gabriel)

No trabalho não, sempre fui muito respeitada nos lugares que trabalhei. (Lara)

Dos colegas de trabalho não, mas das pessoas que chegam para ser atendidas sim, muitas vezes. Gente falando do meu jeito de andar, do meu jeito de falar, que não tem como esperar eu me arrastar para ser atendida, do meu jeito de falar, coisas desse tipo. Infelizmente isso existe. (Tatiana)

O preconceito chega até a gente de diversas formas, quando mexem em nossas coisas, quando o elevador não funciona, quando nos falam que fazemos melhor do que

peças sem deficiência. Muitas vezes acredito que o preconceito chega até nós por falta de conhecimento, porque não acreditam na qualidade das coisas que a gente faz. Como estamos conversando sobre o papel da escola, penso que esse é um conceito que deve ser trabalhado na escola com mais eficiência, não só quando estudamos a escravidão lá na 6ª ou no 7º ano. É preciso que a sociedade cresça entendendo que somos iguais e temos os mesmos direitos, se as oportunidades forem dadas, aprendemos e trabalhamos como todo mundo. (Aline)

É fato que as pessoas com deficiência estão nas escolas, mas suas demandas específicas ainda são atendidas de forma incipiente. Quando dentro desse contexto, “pontes” são construídas, barreiras são ultrapassadas e a ingresso no mundo do trabalho é efetivado, as pessoas com deficiência precisam provar que são capazes e qualificadas, visto que o trabalho que precisam desenvolver não foi pensado para elas, exigindo assim, que se adaptem ao ambiente laboral.

Essa possível inclusão torna a situação da pessoa com deficiência dicotomizada, à medida que podemos dizer que existe a inclusão na escola, na sociedade e no mundo do trabalho, mas essa inclusão é marginal e/ou “camuflada de integração”.

Para os preconceituosos, segundo Horkheimer e Adorno (1978, p.180), “A dicotomia da humanidade se dá em salvadores e condenados”. Os autores destacam ainda que “a formação de juízos estereotipados não é privilégio do caráter preconceituoso, mas com frequência, revela-se também nos caracteres livres de preconceitos”.

Sobre essa perspectiva, as narrativas dos sujeitos, de forma quase que unânime, permitiram-nos refletir que o preconceito, velado por discursos e práticas que os contrapõe, torna-se mais intenso porque foge da ação, camuflado pelo que tenta negá-lo. Sobre uma perspectiva mais crítica, podemos concluir que as mudanças existem, mas precisam se tornar mais significativas, pois as pessoas com deficiência continuam sendo discriminadas, visto que a dinâmica social “disfarça” as práticas preconceituosas. Nessa lógica, não são a discriminação e o preconceito os responsáveis pelas barreiras enfrentadas por essas pessoas, a sociedade está fazendo sua parte, as vagas estão disponíveis, elas é que não se adaptam ao que está estabelecido.

O preconceito quanto à incapacidade da pessoa com deficiência, ainda tão presente na sociedade contemporânea, é um obstáculo a ser ultrapassado para que a inclusão no mundo do trabalho aconteça de forma efetiva. Os padrões predeterminados de normalidade e, portanto, de capacidade, podem ser superados se a pessoa com deficiência mostrar sua potencialidade de

produção. Por isso, a escolarização, a qualificação profissional adequada e a viabilização de condições estruturais e funcionais, dentro do mundo do trabalho, por meio da acessibilidade em suas diferentes formas, possibilitarão não só a inclusão das pessoas com deficiência no espaço laboral, mas, sobretudo, a conquista do exercício pleno de sua cidadania.

5.2.3.4 Vaga ocupada hoje no mundo do trabalho.

A presença de pessoas com deficiência no mundo de trabalho se efetivou a partir de leis que estabelecem a reserva de vagas para esses profissionais. Depois de décadas recusadas pelo sistema produtivo sob a marca da inabilidade, inaptidão e da incapacidade, estes indivíduos procuram uma colocação no mundo do trabalho.

A inclusão social da pessoa com deficiência precisa estar alicerçada no seu potencial e não na deficiência. Construir esse potencial precisa ser um dos desafios da escola e identificá-lo é o desafio do mundo do trabalho.

Efetivar a inclusão dessa parcela da população no mundo do trabalho significa materializar a inserção de um profissional produtivo, capaz de acrescentar novos valores. Pensando sobre a inclusão de pessoas com deficiência no trabalho, Costa (2001) afirma que: “a condição humana é duplamente negada a este trabalhador, pois, antes mesmo de acessar o mercado, são-lhe criados obstáculos para se inserir no mundo do trabalho, pois, supostamente, faltar-lhe-iam a competência e a habilidade, consideradas imprescindíveis pelo capital”.

Ao longo desta tese de doutoramento, procurou-se refletir sobre a relação existente entre educação, mundo de trabalho e pessoa com deficiência. Uma relação que sugere espontaneamente a inclusão da pessoa com deficiência. Uma inclusão direcionada para o seu vínculo com o espaço no qual está inserido o desenvolvimento da sua identidade enquanto profissional, a sua qualidade de vida, autonomia e independência, e, conseqüentemente, a sua capacidade para ir além. Sobre essa reflexão, buscamos os sentimentos dos sujeitos da pesquisa sobre o lugar que ocupam hoje no mundo do trabalho.

Hoje eu gosto, também gostei bastante de trabalhar na seguradora e no Município de Queimados. Nos Municípios de São João de Meriti e de Mesquita eu não gostei de trabalhar. Graças a Deus eu entrei para o Instituto Benjamin Constant, eu já tinha trabalhado lá como professora substituta e voltei como efetiva. Hoje em dia eu trabalho lá com terceiro, quarto e quinto ano do Ensino Fundamental lá eu também

já trabalhei como tutor a distância de um curso de alfabetização através do sistema Braille. (Maria)

Quando eu fiz o vestibular que foi pra comunicação social e eu já queria fazer jornalismo eu fiz isso porque eu gostava de escrever, só isso; com o tempo e bem mais tarde eu fui descobrindo o poder da comunicação para quebrar barreiras, isso em tudo até no nosso relacionamento com a pessoa que tá com a gente, quantos relacionamentos não vão à frente por falta de comunicação ou por não ditos ou porque a pessoa acha que sabe o que a outra pensa então a comunicação é muito forte para quebrar barreiras. Eu falei há pouco que o meu problema maior não é ter é uma deficiência visual é a falta de acessibilidade e o preconceito; e o preconceito a gente quebra levando conhecimento, porque preconceito não é maldade preconceito é desconhecimento é o conceito anterior é o conceito que as pessoas têm sobre cegos quando elas não conhecem cegos então a gente quebra isso com a informação o meu trabalho é esse tanto nas palestras nos cursos no meu canal de YouTuber, na minhas redes sociais eu busco dialogar com a sociedade quebrando esse preconceito eu faço isso de uma forma leve tentando cativar as pessoas pra uma linguagem que ela não espero ouvir de uma pessoa cega por que um dos pré-conceitos que se tem a respeito de uma pessoa cega, é que nós somos triste, é que somos deprimido, é que nossa vida não presta, é que a gente fica procurando a cura, é que a gente não tem dependência e, eu procuro mostrar que não é isso, que nós temos sim, que nós antes de sermos cegos, nós somos pessoas e que têm cegos bons, cegos ruins, cegos de direita, de esquerda, enfim, tem gente de todo jeito, porque antes da deficiência nós somos pessoas humanas e eu busco mostrar que existe vida após a cegueira eu sou feliz eu moro sozinho eu comprei meu apartamento eu estou solteiro no momento mas eu tive relacionamentos que me preencheram totalmente de formas diferentes passei grande momentos já viajei, trabalho com o que eu amo então minha vida é muito mais realizada por assim dizer do que muitas pessoas que enxergam e que acham que tem que ter pena de mim por eu não enxergar. (Marcelo)

A fala de Marcelo nos leva ao entendimento que o acesso da pessoa com deficiência ao mundo trabalho com equidade, depende, também, da sua inclusão na Educação Superior, ou seja, no nível de ensino que não só o habilite, mas o qualifique para inclusão laboral e amplie seu conhecimento sobre sua posição na sociedade. Surge aí a urgência de uma educação para a emancipação, uma educação que oportunize a formação humana, o que significa dizer que há a necessidade de uma educação para a autonomia e para o esclarecimento.

É nesse sentido que Adorno (1995, p. 143) diz que, “(...) de um certo modo, emancipação significa o mesmo que conscientização, racionalidade”. É uma educação para o homem se orientar no mundo e retomar a sua humanidade, para a democracia, para a compreensão da realidade. Essa educação para o esclarecimento e para emancipação é uma tarefa que precisa ser efetivada a partir da primeira infância e deve ocorrer “[...] por meio da família, na medida em que é consciente, por meio da escola, da universidade” (ADORNO, 1995, p. 144).

Outros sentimentos dos sujeitos da pesquisa sobre o lugar que ocupam hoje no mundo do trabalho emergiram:

Sim, gosto de estar com as pessoas, auxiliar, ajudar no processo de desenvolvimento delas. A minha rotina é a de pensar e divulgar os projetos, auxiliar na ambientação dos jovens e das pessoas com deficiência, é mais um trabalho com pessoas do que administrativo. (Maurício)

Gosto, dou aula que mais adoro fazer. (Carla)

Sim. O trabalho me trouxe mais responsabilidades, compromissos e comunicação. (Luana)

Gosto, mas não é o que gostaria de estar trabalhando. Com o diploma em mãos, pretendo mudar de área. A minha rotina, hoje, de home office, é bem tranquila, com o horário flexível. Estou gostando bastante da nova experiência. (Valéria)

Valéria reforça a importância da formação, para buscar caminhos que efetivem sua realização pessoal no mundo do trabalho, isso representa, por si só, um valor constituindo-se em um projeto a ser alcançado. Sobre essa perspectiva, enfatizamos a importância da educação na determinação das possibilidades de trabalho, somada ao papel da atualização da produção e ao aumento da demanda por mão de obra qualificada.

Sim. Gosto muito da rotina administrativa onde posso auxiliar e dar sugestões de melhorias junto a coordenação. (Fátima)

O meu trabalho é verificar e fazer valer os direitos dos educandos inclusive das pessoas com deficiência, que é uma parte que eu gosto de trabalhar no sentido de levar a legislação de mostrar os direitos no caso da Educação Especial. Eu gosto muito do que eu faço, gosto muito de circular na supervisão. porque dá essa possibilidade de você puder ajudar alguém você fazer garantir o direito do aluno. É um trabalho que aqui em Três Rios a gente sempre diz que tudo cai nas costas da supervisão é um trabalho árduo, mas é um trabalho que eu gosto muito de fazer. Em suma eu gosto muito do que eu faço gosto de sentir que eu posso ajudar alguém dando legitimidade aquilo que está sendo feito você não é daquele jeito que a gente possa fazer do jeito que tem que ser feito eu adoro trabalhar na supervisão e acho super gratificante. (Eliane)

Gosto muito do que faço. Não vejo o fato de ser portadora de deficiência como um obstáculo para a realização de minhas atividades no meu setor de trabalho. (Marta)

Eu gosto muito da carreira que eu estou buscando. (Lucas)

Hoje fica difícil dizer, porque existe o gostar e o precisar. Eu preciso. (André)

Amo! Consigo trabalhar em equipe sem problemas, possuo amigadas, consigo dialogar com a chefia, executo minhas funções com carinho e atenção e dou treinamento para os novos técnicos de enfermagem da unidade onde trabalho. (Monique)

Eu amo demais da conta! Trabalho com inclusão, redes sociais, comunicação e outras coisas pontuais. Sou muito valorizada e respeitada por todos da empresa, o que me deixa mais segura para trabalhar. (Lara)

Gosto muito do meu trabalho, minha rotina é atendendo o público que chega no hospital. O trabalho é sempre o mesmo, às vezes, muda o setor. (Tatiana)

Gosto do meu trabalho. Minha rotina são as planilhas e os orçamentos. (Aline)

André foi o único a assumir que precisa do trabalho, sua narrativa nos induz à compreensão que existe uma insatisfação com o cargo ocupado. O diálogo desenvolvido com o participante nos levou a algumas causas que permitem essa insatisfação: a distância entre o trabalho a sua casa e falta de progressão laboral e salarial.

Cabe enfatizar que a relação escolaridade e qualificação das pessoas com deficiência interfere diretamente na remuneração recebida por esses indivíduos e nos postos de trabalho que estes ocupam. Sobre esse ambiente, é possível que uma relação entre baixa qualificação e baixa remuneração das vagas oferecidas às pessoas com deficiência se efetive.

Os relatos sobre o gostar da função desempenhada e do ambiente laboral confirmam o papel positivo do trabalho na vida do indivíduo. As pessoas entrevistadas deixaram clara a importância que o trabalho tem na organização e criação de rotinas diárias, bem como na orientação das relações sociais e dos seus projetos de vida. O trabalho não assumiu apenas uma conotação financeira, mas surgiu também como fonte de satisfação pessoal e com impacto nos relacionamentos interpessoais dos participantes.

5.3 Inclusão em educação e a valorização dos estudos no mundo do trabalho

5.3.1 Pessoas com deficiência inseridas no mundo do trabalho formal têm seus estudos valorizados?

A política voltada para educação traz, em seu interior, sinais de evolução. O que anteriormente preconizava o direito à educação, hoje busca responder aos desafios da diversidade humana, tendo como base a garantia de acesso e participação de todos os estudantes à escola, assim como à sociedade e, conseqüentemente, ao mundo do trabalho.

Para tanto, a Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI lembra que as políticas educativas devem ser suficientemente diversificadas e concebidas de modo a não serem mais uma causa de exclusão social (UNESCO, 1996).

Nesse sentido, cabe às escolas romper com a tradicional natureza elitista do sistema de ensino, que possibilita sucesso para alguns enquanto exclui outros. Esses legados estão basicamente enraizados nas escolas e na sociedade, por isso, não podem ser simplesmente subtraídos ou facilmente transformados por aqueles que planejam as reformas educacionais.

Quanto a isso, Adorno (2005, p. 2), enfatiza que as:

Reformas pedagógicas isoladas, indispensáveis, não trazem contribuições substanciais. Poderiam até, em certas ocasiões, reforçar a crise, porque abrandam as necessárias exigências a serem feitas aos que devem ser educados e porque revelam uma inocente despreocupação frente ao poder que a realidade extrapedagógica exerce sobre eles. Igualmente, diante do ímpeto do que está acontecendo, permanecem insuficientes as reflexões e investigações isoladas sobre os fatores sociais que interferem positiva ou negativamente na formação cultural, as considerações sobre sua atualidade e sobre os inúmeros aspectos de suas relações com a sociedade, pois para elas a própria categoria formação já está definida a priori.

Portanto, há de se pensar em caminhos, para que as reformas educacionais estimulem o protagonismo de todos os seus estudantes por meio de formação emancipadora, que as conduzam na busca por valorização em todas as suas instâncias.

Para tanto, Adorno (1995) ressalta que:

[...] não se deve esquecer que a chave da transformação decisiva reside na sociedade e em sua relação com a escola. Contudo, neste plano, a escola não é apenas objeto. A minha geração vivenciou o retrocesso da humanidade à barbárie, em seu sentido literal, indescritível e verdadeiro. Esta é uma situação em que se revela o fracasso de todas aquelas configurações para as quais vale a escola. Enquanto a sociedade gerar a barbárie a partir de si mesma, a escola tem apenas condições mínimas de resistir a isto. Mas se a barbárie, a terrível sombra sobre a nossa existência, é justamente o contrário da formação cultural, então a desbarbarização das pessoas individualmente é muito importante. A desbarbarização da humanidade é o pressuposto imediato da sobrevivência. Este deve ser o objetivo da escola, por mais restritos que sejam seu alcance e suas possibilidades (p.116)

Adorno persiste: “[...] quero que por meio do sistema educacional as pessoas comecem a ser inteiramente tomadas pela aversão à violência física” (1995, p. 165). A escola precisa ser o lugar onde se constrói sensibilidade, conhecimento, experiências genuínas e manter uma sociedade baseada na dignidade e no respeito às diferenças, pois enquanto o contrário acontecer a sociedade se manterá prejudicada pela falta de capacidade dos indivíduos de resistir a estratégias que levam a sua própria alienação.

Uma dessas estratégias é permitir que pessoas com deficiências ocupem lugares que estimulem sua potencialidade, diante dessa reflexão buscamos entender se a formação que elas

estão construindo, mesmo diante das barreiras que lhes são impostas cotidianamente, são valorizadas.

Eu ocupo um lugar de acordo com a minha formação, por causa de concurso público, mas entendo que isso não é a regra. Devido a minha formação encontro uma diversidade de oportunidades, por exemplo, recentemente fui convidada para fazer o conteúdo para disciplina de Educação Especial em uma Universidade, voltado pra parte de deficiência visual (...). É muito legal ocupar esse lugar, minha formação e experiência permitiu isso, mas fico muito triste quando vejo pessoas que têm capacitação, mas, quem não tem o reconhecimento, são subempregados, não só no salário, mais nas funções de confiança mesmo. Muitas pessoas não ocupam um lugar que podem ocupar por preconceito, eu lembro uma vez que um computador deu defeito numa empresa que eu trabalhei e eu fiquei três dias sem fazer nada esperando consertar, aí logo pensei vou ser mandada embora. E aí depois consertaram, porque não tinha outros computadores com meus programas instalados, hoje tá mais fácil porque tem alguns leitores de tela gratuito como o MVBA, mas foi uma coisa horrível. Eu já vi empresa que contratava pessoas com deficiência para ficar em casa, só para cumprir a cota, o que é muito triste, então a formação não importa para esse tipo de empresa. Mas, isso acontece porque na empresa não tem a função para ele? Não, é porque as pessoas não querem procurar, as pessoas não querem ter o trabalho inicial, não querem adaptar o ambiente de trabalho(...). Eu gostaria muito de ver essa situação mudar, mas infelizmente a coisa só retrocede, um exemplo disso é a recente lei as pessoas com mono visão, essa lei indica o fim para as pessoas que têm deficiência visual severa, a gente tem que dar um jeito de derrubar essa lei (...). Imagina! Que dificuldade uma pessoa que tem visão monocular, que enxerga perfeitamente com um dos olhos, tem para estudar, qual dificuldade ela tem para ler, qual dificuldade ela tem no trabalho? E essa pessoa agora será tida como deficiente, quem você acha que a empresa vai contratar daqui para frente? (Maria)

Maria traz uma observação que nos leva a ter a certeza de que não existe um critério para determinar se uma função é ou não compatível com a formação da pessoa com deficiência e sim determinada pela deficiência.

Quando eu fiz o vestibular, para comunicação social e, já queria fazer jornalismo, fiz porque gostava de escrever, só isso. Com o tempo eu fui descobrindo o poder da comunicação para quebrar barreiras, isso em tudo, até no nosso relacionamento com a pessoa que tá com a gente, quantos relacionamentos não vão à frente por falta de comunicação (...). então, a comunicação é muito forte, para quebrar barreiras. Eu falei há pouco que, o meu problema maior não é ter uma deficiência visual é a falta de Acessibilidade e o preconceito, e o preconceito a gente quebra levando conhecimento, porque preconceito não é maldade, preconceito é desconhecimento que as pessoas têm sobre cegos, quando elas não conhecem cegos, então a gente quebra isso com a informação. O meu trabalho é esse tanto nas palestras nos cursos no meu canal de YouTube nas minhas redes sociais. Eu busco dialogar com a sociedade quebrando esse preconceito, eu faço isso de uma forma leve tentando cativar as pessoas através de uma linguagem que ela não espera ouvir de uma pessoa cega, por que um dos pré-conceitos que se tem a respeito de uma pessoa cega, é que nós somos triste, é que somos deprimido, é que nossa vida não presta, é que a gente fica procurando a cura, é que a gente não tem dependência e, eu procuro mostrar que não é isso, que nós temos sim, que nós antes de sermos cegos, nós somos pessoas e que têm cegos bons, cegos ruins, cegos de direita, de esquerda, enfim, tem gente de todo jeito, porque antes da deficiência nós somos pessoas humanas e eu busco mostrar que existe vida após a cegueira eu sou feliz eu moro sozinho eu comprei meu apartamento eu estou solteiro no momento, mas eu tive relacionamentos que me preencheram totalmente de formas diferentes, já viajei, trabalho com o que eu amo.

Então minha vida é muito mais realizada, por assim dizer, do que muitas pessoas que enxergam e que acham que tem que ter pena de mim por eu não enxergar. (Marcelo)

Infelizmente, retornamos a questão do preconceito que dificulta o acesso e a permanência da pessoa com deficiência no trabalho. A empresa que, de fato, deseja incluir pessoas com deficiência deve adaptar suas atividades laborais, tornar sua estrutura acessível e capacitar sua equipe para que esta conheça as potencialidades e limitações da pessoa com deficiência. Enfim, incluir não é somente inserir a pessoa com deficiência dentro do mundo do trabalho, mas sim, criar as condições para que ela tenha as mesmas condições de desenvolver seus saberes/fazerem que os demais trabalhadores.

A quantidade de pessoas que conseguem não é grande, é bem pequena eu até acho que está crescendo, um bom caminho é o concurso público. Sobre vaga que ocupo (...) olha o que eu ganho, o que eu faço dá para uma pessoa que não tenha nível superior fazer, então, eu acho que poderia produzir muito mais, fazer muito mais e ser melhor remunerado, acho que a formação me ajudou no sentido da gente poder conversar um pouco melhor, a teologia trabalha também com a psicologia, mas acredito que, com certeza existe uma defasagem, não é só com o deficiente, mas existe sim uma defasagem entre o que eu faço e o que eu poderia fazer. (Maurício)

Acredito que essa é uma barreira que está distante de ser derrubada. Infelizmente, as vagas oferecidas são para trabalhos de simples execução, não querem contratar pessoas com deficiência para cargos altos, independente da formação. Mas, é preciso continuar estudando, porque como diz minha mãe, “para nós que não somos herdeiros a luta é contínua. (Aline)

Em relação aos postos de trabalho oferecidos às pessoas com deficiência no mundo do trabalho, a fala de Aline e Maurício afirmam que comumente envolvem baixa complexidade de tarefas, o que nos remete à falta de valorização da formação. Nesse sentido, voltamos à formação da sociedade como um todo, o que a escola tem feito para a construção de uma consciência social, que permita a construção de “pontes” que atravessem julgamentos centrados na incapacidade e na limitação da pessoa com deficiência? Reafirmamos que a educação para a emancipação está voltada a uma conscientização que transporte o homem a ações e tomadas de decisões com autonomia e esclarecimento.

Tenho alguns amigos que se formaram em áreas diferente das que conseguem trabalhar, por exemplo Engenharia, Administração, porque não são contratados para assumir vagas de acordo com a formação, sempre conseguem vaga para auxiliar. Então infelizmente, não temos nossa formação valorizada. (Carla)

Nem todas, infelizmente. (Luana)

Acredito que quando existir uma boa adequação de ambas partes, tanto dos deficientes quanto ouvintes, haverá a valorização de tudo. Vejo muitos casos onde nós deficientes somos tratados como coitadinhos, e por conta disso os serviços que

aparecem são leves ou de pouca relevância, por não acreditarem em nossa capacidade de realizar os mesmos e conseqüentemente em nossa formação. (Valéria)

A narrativa anteriormente mencionada se relaciona diretamente com a ideia de valorização da diversidade e negação de modelos e estereótipos preconcebidos. Por vezes, ter uma deficiência é dialogar diariamente com o estigma da incapacidade. Dessa forma, assumir-se enquanto pessoa capaz e produtiva é essencial na trajetória de inclusão e, sobretudo, é uma construção que deve ser alicerçada pela família e pela escola. Esse caminhar pode colaborar com a conscientização da sociedade, seja na construção de políticas públicas, seja no desenvolvimento do cotidiano das pessoas com os sem deficiência.

Não, muitas pessoas com deficiência são formadas e especializadas e não conseguem oportunidade de crescimento profissional. (Fátima)

Eu prestei um concurso público, então é diferente, mas, eu acho que na empresa privada o preconceito é mais acentuado eu acho que o deficiente é visto como diferente. Antes de fazer o concurso eu bati em muitas portas e não conseguia nenhuma vaga. Antes de fazer o concurso, só tive acesso ao mercado de trabalho através de pessoas que eu conhecia, ou que conhecia pessoas que poderiam me colocar para dentro, porque eu sozinha por mim mesmo eu não conseguiria. Então o mercado de trabalho não abre muitas portas para pessoa com deficiência, a não ser que você estuda muito. Faça um concurso ou conheço uma pessoa que tenha acesso a uma determinada empresa e conhece a sua formação, conhece a sua capacidade e te ajude (...). Você colocar um currículo e ser chamada é muito difícil, dificilmente as pessoas acolhem a pessoa com deficiência, sobretudo, considerando a sua formação e a sua qualificação. (Eliane)

Sim. Acredito que todos são capazes de realizar qualquer atividade que desejar. Acredito que se deve ter mais incentivo as pessoas que tem algum tipo de deficiência, pois não se deve julgar um profissional por sua aparência e sim por sua capacidade em realizar a atividade em que ele se candidatar. (Marta)

Encontramos na fala de Marta um protagonismo advindo de uma educação para resistência, uma reação de cuidado com a sua liberdade à medida que não aceita sofrer pela autopreservação de um sistema imposto pela sociedade capitalista. A inclusão em educação e a inclusão no mundo do trabalho ocorre através da participação dos indivíduos na busca pela justiça na sociedade e na rejeição da omissão diante da barbárie, que aqui se institui quando se julga um profissional por sua aparência.

Meu pai sempre me incentivou estudar, ele sempre disse que quanto mais estudo eu tiver, melhor seria para conseguir me colocar no mercado de trabalho, mas percebo que não há uma valorização desse estudo. (Lucas)

Acredito que essa valorização acontece para poucos, ela precisa acontecer para todos, tanto no meio trabalhista, quanto no meio escolar. (André)

Em partes, pois a Lei de Cotas é uma “porta de entrada” além da qualificação, mas é difícil, aparecer vagas com melhores condições de trabalho para nós deficientes,

estamos sempre sendo chamados para vagas onde a formação anterior não importa (...) conversando com amigos do serviço uma vez, mencionamos que somos privilegiados por estar trabalhando em uma vaga de acordo com o curso profissionalizante que fizemos. (Monique)

Monique traz ao contexto a Lei de Cotas, como ferramenta necessária, mas não suficiente porque a verdadeira inserção profissional envolve diferentes aspectos, como um ambiente de trabalho acessível e a ausência de comportamentos e condutas discriminatórias.

Entendemos que a instituição do sistema de cotas viabilizou possibilidades para que pessoas com deficiência ingressassem em funções que, muitas vezes, não são compatíveis à sua formação educacional, o que evidencia uma contradição com o discurso que, ao mesmo tempo que solicita a igualdade, cria políticas públicas que legitimam a desigualdade.

Sei que nem todos têm a sorte e oportunidade que tive e tenho, acredito que seja mais uma luta conseguir um emprego que valoriza a capacitação, o que é péssimo, já que nos esforçamos como ou mais que todos que possuem a mesma formação ou qualificação.” (Lara)

Em seus diálogos, Lara traz um posicionamento mais leve sobre a deficiência, contudo entende que sua condição está alicerçada por diferentes bases: família, educação e contexto social. Ou seja, ainda que o trabalho seja uma oportunidade de inclusão social, existe um fator determinante que é a organização da sociedade em classes. Se você tem deficiência, porém pertence a uma classe social mais privilegiada, do ponto de vista econômico, a deficiência não é tão determinante assim.

Acredito que cada pessoa se forma para uma coisa, eu acho que o deficiente físico não tem problema com isso, porque ele aprende da mesma forma. Mas, acho também que o estudo de ninguém está sendo valorizado nem das pessoas normais, quem dirá das pessoas com deficiência. (Tatiana)

Por fim, Tatiana esclarece que a inclusão no mundo do trabalho está alicerçada na apropriação de um saber formal, porém entende-se que a falta de oportunidades está à frente da formação que vem sendo possível e legitimada, haja visto o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que está suspenso em 2021, mas não revogado, que pretende substituir a política vigente até então, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) de 2008, o qual condena o direito à convivência entre as diferenças, segrega as pessoas com deficiência e deixa optativos programas de inclusão em educação, ou seja, não serão todas as escolas, e sim algumas, nas quais os recursos para o atendimento às demandas específicas dos estudantes serão concentrados.

Para além desse decreto, outro ataque que legitima a exclusão, o Projeto de Lei 6.159/19, que sugere alterações na Lei de Cotas para as pessoas com deficiência, que atualmente está regulamentada pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

O Projeto de Lei que inicialmente foi proposto em caráter de urgência pelo governo, caráter esse que 2021 está suspenso, permanece em fase de votação na Câmara e não extingue a obrigatoriedade de contratação de pessoas com deficiência, porém sugere a possibilidade de substituição da cota por recolhimento de dois salários mínimos mensais por cargo não preenchido e contratação de pessoa com deficiência por empresa diversa que tenha ultrapassado o número de contratações dessa modalidade, ou seja, que tenha contratado pessoas com deficiência em número que exceda a sua cota estabelecida; e, ainda, que o número excedido compense o número insuficiente da empresa que deixou de atingir a porcentagem obrigatória para cumprimento da cota.

As legislações propostas ferem direitos fundamentais; educação e trabalho, pois inviabilizam práticas inclusivas, fazem emergir a ideia de que pessoas com deficiência são incapazes de participar do espaço escolar e evidenciam uma conduta de não responsabilização pela eliminação de barreiras que limitam a participação efetiva e em igualdade de condições a pessoas sem deficiência.

Para Adorno e Horkheimer (2006, p. 24),

O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens. Este conhece-os na medida em que pode manipulá-los. O homem de ciência conhece as coisas na medida em que pode fazê-las. É assim que *em-si* torna *para-ele*. Nessa metamorfose, a essência das coisas revela-se como sempre a mesma, como substrato da dominação.

Se a ideia inicial era oportunizar melhores chances no mundo do trabalho para pessoa com deficiência, através da Leis de cotas e da Política Nacional de Educação Especial, os decretos propostos acabam por colaborar para que se alcance justamente o contrário do que se pretendia. Se a promessa era viabilizar caminhos para que as pessoas com deficiência se tornassem emancipadas, o que se conseguirá com propostas como o Decreto nº 10.502 e o Projeto de Lei 6.159/19, será o oposto.

Sobre essa perspectiva, e após a escuta de todas as narrativas, entendo que a escolarização exerce um papel determinante na inclusão de pessoas com deficiência e que a inserção no mundo do trabalho representa a oportunidade de possuir o conhecimento para

exercer sua profissão, socializar e construir emancipação. Entretanto, afirmo que as escolas, em todos os seus níveis/modalidades, precisam oferecer as pessoas com deficiência os saberes e fazeres necessários para que a inclusão no mundo do trabalho efetivamente aconteça.

Percebemos que a valorização da formação pretendida pela pessoa com deficiência é incipiente. Nesse sentido, afirmamos que a inclusão, fruto inato de uma sociedade diversa que busca em diferentes instâncias o aperfeiçoamento do processo democrático, deve ser construída para além da garantia de direitos fundamentais, como educação e trabalho. Mais que isso, deve reverter o cenário de negação de direitos às pessoas com deficiência, dessa forma ampliando a autonomia e a participação social.

Uma educação sem indivíduos é opressiva, regressiva. Mas, quando procuramos cultivar indivíduos da mesma maneira que cultivamos plantas que regamos com água, então isto tem algo de quimérico e de ideológico. A única possibilidade que existe é tornar tudo isso consciente na educação; por exemplo. Para voltar mais uma vez a adaptação, colocar no lugar de mera adaptação uma concessão transparente a si mesma onde isto é inevitável, e em qualquer hipótese confronta a consciência desleixada. Eu diria que hoje o indivíduo só sobrevive enquanto núcleo impulsionador da resistência.

Theodor Adorno

CONCLUSÕES

Tanto na escola quanto no mundo do trabalho, é possível perceber que as principais resistências à inclusão de pessoas com deficiência têm como origem a falta de informação, medo pelo desconhecido e o preconceito. Nessa perspectiva, Adorno (1995) nos afirma a necessidade de refletirmos sobre o modelo de educação que temos e o que queremos sob a perspectiva de combatermos os padrões preestabelecidos, que são determinados como ideais e levam-nos à alienação e à homogeneização.

Assim, para se resistir a um processo educativo que reproduz a alienação e, por consequência, nega a diversidade humana, é preciso que todos os envolvidos no processo educacional desenvolvam a compreensão sobre a necessária superação das barreiras que são postas à inclusão em educação, sendo para isso necessário, como propõe Adorno (1995), “a educação para a emancipação”.

O homem, utilizando-se da educação e da compreensão do seu papel na sociedade, terá a oportunidade de afastar-se da alienação e, com isso, maior liberdade no exercício de sua individualidade, manifestada nas mais variadas expressões da vida social, incluindo o trabalho.

Educação para emancipação, então, é caminho para que o mundo do trabalho seja objeto de autorrealização e crescimento, porque, se o contrário se efetiva, é retirada do sujeito humano a dignidade e o trabalho tornam-se alienado.

Nesse ambiente, pode-se dizer que o problema da alienação é ontológico, ocasionada por uma condição social historicamente localizada, que faz com que a possibilidade de aut mediação, própria de cada sujeito, volte-se contra eles mesmos.

Em primeiro lugar, o trabalho é exterior ao trabalhador, quer dizer, não pertence à sua natureza; portanto, ele não se afirmar no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. O seu caráter estranho ressalta claramente do fato de se fugir do trabalho como da peste, logo que não exista nenhuma compulsão física ou de qualquer outro tipo. O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de mortificação. Finalmente, a exterioridade do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é o seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, de que no trabalho ele não pertence a si mesmo, mas a outro. [...] Pertence a outro e é a perda de si mesmo. (ADORNO/HORKHEIMER, 2006, p. 162)

À luz do pensamento de Adorno, entendemos que o indivíduo alienado está condicionado a elos invisíveis e a Leis, que unem esse indivíduo à sociedade e fazem interseções em diferentes aspectos de sua vida, modelando seu caminho e seu destino. Nesse ambiente, a estratégia é a desalienação, que deve ser construída ainda no capitalismo, lutando por uma consciência verdadeira, que leve o homem a buscar a sua humanidade e sua emancipação.

Entretanto, a emancipação não pode ser pensada de maneira ingênua, pelo contrário, ela precisa ser concebida sobre o arranjo social. Adorno (1995) enfatiza que “emancipação significa o mesmo que conscientização, racionalidade”.

A conscientização é o caminho para que a sociedade se institua igualitária. Sobre essa perspectiva, ainda que existam diferenças entre os indivíduos, possibilidades de escolha para aqueles que querem estudar e trabalhar precisam ser oportunizadas.

Frente a esse cenário, a proposta de investigação, neste estudo intitulado “Inclusão em perspectiva: será a escola a “ponte” entre a pessoa com deficiência e o mundo do trabalho?”, foi compreender e debater sobre como as políticas inclusivas têm se instituído na escola regular, para que pessoas compreendam as relações sociais de produção, ou seja, compreendam a relação existente entre capital e a movimentação para o mundo do trabalho e, sobretudo, como essas políticas alicerçam a saída da escola e a inclusão no mercado de trabalho (formal e informal).

Sobre esse olhar, afirmamos que qualquer debate acerca de metas educacionais é necessário que não se permita o cometimento da reprodução da barbárie. Por isso, Adorno afirma que:

Este deve ser o objetivo da escola, por mais restrito que sejam seus alcances e suas possibilidades. E para isso ela precisa se libertar dos tabus, sob cuja pressão se reproduz a barbárie. O *pathos* da escola hoje, a sua seriedade moral, está em que, no âmbito do existente, somente ela pode apontar para a desbarbarização da humanidade, na medida em que se conscientiza disto. (ADORNO, 1995, p. 117).

Dessa maneira, retornamos às questões de estudo apresentadas nesta pesquisa, caracterizando as possibilidades e desafios postos nos “caminhos” da escola até o mundo do trabalho para pessoa com deficiência. Sobre essa perspectiva, para responder às nossas três primeiras questões de estudos, pesquisamos a trama histórico-política das políticas de Educação Inclusiva no Brasil e o mundo do trabalho:

- Sobre as Políticas educacionais que se relacionam com a formação para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência, buscamos por meio da análise documental conhecer e refletir as que fomentam a inclusão social das pessoas com deficiência. Sobre isso, entendemos que mudanças advindas das legislações impulsionam transformações que refletem nos modos de pensar e realizar a escolarização das pessoas com deficiência, estabelecidos historicamente. Contudo, na busca por oferecer uma educação para todos, percebe-se o risco de se produzir a indiferença, que pode estabelecer uma nova forma de segregação, capaz ou não de persistir nos processos de inclusão em educação e no mundo do trabalho;
- No que se refere aos dispositivos legais existentes no âmbito da relação educação e trabalho, que contribuem para inclusão social da pessoa com deficiência, concluímos que as ideias propostas corroboram com a efetivação de que uma política pública não escapa às raízes históricas que marcam a constituição de uma nação e, assim sendo, as metamorfoses da exclusão persistem na possibilidade de se (re)construírem, provocando conflitos e dúvidas as quais acabam por dar clareza aos aspectos segregativos que dificultam a conquista da dignidade humana. Dessa forma, percebemos a necessidade de se afirmar políticas, legitimadas por legislações e efetivadas por decretos, que garantam princípios democráticos no que tange aos direitos sociais da pessoa com deficiência. Assim, ao considerar aquilo que persiste em reaparecer, torna-se constante o fomento a movimentos e reflexões que busquem inibir atitudes discriminatórias, de modo que as políticas reafirmem o princípio inclusivo,

comprometido com o social e a ética, elementos essenciais ao exercício da função educativa e a materialização do direito a experiências formativas como o trabalho;

- No que tange à implementação de políticas públicas pela escola regular no processo de inclusão da pessoa com deficiência, entendemos que as mesmas políticas são implantadas de maneira incipiente. Infelizmente as escolas não ultrapassaram o princípio da inclusão e chegaram ao princípio da não exclusão através da inclusão em educação, o que reforça a proposição de que uma educação dita inclusiva é desafiadora para a sociedade e para as instituições de ensino, quando consideramos o percurso de estigmatização social experimentado pelas pessoas com deficiência;

A partir da quarta questão de estudo, buscamos contemplar os objetivos da pesquisa por meio das narrativas dos participantes.

- Sobre como se estabelece, do ponto de vista legal/político, a passagem da escola para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência, as narrativas nos levam à reflexão que a escola alicerça a construção para essa passagem de forma propedêutica, ou seja, introduz processos de construção do conhecimento, porém não se aproxima diretamente do mundo do trabalho, o que leva à alienação. Por meio das narrativas dos participantes, foi possível refletir sobre os caminhos que revelam suas visões no que se refere ao lugar da educação, o que permitiu a reflexão sobre onde estavam os verdadeiros entraves que dificultam o ingresso no mundo do trabalho. Assim, propomos mudanças pontuais nos currículos escolares, a fim de que todas as demandas específicas de aprendizagem sejam atendidas e para que a relação entre educação e trabalho se efetive não só em nosso imaginário. A ideia de padronização de práticas pedagógicas que perduram até hoje precisa ser superada, para que processos de exclusão social nas organizações educacionais e do mundo do trabalho se reduzam, até sua completa eliminação;
- No que se refere à construção de um “ideário trabalhista” para a pessoa com deficiência, observou-se que os princípios de igualdade postos nas legislações, os quais dão ênfase à necessidade de se atender as demandas ocasionadas pela exclusão social, estão alicerçados mais como medidas atenuantes do que efetivas, à medida que as oportunidades de emprego são restritas no sentido de que se percebe, por vez, maior preocupação com o âmbito legal da contratação da pessoa com deficiência, em detrimento da própria inclusão social desse público, o que infelizmente pode significar apenas uma inclusão formal, em detrimento à inclusão de fato. Nessa perspectiva,

- alguns sujeitos afirmaram que a escola não foi capaz de atender as expectativas para o ingresso no mundo do trabalho, porém o sistema de cotas viabilizou a colocação no mercado. Observamos que as pessoas com deficiência, sujeitos da pesquisa, que estão inseridas no mercado de trabalho formal por meio das cotas, apesar de enfatizarem que o sistema não está preparado para atender suas demandas específicas, e que não reconhecem que a escola tenha construído “pontes” para o mundo do trabalho, afirmam que foi o conhecimento alicerçado nesse ambiente que proporcionou melhores condições profissionais, o que evidencia uma contradição, ou seja, ao mesmo tempo em que percebem que a escola não os estimulou explicitamente pensar sobre o trabalho, declaram que os conhecimentos construídos foram fundamentais para sua autonomia;
- Sobre a inclusão no mundo do trabalho, entendemos que a colocação nessa instância é um desafio enorme. Dentre os entrevistados, a maioria está inserida no mercado formal, mas o caminho não foi fácil para todos, visto que barreiras como a falta de acessibilidade e o preconceito apareceram de forma contundente em todos os depoimentos sobre a primeira vaga de emprego e sobre o lugar que hoje ocupam. Entende-se que para que a passagem da escola para o mundo do trabalho se efetive de forma factual é necessário que as capacidades reais desse público sejam consideradas. É preciso que se enxergue o profissional e não a deficiência. Assim, a educação precisa contribuir para o processo de formação e emancipação, criando condições em que os indivíduos conquistem a autonomia e, conseqüentemente, o mundo do trabalho. Considerando a conquista do primeiro emprego, o desconhecimento de alguns sobre a Lei de Cotas, mesmo que a tenham utilizado para adquirir uma vaga laboral, levou-nos a refletir sobre o papel da escola em todas as seus níveis e, concluímos a urgência de pensar sobre um currículo escolar que minimize a barbárie instituída pela falta de conhecimento sobre direitos fundamentais, como o trabalho. Ainda sobre a Lei de Cotas, depreende-se que a mesma Lei impõe barreiras para pessoas, quando concilia competência e deficiência, pois não considera por exemplo, a eficiência da pessoa com deficiência. Entendemos, ainda, que a contratação por meio de cotas, oportunizada de forma isolada não é capaz de reduzir a exclusão no mundo de trabalho, é necessária uma educação direcionada para o encontro da autonomia, do esclarecimento e da consciência verdadeira sobre as funções laborais. Reconhecemos, assim, a dualidade do sistema produtivo regido pelo capital, visto que existe a consciência acerca das transformações realizadas a partir da Lei de Cotas, pois alguns participantes afirmaram ter conquistado seu primeiro emprego a

partir da Lei. Isto pode ser entendido como uma forma de buscar a inclusão, subtraindo assim, o assistencialismo de mecanismos como Benefício da Prestação Continuada (BPC). Dessa maneira, as pessoas com deficiências, que optam por se incluir no mundo do trabalho, têm como motivações a autonomia financeira, a possibilidade de sustentar/contribuir com as despesas da família e a sensação pertencimento à sociedade. É assim que a inclusão vai construindo bases, derrubando barreiras e solidificando-se. Verifica-se isso quando temos narrativas acerca dos bons relacionamentos entre as pessoas com deficiências e os colegas de trabalho. Além desses aspectos, com relação à inclusão no mundo do trabalho, as pessoas com deficiência destacam que, para se chegar aos cargos superiores, a condição da deficiência é determinante, ou seja, dependendo da deficiência as mesmas pessoas ficam limitadas aos cargos inferiores. No que diz respeito à preparação do mercado de trabalho para receber a pessoa com deficiência, ou seja, se o ambiente onde trabalham é acessível, a maioria respondeu que não. Entendemos que o mundo do trabalho mantém uma visão assistencialista e preocupa-se mais em cumprir cotas, esquecendo de proporcionar uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento profissional. Não existe, por parte do mercado de trabalho, uma consciência voltada para o ajustamento do ambiente de trabalho, tornando-o acessível, para que a pessoa com deficiência execute sua função com mais eficiência. Em relação à discriminação no mercado de trabalho, entende-se que existe situações “camufladas”. Há empresas que procuram justificar situações discriminatórias e pessoas que impõem barreiras atitudinais, cabendo à pessoa com deficiência a desconstrução da visão de que não é capaz. Assim, concluímos sobre a subcategoria de estudo “Experiências no mundo do trabalho: barreiras, acessibilidade e preconceito, que as pessoas com deficiência sofrem com a falta de acessibilidade, mas sobretudo, com as barreiras atitudinais ainda existentes em nosso cotidiano. Porém, em relação à vaga ocupada no mundo do trabalho, a remoção de suas limitações se alicerça na força que as mesmas reúnem enquanto agentes de transformação, força essa cuja origem, em muitos casos, é pela maturidade alcançada ao longo da vida e da escola. Sobre esta perspectiva, completamos que relação entre escola e mundo do trabalho é positiva, à medida que a maioria dos sujeitos da pesquisa indicaram que a escola propicia a oportunidade de ingressar no mundo do trabalho. Contudo, entendemos que as oportunidades, presentes no mundo do trabalho, derivam das exigências do mercado dadas pela cobrança de um diploma e não da formação. Neste estudo, também entendemos que as relações construídas entre escola e

mundo do trabalho são mutuamente dependentes, porém é necessário que se conheça a responsabilidade de cada espaço/instância formativa;

- Por fim, ao pensar se as pessoas com deficiência inseridas no mundo do trabalho formal têm seus estudos valorizados, concluímos que a inclusão é contraditória no que diz respeito às práticas sociais que ao longo do tempo foram sendo construídas, ora de forma retilínea, ora num movimento variável retrogrado. O conflito reside nas características individuais das pessoas com deficiência, no processo de escolarização e na formação para o trabalho. A padronização das práticas pedagógicas intensifica processos de exclusão social. Essa afirmativa se legitima quando a escuta das narrativas nos revelou a luta para que a formação adquirida no processo de escolarização seja reconhecida pelo mundo do trabalho. A luta constante, instituída por diferentes tramas histórico-políticas, leva-nos ao entendimento de que a construção de “pontes” para o mundo do trabalho por meio da educação se estende como sinalizações e buscas em diferentes movimentos legais que encontram atritos nos preconceitos sobre a deficiência, o que pode ser afirmado com base nas narrativas. Cabe enfatizar que, mesmo não sendo um ponto tratado nesta pesquisa, a diferença de classes também tensiona o lugar de fala ocupado pela pessoa com deficiência, pois a deficiência não é tão condicionante quando se pertence a uma classe social mais abastada. Sobre esse cenário, à luz das narrativas, concluímos que a pessoa com deficiência tem seus estudos valorizados quando aprovadas em concursos públicos, amparadas por familiares e/ou amigos, ou conquistam o mercado informal com sua força intelectual. Diante dessa reflexão, propõe-se a efetivação do emprego apoiado¹⁸, em que os interesses laborais da pessoa com deficiência sejam considerados juntos com sua formação.

Nas escolas, como elucidado pelos participantes da pesquisa, percebe-se a necessidade da utilização de pedagogias diferenciadas, de qualificação docente e de orientação sobre a deficiência e diversidade e, no mundo do trabalho, percebe-se a falta de vagas que valorizem a formação, a qualificação para trabalhar com a diversidade e, por muitas vezes, a comunicação com a pessoa com deficiência. Ressalta-se, porém, que as dificuldades aqui expostas não

¹⁸ O Emprego Apoiado é uma metodologia que visa à inclusão no mercado competitivo de trabalho de pessoas em situação de deficiência mais significativa. A modalidade respeita e reconhece suas escolhas, interesses, pontos fortes e necessidades de apoio. Disponível em <http://www.movimentodown.org.br/2019/03/voce-sabe-o-que-e-emprego-apoiado/>

devem ser encardas apenas como denúncias, mas sim como proposições para soluções que beneficiarão às pessoas com deficiência e a toda sociedade.

A educação crítica precisa atender a uma perspectiva de resistência. Nessa linha de raciocínio, Adorno afirma que

Creio que filosoficamente é muito bem possível criticar o conceito de uma razão absoluta, bem como a ilusão de que o mundo seja o produto do espírito absoluto, mas por causa disto não é permitido duvidar de que sem o pensamento, e um pensamento insistente e rigoroso, não seria possível determinar o que seria bom a ser feito, uma prática correta. Simplesmente vincular a crítica filosófica do idealismo com a denúncia do pensamento constitui para mim um sofisma abominável, que precisa ser exposto com clareza para levar a este mofo finalmente uma luz que possibilite sua explosão (1995, p, 174)

Com a intensão de concluir a nossa questão de pesquisa sobre “a escola regular ter alicerçado a construção de um “ideário trabalhista” para a pessoa com deficiência”, entendemos que as pessoas com deficiências percebem uma descontinuidade nesse processo, visto que identificam a importância da escola como meio social e de construção de conhecimento, porém o que ali se constrói não será, obrigatoriamente, requerido no mundo do trabalho de maneira geral. E o que se solicita no trabalho não se baseia no que a escola tem oportunizado.

Assim, a ideia de que somente a escola prepara para o mercado de trabalho não é aceita pela maioria dos sujeitos, seja pelo fato de acreditarem que não seja realmente suficiente, ou por perceberem que não lhes é exigido muito mais que isso. Complementando essa realidade, alguns participantes destacaram a necessidade de outros tipos de qualificação, dadas as exigências do mundo do trabalho. Com isso, ressaltam dialogicamente a importância da escola e a sua insuficiência.

A partir dos diálogos realizados neste estudo, acreditamos ter colaborado para o avanço das pesquisas sobre questões de inclusão em educação e no mundo do trabalho para as pessoas com deficiências. Isso porque a proposta de investigação, que aqui é apresentada, deu voz às próprias pessoas com deficiências que ao longo dos anos, tal como na indicação da pesquisa bibliográfica levantada inicialmente, foram silenciadas.

Nesse sentido, buscou-se entender os processos de inclusão na escola por meio daqueles que passaram por ela e que puderam relatar as suas impressões quanto ao processo inclusivo, permitindo assim avanços na afirmação de uma escola e trabalho emancipadores.

Finalizando, trazemos algumas reflexões possíveis sobre a inclusão em educação e a inclusão no mundo do trabalho das pessoas com deficiência. Entendemos que, por vezes, elas são postas em contextos estereotipados. Que as narrativas a seu respeito se limitam a negação da autonomia, do esclarecimento, da construção de uma consciência verdadeira e sobre a exploração da deficiência, instituindo-se sobre essa perspectiva sentimentos de pena ou de motivação por aqueles que não têm deficiências aparentes. Cabe ainda a reflexão sobre a surpresa por parte de muitas pessoas quando entendem que pessoas com deficiência possuem liberdade e capacidade para viver em qualquer ambiente social, desde que a elas seja oportunizado condições de interação e socialização condizentes com suas demandas humanas.

Assim, conclui-se que escolas são “pontes” para todos os mundos, sendo energia que se transforma. No entanto, mudanças precisam acontecer considerando os limites encontrados no processo educativo com vistas a inclusão no/para o mundo do trabalho. Nesse ambiente, gostaríamos de propor alguns encaminhamentos que, a princípio, podem ser possíveis.

O primeiro deles diz respeito à ressignificação sobre a ideia de atenção à diversidade por meio da discussão, pois apenas a inserção da pessoa com deficiência no ensino regular não resolve a questão da exclusão. Assim, para que se garanta o que está instituído pelas políticas públicas de inclusão é preciso que se promovam, nas escolas, ações que estimulem todos os envolvidos no processo de construção de conhecimento a admitir o processo de inclusão e suas bases/fundamentos culturais, políticos e práticos.

O segundo, é a busca por estratégias que minimizem as barreiras postas à inserção no mundo do trabalho, após a formação inicial proporcionada pela escola e outras intuições de ensino como a Universidade, a fim de que todos tenham seus estudos valorizados. Sobre essas perspectivas, propomos a efetivação do emprego assistido, por meio da concretização no mundo do trabalho de ambientes inclusivos, que possam receber todas as pessoas, em vez de treinar indivíduos com deficiência para executarem tarefas básicas e rotineiras. Assim, como estratégia sugerimos a promoção e o acompanhamento de programas específicos em escolas e empresas que visem à profissionalização das pessoas com deficiências, com debates sobre a temática “educação para todos”, nos quais serão propiciados momentos formativos para estudantes e docentes se aproximem epistemicamente do contexto da relação “educação e diversidade”.

Enfim, invocamos o pensamento de Adorno (1995), cotejando ao estudo realizado:

Sugiro neste ponto uma pequena relação histórica. A importância da educação em relação à realidade muda historicamente. Mas ocorre o que eu analisei há pouco – que a realidade se tornou tão poderosa que se impõe desde o início aos homens –, de forma que este processo de adaptação seria realizado hoje de um modo antes automático. A educação por meio da família, na medida em que é consciente, por meio da escola, da universidade teria neste momento de conformismo onipresente muito mais a tarefa de fortalecer a resistência do que fortalecer a adaptação. Se posso crer em minhas observações, suporia mesmo que entre os jovens e, sobretudo, entre as crianças encontra-se algo como um realismo supervalorizado – talvez o correto fosse: pseudo-realismo – que remete a uma cicatriz. Pelo fato de o processo de adaptação ser tão desmesuradamente forçado por todo o contexto em que os homens vivem, eles precisam impor a adaptação a si mesmo, e, nos termos de Freud, identificando-se o agressor. A crítica deste realismo supervalorizado parece-me ser uma das tarefas educacionais mais decisivas a ser implementadas, entretanto, já na primeira infância.

Nesse sentido, mesmo entendendo os desafios postos pela inclusão, é preciso que a escola permita a compreensão da importância da inclusão das pessoas com deficiência, pois, só assim, pautado nesse entendimento, é que se abre espaço para as mudanças e realizações no âmbito da educação que se pretende democrática e para o mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação. s.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

_____. Palavras e Sinais. Tradução: Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. Três estudos sobre Hegel. Tradução de U. Razzante Vaccari. São Paulo: Unesp, 2007, p. 96-97.

_____. Teoria da semicultura. Educação e Sociedade, Campinas, CEDES, 2005.

_____. Tempo livre. In: _____. Indústria cultural e sociedade. 5. ed. Tradução de Maria Helena Ruschel. São Paulo: Paz e Terra, 2009. p. 71.

_____. Teoria da Semiformação. In: PUCCI, B; A. ZUIN, A. (Orgs.). Teoria crítica e inconformismo: novas perspectivas de pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2010.

_____. Introdução à “A Personalidade Autoritária” [1950] *. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/Theodor_Adorno_-_Introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_%E2%80%9CA_Personalidade_Autorit%C3%A1ria%E2%80%9D.htm?1349567439 Acesso em: 03 outubro. 2021.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas ciências naturais e sociais. São Paulo: Pioneira, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

_____. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

_____. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm>.

_____. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213cons.htm

_____. Decreto nº 591, de 06 de julho de 1992. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - PIDESC. Adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 19 de dezembro de 1966, e ratificado pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992, aprovado no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 226, de 12 de dezembro de 1991, e promulgado pelo decreto nº 591, de 6 de julho de 1992.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 de dezembro 1993.

_____. Lei Nº 10.098, de 23 de março de 1994. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida.

_____. Decreto nº 1.744 de 8 de dezembro de 1995. Regulamenta o Benefício de Prestação Continuada devido à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. Diário oficial da União 1995

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9394/96). 20 de dezembro de 1996.

_____. Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. Aprova o regulamento da previdência social, e dá outras providências. Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 maio 1999. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/D3048.htm>>.

_____. Neri, M. J, Camargo, M, Cortez M. R. MERCADO DE TRABALHO NOS ANOS 90: FATOS ESTILIZADOS E INTERPRETAÇÕES. Rio de Janeiro, Ipea, Texto para discussão, Nº 743, 2000.

_____. Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001c. BRASIL.

_____. Resolução nº 2 que institui as Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica, Ministério da Educação/ SEESP, Brasília, 11 de setembro de 2001.

_____. Parecer CNE/CP9/2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2001. BRASIL

_____. MEC/SEESP. Educação inclusiva: Direito à Diversidade: Documento Orientador. SEESP: Brasília, 2004.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília, 2006.

_____. Decreto nº. 6.094 de 24 de abril de 2007, Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, DF. Abril de 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Documento Base. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

_____. Decreto nº. 6.571, de setembro de 2008. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, regulamenta o parágrafo único do Art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Diário Oficial da União. Brasília, 2008.

_____. Lei nº 11892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008.

_____. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, janeiro de 2008.

_____. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação B Decreto N° 6.949, de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007. Organização das Nações Unidas – ONU. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm

_____. Lei 12.470/2011 (LEI ORDINÁRIA) 31/08/2011. Que altera os arts. 20 e 21 e acrescenta o Art. 21-A à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - lei orgânica de assistência social, para alterar regras do benefício de prestação continuada da pessoa com deficiência.

_____. Decreto nº 7611, de 17 de novembro de 2011.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. “Censo escolar da Educação Básica 2012, Resumo técnico”. Brasília, INEP, 2013

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br>> Acesso em 18 set. 2021.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. 2. Ed. Brasília: MTE/SIT, 2007.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília

_____. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 24 novembro 2020.

_____. Jaccoud, L, Mesquita, A. C, Paiva. A. B. O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE. Rio de Janeiro, Ipea, Texto para discussão, Nº 2301, 2017.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2019: notas estatísticas. Brasília, 2020.

_____. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm.

CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. PL 6159/2019. Disponível em:< <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2230632> >. Acesso em: 10 de novembro de 2021

CARVALHO, R. E. Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2006.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, 611 p.

COSTA, Valdelúcia Alves da & DAMASCENO, Allan Rocha. Políticas de Educação Especial: as demandas por inclusão na sociedade contemporânea. Anais eletrônicos do IV Congresso Brasileiro de Educação Especial. São Carlos, 2010.

COSTA, Valdelúcia Alves da. Os processos de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais: políticas e sistemas. Rio de Janeiro: UNIRIO/CEAD, 2007

_____. Formação e Teoria Crítica da Escola de Frankfurt: trabalho, educação, indivíduo com deficiência. Niterói, RJ: EDUFF, 2005.

_____. A formação na perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade: as experiências dos trabalhadores deficientes visuais do serviço federal de processamento de dados. 2001. Tese (Doutorado, Programa de Educação, História e Filosofia da Educação) –Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001^a, p. 201

CROCHIK, José Leon. O Desencanto Sedutor: A Ideologia da Racionalidade TECNOLÓGICA. Revista Inter Ação, 28(1), 15-35. (2007). <https://doi.org/10.5216/ia.v28i1.1438>

CROCHIK, José Leon. O conceito de preconceito e a perspectiva da teoria crítica. In: Perspectivas teóricas acerca do preconceito [S.l: s.n.], 2008.

_____. Preconceito, indivíduo e cultura. São Paulo: Robe Editorial; 1995

_____. Preconceito, indivíduo e sociedade. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 47-70, dez. 1996. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000300004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 nov. 2021

CROCHÍK, J. L.; GIORDANO, R. TEORIA CRÍTICA, FORMAÇÃO, INDIVÍDUO E PRECONCEITO: UM OLHAR SOBRE AS ESCOLAS DA REGIÃO NORTE (PA/BR). *Revista Inter Ação*, [S. l.], v. 40, n. 3, p. 607–642, 2015. DOI: 10.5216/ia.v40i3.20931. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/20931>. Acesso em: 3 nov. 2021.

DAMASCENO, Allan Rocha. Educação inclusiva e organização da escola: projeto pedagógico na perspectiva da teoria crítica. Niterói, RJ:EDUFF, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, Campinas: Autores Associados, 2009.

GLAT, Rosana. *Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental*. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. O método de história de vida em pesquisas sobre autopercepção de pessoas com necessidades educacionais especiais. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 22, n. 34, p. 139-154, maio/ago. 2009.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: Horkheimer, Max e Adorno, T.W, *Textos escolhidos*. Traduções Zeljko Loparic[et al] – 5. Ed. – São Paulo: Nova cultural, 1991 – (Os Pensadores)

HORKHEIMER, M; ADORNO, T W. Preconceito. In: HORKHEIMER, M; ADORNO, T W. (Org.). *Temas básicos de sociologia*. São Paulo: Editora Cultrix, 1978. p. 172-183

HORKHEIMER, M. *Filosofia e teoria crítica*. São Paulo, Nova Cultural, 1989a. (Coleção Os Pensadores)

_____. *Teoria tradicional e teoria crítica*. São Paulo, Nova Cultural, 1989b. (Coleção Os Pensadores)

_____. *Eclipse da razão*. 7ª edição. São Paulo; Centauro, 2007.

Teoria tradicional e teoria crítica. In: Horkheimer, Max e Adorno, T.W, *Textos escolhidos*. Traduções Zeljko Loparic[et al] – 5. Ed. – São Paulo: Nova cultural, 1991 – (Os Pensadores)

_____. *Teoria crítica: uma documentação / Max Horkheimer; tradução Hilde Cohn*. -- São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo, 2006- (Coleção estudos; 77)

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA J. F.; TOSCHI M. S.; *Educação escolar: políticas estrutura e organização*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação)

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MARCUSE, Herbert. *Os fundamentos da teoria dialética da sociedade*. In: _____. *Razão e revolução*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1967.

MAZZOTTA, Marcos J.S. *Trabalho docente e formação de professores de educação especial*. São Paulo: EPU, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, F. (1981). *A ideologia alemã*. 4. ed. Portugal: Presença; Brasil: Martins Fontes.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985

MATOSSO, J. *A terceira revolução industrial e mundo do trabalho*. In: *A desordem do trabalho*. 1995, p. 69-120.

Pucci, B. (1994). *Teoria crítica e Educação*. In: *Teoria Crítica e Educação. A questão da formação cultural na Escola de Frankfurt*. Petrópolis, RJ. Editora Vozes.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

APÊNDICE

Apêndice 1

DIALÉTICA DA INCLUSÃO: SERÁ A ESCOLA A “PONTE” ENTRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O MUNDO TRABALHO?

Mônica Alves de Matos Pereira

Orientação: Allan Rocha Damasceno

Quadro de coerência: objetivos-questões-entrevista

Objetivos	Questões de estudo	Entrevista
Analisar as políticas educacionais que se relacionem com a formação para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência;	1) Quais são as políticas educacionais que se relacionam com a formação para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência? 2) A escola regular tem implementado tais políticas no processo de inclusão da pessoa com deficiência?	Não há questões, pois para se atingir este objetivo o procedimento de coleta de dados é a <u>análise legal/documental e o levantamento bibliográfico de estudos na área</u>
Caracterizar, com base na análise das políticas públicas de educação inclusiva, o processo de transição da educação formal (escola) para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência	3) Os dispositivos legais existentes no âmbito da relação educação e trabalho contribuem para inclusão social da pessoa com deficiência? De que forma?	Não há questões, pois para se atingir este objetivo o procedimento de coleta de dados é a <u>análise legal/documental e o levantamento bibliográfico de estudos na área</u>
Identificar potenciais relações entre políticas educacionais e trabalhistas no âmbito da inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiências;	4) Como se estabelece, do ponto de vista legal/político, a passagem da escola para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência?	O objetivo (4) é atingido usando como procedimento de coleta de dados a <u>análise legal/documental e o levantamento bibliográfico de estudos na área</u>

<p>Caracterizar itinerários formativos de pessoas com deficiência, sujeitos deste estudo, da escola ao mercado de trabalho.</p>	<p>5) A escola regular alicerçou a construção de um “ideário trabalhista” para a pessoa com deficiência? Como têm sido estas experiências?</p>	<p>1) Fale sobre as suas experiências da escola até o trabalho que ocupa hoje.</p> <p>2) Na sua experiência, você consegue relacionar o seu processo de formação/escolarização com o seu “lugar” no mercado de trabalho? (Você foi “preparado” pela escola para ocupar um “lugar” no mercado de trabalho?)</p> <p>3) No seu trabalho, você foi contratado para ocupar alguma vaga destinada a cota de pessoa com deficiência?</p>
<p>Caracterizar, a partir da formação educacional, os desafios encontrados por pessoas com deficiências para entrar no mundo do trabalho</p>	<p>6) Em qual seguimento (formal ou informal) do mundo do trabalho a maioria das pessoas com deficiência se estabelece?</p> <p>7) As pessoas com deficiência inseridas no mundo do trabalho formal têm seus estudos valorizados?</p>	<p>4) Você está inserido no mercado de trabalho formal ou informal? Fale sobre o seu trabalho.</p> <p>5) Como foi a conquista do seu primeiro trabalho? Narre suas experiências.</p> <p>6) Existem barreiras para as pessoas com deficiências ingressarem no mercado de trabalho? Quais foram as que você enfrentou?</p> <p>7) Existe acessibilidade no seu ambiente de trabalho? Fale sobre estes</p>

		<p>tipos/níveis de acessibilidade.</p> <p>8) Você gosta do seu trabalho? Narre suas experiências sobre sua rotina.</p> <p>9) Como é a sua convivência no seu ambiente de trabalho? Qual a sua percepção sobre as outras pessoas em relação a você ter uma deficiência e trabalhar?</p> <p>10) Você acredita que pessoas com deficiência conseguem empregos de acordo com sua qualificação/formação? Fale sobre a valorização dos estudos da pessoa com deficiência.</p> <p>11) Você já sofreu preconceito no seu ambiente de trabalho? Narre suas experiências.</p>
--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Apêndice 2

Questionário

Identificação do Participante

Nome (opcional): _____ Idade: ____

Gênero: () feminino () masculino

Profissão: _____

Onde trabalha (opcional) _____

1- Tipo de Deficiência:

1- () Auditiva;

2- () Intelectual

3- () Visual;

4- () Física;

5- () Múltipla

2- Qual sua escolaridade?

() Ensino Fundamental

() Ensino Médio

() Ensino Superior

3- Em que tipo de instituição escolar você estuda/estudou?

() Pública () Privada

4- Essa instituição é/foi:

() Regular () Especializada

5- Qual é o seu conhecimento sobre a “Lei de Cotas” nº 8.213/91?

() Não tem conhecimento

() Já ouviu falar

() Conhece totalmente



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este projeto intitulado **Dialética da inclusão: Será a escola a “ponte” entre a pessoa com deficiência e o mundo trabalho?** que objetiva caracterizar com base na análise das políticas públicas de educação inclusiva e trabalhistas, o processo de transição da educação formal (escola) para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência.

Convida você a fazer parte deste estudo, respondendo a uma entrevista semiestruturada acerca da relação escola e mundo do trabalho para pessoa com deficiência.

Ao fazermos uso de aplicação de questionário e entrevista semiestruturada pode ser que você se sinta constrangido(a). No entanto, a pesquisadora se compromete a tomar todos os cuidados para o que não ocorra constrangimentos durante o desenvolvimento das atividades citadas.

O orientador Allan Rocha Damasceno e a orientanda Mônica Alves de Matos Pereira, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) – UFRRJ, responsáveis por esta pesquisa comprometem-se a preservar a privacidade e o anonimato da organização e dos seus representantes submetidos ao estudo. Será garantida a segurança das informações coletadas, com acesso restrito concedido somente aos responsáveis mencionados acima.

Sua participação na pesquisa não implica em nenhuma despesa e também não dará direito a nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada e o(a) pesquisador se compromete a manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término desta pesquisa.

Embora não sejam previstos custos aos participantes da pesquisa, caso ocorram excepcionalmente, os pesquisadores responsáveis pela pesquisa se propõem a arcar com o custeio ou ressarcimento a quem de direito.

Se após o consentimento de participação você quiser desistir de sua permissão, o(a) senhor(a) tem total direito e liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa sem nenhum prejuízo e nenhuma indenização será gerada para ambas partes. Este termo será emitido em duas cópias, uma para o participante e outra para o entrevistador da pesquisa.

Para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com o(a) pesquisador(a) no endereço Estrada dos Caboclos, 553, quadra C, casa 2, Campo Grande, Rio de Janeiro – RJ, pelos telefones 21 97685 6924 ou pelo endereço eletrônico monicapereira_2010@yahoo.com.br. Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, telefone 2682-1201; 2681-4707; 2681-1220. Você receberá uma cópia desse Termo para ficar em sua posse.

Consentimento Pós–Informação

Eu, _____, portador (a) do RG nº _____, confirmo que a pesquisadora Mônica Alves de Matos Pereira me explicou os objetivos da pesquisa e minha forma de participação, bem como os instrumentos que serão utilizados para a coleta de dados. As alternativas para minha participação também foram discutidas e recebi uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Após ter lido e compreendido este Termo de Consentimento, portanto, concordo em participar como voluntário desta pesquisa.

Data: ____/____/____

Assinatura

ANEXO

UFRJ - INSTITUTO DE
ESTUDOS E SAÚDE COLETIVA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO / IESC -
UFRJ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DIALÉTICA DA INCLUSÃO: SERÁ A ESCOLA A "PONTE" ENTRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O MUNDO TRABALHO? Pesquisador: Mônica Alves de Matos Pereira Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 48107121 .O.OOOO.5286

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.953.048

Apresentação do Projeto:

Como grafado na primeira versão:

Trata-se de projeto de pesquisa, intitulado "DIALÉTICA DA INCLUSÃO: SERÁ A ESCOLA A PONTE

ENTRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O MUNDO TRABALHO?" Caracteriza-se como um projeto de

Qualificação para Doutorado conforme documento postado na plataforma, no campo "projeto detalhado". Fundamentado na Teoria Crítica de ADORNO, busca "...analisar a relação existente entre inclusão escolar e inclusão no mundo do trabalho, ou seja, pensar se a escola que tem sido possível encaminha as pessoas com deficiência para o mercado do trabalho, à medida que um mundo complementa o outro na sociedade de bens e consumo ao qual estamos submersos."

Objetivo da Pesquisa:

Como grafado na primeira versão:

Analisar as políticas educacionais que se relacionem com a formação para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência;

Continuação do Parecer: 4.953 048

- Caracterizar com base na análise das políticas públicas de educação inclusiva, o processo de transição da educação formal (escola) para o mundo do trabalho da pessoa com deficiência;
- Identificar potenciais relações entre políticas educacionais e trabalhistas no âmbito da inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência;
- Caracterizar itinerários formativos de pessoas com deficiência, sujeitos deste estudo, da escola até o mercado de trabalho;
- Caracterizar, a partir da formação educacional, os desafios encontrados por pessoas com deficiência para entrar no mundo do trabalho.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

No projeto atual foi adicionada uma versão melhor da avaliação dos riscos e benefícios.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto atual é mais detalhado e específico que o anterior.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE foi redigido de maneira mais adequada.

Recomendações:

Não se trata de pendência, mas caso a pesquisadora deseje, poderá ser feita nova versão visando dar mais fluidez ao conteúdo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES BASICAS DO PROJETO 17721 18. df	24/07/2021		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investidor	Projeto_detalhado_Monica.docx	24/07/2021 20:17:23	Mônica Alves de Matos Pereira	Aceito
Cronograma	Cronogramaprojeto.docx	24/07/2021	Mônica Alves de Matos Pereira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLE Monicaalves.docx	24/07/2021 20:07:14	Mônica Alves de Matos Pereira	Aceito

Continuação do Parecer: 4.953 048

Justificativa de Ausência	TCLE Monicaalves.docx	24/07/2021 20:07:14	Mônica Alves de Matos Pereira	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	14/06/2021	Mônica Alves de Matos Pereira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 03 de Setembro de 2021

Assinado por:
Jaqueline Teresinha Ferreira
(Coordenador(a))